

Energisa S/A
Notas explicativas às informações trimestrais para o
período findo em 30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objeto social principal é a participação no capital de outras empresas, a prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras, transmissoras e comercializadora de energia elétrica, como também para as demais controladas diretas e indiretas.

Atividades:

Distribuição de energia elétrica:

A Energisa possui indiretamente o direito de explorar concessões e/ou autorização de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Controladas	Localidades	Data da concessão	Data de vencimento
Controladas diretas:			
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“EMG”)	Cataguases (MG)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“ENF”)	Nova Friburgo (RJ)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)	Aracaju (SE)	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“EBO”)	Campina Grande (PB)	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“EPB”)	João Pessoa (PB)	21/03/2001	21/03/2031
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (“ERO”)	Porto Velho (RO)	30/10/2018	29/10/2048
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (“EAC”)	Rio Branco (AC)	07/12/2018	06/12/2048
Controladas indiretas:			
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”) ⁽¹⁾	Cuiabá (MT)	11/12/1997	10/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049

⁽¹⁾ A controlada indireta EMT operava a Usina Termelétrica Guariba, localizada no município de Colniza, com capacidade instalada e utilizada de 2,45 MW, tendo entrado em operação em 11 de junho de 2007. Em 28 de agosto de 2022 a UTE Guariba foi desligada e o sistema que a mesma supria foi interligado ao Sistema Interligado Nacional - SIN, encerrando o atendimento por meio de sistema isolado na área de concessão.

As distribuidoras controladas diretas e indiretas são companhias de capital aberto e fechado, sem ações negociadas em bolsa, exceto pela Energisa Mato Grosso, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através do uso de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação.

As informações referentes à reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, outros créditos, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção, e receita de construção da infraestrutura estão apresentados nas notas explicativas nº 8, 9, 10, 13.1, 14 e 28, respectivamente.

Transmissão de energia elétrica:

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ("EGO I")	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047	14/03/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ("EPA I")	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. A obra foi concluída em 38 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Pará	11/08/2017	11/08/2047	02/11/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ("EPA II")	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego. A obra foi concluída em 39 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 12 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Pará	21/09/2018	21/09/2048	21/12/2021
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ("ETT")	Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049	Em construção
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ("EAM")	Empreendimento existente incorporados e que serão Revitalizados: - Incorporação dos ativos em serviço designado à AmGT pela Portaria do MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016; - Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4.	Amazonas	31/03/2021	31/03/2051	Em construção
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ("EAM")	Novos empreendimentos: LT 230 kV Lechuga - Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo - capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km.	Amazonas	31/03/2021	31/03/2051	Em construção
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ("ETT II")	Ampliação da SE 230/138kV Gurupi - 200MVA	Tocantins	30/09/2021	30/09/2051	Em construção
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A ("EAP")	LT 230kV Macapá - Macapá III C1 SE 230/69kV Macapá III	Amapá	31/03/2022	31/03/2052	Em construção

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
	SE Macapá 3: Implementação de 2 circuitos simples em 69 kV, com extensão aproximada de 2 km cada, entre os pontos de seccionamento da Linha de Distribuição 69 kV Santana - Macapá C1 e a subestação Macapá III, no setor de 69 kV. SE Macapá: Novo trecho de Linha em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 500 metros para permitir a conexão da linha 230kV Ferreira Gomes - Macapá C1.				
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("LMTE")	LT 500 kV Jurupari - Oriximiná; LT 230 kV Jurupari - Laranjal; LT 230 kV Laranjal - Macapá; SE 500/138 kV Oriximiná 200 MVA; SE 230/69 kV Laranjal 200 MVA; SE 230/69 kV Macapá 600 MVA.	Pará/Amapá	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("LXTE")	LT 500 kV Tucuruí - Xingu; LT 500 kV Xingu - Jurupari; SE 500 kV Xingu; SE 500 kV Tucuruí; SE 500/230 kV Jurupari 1.500 MVA.	Pará	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A ("LTTE")	LT 500 kV Taubaté - Nova Iguaçu; SE 500 kV Taubaté; SE 500 kV Nova Iguaçu 4.200 MVA.	São Paulo/Rio de Janeiro	09/12/2011	09/12/2041	01/06/2018
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A ("EPTE")	SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA	Mato Grosso	27/06/2016	27/06/2046	27/06/2019
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A ("EAM II")	LT 230 kV Mauá 3 - Manaus, C1, com 12,9 km (trechos aéreos e subterrâneos). O prazo estimado para construção é de 48 meses.	Amazonas	30/09/2022	30/09/2052	Em construção

As controladas indiretas, transmissoras de energia elétrica, tem como objetivo principal a implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica.

Geração de energia elétrica:

Controladas	Descrição	Atividade	Localidade
Geração Hidráulica:			
Energisa Geração Usina Mauricio S/A			
CGH Usina Hans	A CGH possui 298 KW de potência instalada e 0,264 MW médios de garantia física.	Geração hidráulica	Nova Friburgo (RJ)
PCH Rio Vermelho	A PCH possui 2.560 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Vilhena (RO)
Usina Mauricio	A Usina possui 1.280 KW de potência instalada.	Geração hidráulica	Leopoldina (MG)
Geração Distribuída:			
Alsol Energias Renováveis S.A. ("Alsol")	A controlada possui cerca de 57,1 MWp de sistemas fotovoltaicos em operação conectados à rede e outros 46,5 MWp em fase de implementação, somando um portfólio total de 104,5 MWp, dos quais 77 MWp são de usinas próprias ALSOL.	Geração distribuída	Uberlândia (MG)
Projeto Geração Eólica:			
Complexo Parque Eólico Sobradinho:			
EOL Alecrim	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)

Controladas	Descrição	Atividade	Localidade
EOL Umbuzeiro Muquim	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Mandacaru	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
EOL Boa Esperança	Subsidiária integral não-operacional e tem como finalidade primária projetos de instalação de parque eólico.	Geração Eólica	Sobradinho (BA)
Parque Solar:			
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I ⁽¹⁾	A subsidiária tem como objeto social o desenvolvimento e exploração do parque solar, bem como a comercialização de energia proveniente do Empreendimento.	Parque Solar	Paraíba (PB)
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II ⁽¹⁾	A subsidiária tem como objeto social o desenvolvimento e exploração do parque solar, bem como a comercialização de energia proveniente do Empreendimento.	Parque Solar	Paraíba (PB)

⁽¹⁾ As controladas iniciaram sua produção de testes para geração de energia em agosto e setembro de 2022.

Comercialização de energia elétrica:

Controlada	Descrição	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda. ("ECOM")	Subsidiária integral que tem por objetivo o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação e intermediação de negócios relacionados à energia.	Rio de Janeiro (RJ)	21/03/2006

Serviços:

Controladas	Natureza
Energisa Soluções S/A ("ESOL")	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A ("ESOLC")	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
Multi Energisa Serviços S/A ("MULTI")	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A ("ESER")	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.
Voltz Capital S.A.	Oferecer produtos financeiros e otimizar os meios de pagamentos e serviços da área financeira, através de soluções tecnológicas.

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 a controlada Denerge Desenvolvimento Energético S/A, Rede Energia Participações S/A ("REDE"), e as demais controladas, publicaram fato relevante informando que ajuizaram pedido de Recuperação Judicial ("RJ"). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE"), da QMRA Participações S/A. ("QMRA"), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. ("EEVP"), incorporada posteriormente pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A. ("Denerge") em 22/11/2019.

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer

da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado. Alguns credores apresentaram embargos de declaração contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29/07/2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi interposto agravo em recurso especial pelo credor, o qual foi julgado prejudicado por perda do objeto em decisão proferida no dia 07/02/2022, sendo que contra esta decisão o credor não interpôs novo recurso. No momento aguarda-se o arquivamento definitivo da Recuperação Judicial.

A posição em 30 de setembro de 2022 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza em R\$677.726, dos quais R\$519.506 refere-se a empréstimos, R\$79.188 a debêntures e R\$79.032 a fornecedores e outras contas a pagar é como segue:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
Saldos em 31 de dezembro 2020	236.031	291.215	80.407	607.653
(+) Atualização ⁽¹⁾	4.457	29.492	961	34.910
Provisão (reversão) de ajuste a valor presente ⁽²⁾	31.395	8.646	(4.033)	36.008
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(29.492)	(961)	(34.909)
Saldos em 31 de dezembro 2021	267.427	299.861	76.374	643.662
(+) Atualização ⁽¹⁾	2.820	7.273	859	10.952
Provisão (reversão) de ajuste a valor presente ⁽²⁾	6.874	2.592	2.117	11.583
Saldos em 31 de março 2022	277.121	309.726	79.350	666.197
(+) Atualização ⁽¹⁾	2.853	7.352	868	11.073
Provisão (reversão) de ajuste a valor presente ⁽²⁾	7.154	2.593	2.227	11.974
Saldos em 30 de junho 2022	287.128	319.671	82.445	689.244
(+) Atualização ⁽¹⁾	2.857	8.055	878	11.790
Reversão de provisão ajuste a valor presente ⁽²⁾	7.451	2.592	2.341	12.384
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(30.275)	(961)	(35.692)
Saldos em 30 de setembro de 2022	292.980	300.043	84.703	677.726

⁽¹⁾ Atualização: ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da Rede Energia, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do período/exercício.

⁽²⁾ Ajustes a Valor Presente: registrado pelas controladas Rede Energia, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021”), publicadas na imprensa oficial em 25 de março de 2022.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de novembro de 2022.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram impactos significativos em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

3. Informações financeiras intermediárias consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa e suas controladas. O controle é obtido quando a Energisa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, o Grupo Energisa controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo Energisa tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Energisa, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas

contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Energisa e das controladas.

		% de participação	
	Ramo de atividade	30/09/2022	31/12/2021
<u>Controladas diretas</u>			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) ⁽¹⁾	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) ⁽¹⁾	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) ⁽¹⁾	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO)	Distribuição de energia	97,66	95,56
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC)	Distribuição de energia	96,40	95,09
Energisa Soluções S/A (ESOL)	Serviços	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	100
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda. (EPLA)	Corretagem de seguros	58,26	58,26
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda. ⁽²⁾	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	100
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A ⁽²⁾	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A ⁽²⁾	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A ⁽²⁾	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A ⁽²⁾	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro - Muquim S/A ⁽²⁾	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	Geração eólica de energia	100	100
Alsol Energias Renováveis S/A	Holding e Geração de energia distribuída	89,66	89,48
Energisa Participações Minoritárias S/A	Holding	82,72	82,72
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Holding	99,98	99,98
Energisa Transmissão de Energia S/A ⁽¹⁾	Holding	100	100
Voltz Capital S.A. ⁽²⁾	Serviços	100	100
Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) ⁽⁴⁾	Fundo de investimento	26	26
<u>Controladas indiretas</u>			
Rede Energia Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	94,63	94,63
Rede Power do Brasil S/A	Holding	94,63	94,63
QMRA Participações S/A	Holding	94,62	94,62
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (EMT) ⁽¹⁾	Distribuição de energia	87,53	87,53
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (EMS) ^{(1) (3)}	Distribuição de energia	94,57	94,57

	Ramo de atividade	% de participação	
		30/09/2022	31/12/2021
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A (ETO)	Distribuição de energia	72,55	72,55
Multi Energisa Serviços S/A (Multi)	Serviços	94,62	94,62
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (ESS) ⁽¹⁾	Distribuição de energia	93,91	93,91
Energisa Soluções Construções e Serviços em linhas e Redes S/A (ESOLC)	Serviços	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (EPA I)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (EGO I)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (EPA II)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (ETT)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A II (ETT II)	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A (EAM) ⁽²⁾	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A (nova denominação social de Energisa Transmissora de Energia III S/A (EAP) ⁽²⁾	Transmissão de energia	100	100
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A (EPTE)	Transmissão de energia	100	-
Gemini Energy S/A	Transmissão de energia	100	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A (LMTE)	Transmissão de energia	85,04	-
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A (LXTE)	Transmissão de energia	83,34	-
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A (LTTE)	Transmissão de energia	100	-
Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia (LITE)	Transmissão de energia	100	-
Plena Op. e Manut. de Transmissoras de Energia Ltda	Transmissão de energia	100	-
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	Geração de energia distribuída	99,9	89,50
URB - Energia Limpa Ltda	Geração de energia distribuída	100	100
Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda (nova denominação social) da SPE Vision Solar I Ltda	Geração distribuída fotovoltaica	100	-
Reenergisa Geração Fotovoltaica II S.A (nova denominação social) da Vision Francisco Sá SPE S/A	Geração distribuída fotovoltaica	100	-
Renesolar Engenharia Elétrica Ltda	Geração distribuída fotovoltaica	100	-
Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda	Geração distribuída fotovoltaica	100	-
Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda ("Sociedades")	Geração distribuída fotovoltaica	100	-

⁽¹⁾ Companhias abertas.

⁽²⁾ Em fase pré-operacional.

⁽³⁾ A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A., e possui 35,92% de participação na EMS.

⁽⁴⁾ Fundo de Investimento e Cotas (FIC - FIDC).

A Companhia e suas controladas realizaram em janeiro de 2021, a cessão de determinados créditos inadimplidos para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC - FIDC) o qual contou com participação de 74,0% do Banco BTG Pactual e 26,0% da Companhia. A valoração dos créditos para a cessão aos FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs, conforme segue:

- (i) FIDC Títulos de precatórios - foram avaliados conforme as suas respectivas posições nas filas de precatórios, capacidade fiscal e de pagamento dos entes federativos (municípios), sendo considerada a data de pagamento limite de 31 de dezembro de 2024 ou 2028. A taxa de recuperação dos precatórios foi classificada conforme a qualidade do crédito do ente federativo: os precatórios de municípios que possuem boa capacidade financeira atribuem-se a taxa de recuperação estimada de 39,0%, já aqueles com baixa capacidade financeira tiveram a sua taxa de recuperação estimada em 19,0%;
- (ii) FIDC Títulos de empresas em recuperação judicial/falência - os créditos cedidos ao FIDC-NP consideraram os fluxos de pagamento e deságios previstos nos planos de recuperação judicial e, adicionalmente, taxas de recuperação estimadas, sendo de 50% para os créditos com planos de recuperação judicial homologados e 10% para os com planos de recuperação judicial não-homologados; já para os créditos das empresas em situação de falência, adotou-se a taxa de recuperação entre 5% a 8% do valor do crédito;
- (iii) FIDC Créditos de ações judiciais - os créditos cedidos ao FIDC-NP foram separadas em dois blocos: no primeiro bloco estão os processos relevantes, cujas premissas para avaliação foram embasadas em análises de consultoria especializada; no segundo bloco têm-se duas subcategorias de processos judiciais - na primeira subcategoria, a das ações contra a administração pública em fases anteriores a do trânsito em julgado, denominadas pré-precatórios, considerou-se a expectativa de pagamento do

crédito ao final de 2030; na segunda subcategoria estão os demais processos judiciais, cuja expectativa média do trânsito em julgado de ações semelhantes é de 10 anos. A taxa de recuperação estimada para as ações judiciais deste FIDC-NP foi de 42,4%.

A Companhia passou a consolidar o fundo a partir de 31 de março de 2021, devido as atividades conduzidas pelo FIDC atenderem substancialmente as necessidades operacionais da Companhia, e também pelo fato de estar exposta a todos os riscos e benefícios atrelados ao fundo. O acordo de cotista prevê uma opção de venda contra a Energisa para a aquisição das cotas do banco BTG Pactual no montante inicial de R\$200.000 atualizadas anualmente a CDI + 2,35%, monta em R\$36.470 (R\$13.428 em 31 de dezembro de 2021) podendo ser exercida quando do descumprimento de certas obrigações contidas no regulamento do acordo de cotista ou a qualquer momento a partir do quarto exercício do acordo. A Companhia possui opção de compra para aquisição das cotas do banco BTG Pactual no FIDC nas mesmas condições da opção de venda, ou seja, com uma atualização de CDI + 2,35%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras intermediárias individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, transmissão, geração hidráulica e distribuída, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	30/09/2022					
	Distribuição	Transmissão	Geração Hidráulica, Solar e Distribuída	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	17.964.179	1.177.048	62.596	598.214	39.384	19.841.421
Receitas Intersegmentos	22.818	43.821	-	-	480.034	546.673
Total	17.986.997	1.220.869	62.596	598.214	519.418	20.388.094
Receitas Financeiras	934.678	21.354	36.377	6.124	698.302	1.696.835
Despesas Financeiras	(2.223.453)	(262.057)	(54.770)	(20.679)	(794.497)	(3.355.456)
Total	(1.288.775)	(240.703)	(18.393)	(14.555)	(96.195)	(1.658.621)
Amortização e depreciação	(912.200)	(86)	(9.301)	(157)	(37.377)	(959.121)
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	2.340.526	540.492	1.076	10.024	(67.406)	2.824.712

	30/09/2021					
	Distribuição	Transmissão	Geração Hidráulica e Distribuída	Comercialização	Serviços e outros	Total
Receitas Externas	17.937.973	749.438	31.913	633.140	10.695	19.363.159
Receitas Intersegmentos	17.943	9.207	-	-	327.332	354.482
Total	17.955.916	758.645	31.913	633.140	338.027	19.717.641
Receitas Financeiras	1.043.065	3.782	(3.959)	1.306	394.501	1.438.695
Despesas Financeiras	(1.722.728)	(54.189)	1.340	(5.449)	(20.809)	(1.801.835)
Total	(679.663)	(50.407)	(2.619)	(4.143)	373.692	(363.140)
Amortização e depreciação	(877.776)	(88)	(3.748)	(117)	(43.230)	(917.463)
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	2.648.112	402.569	7.803	(4.588)	111.396	3.165.292

	Distribuição	Transmissão	Geração Hidráulica, Solar e Distribuída	Comercialização	Serviços e outros	30/09/2022	31/12/2021
Ativos dos segmentos	44.906.413	8.463.805	1.764.464	325.905	7.109.652	62.570.239	57.273.703
Ativo circulante	10.819.994	1.071.295	582.814	206.907	3.370.727	16.051.737	16.301.285
Ativo não circulante	34.086.419	7.392.510	1.181.650	118.998	3.738.925	46.518.502	40.972.418
Passivos dos segmentos	34.036.121	7.081.537	1.064.161	313.733	7.134.453	49.630.005	47.742.462
Passivo circulante	10.031.952	1.274.229	405.826	154.405	1.358.400	13.224.812	13.489.615
Passivo não circulante	24.004.169	5.807.308	658.335	159.328	5.776.053	36.405.193	34.252.847

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receita				
Receita líquida total de segmentos	7.275.500	20.388.094	7.931.913	19.717.641
Eliminação de receitas intersegmentos	(232.827)	(546.673)	(134.932)	(354.482)
Receita líquida consolidada	7.042.673	19.841.421	7.796.981	19.363.159
Amortização e depreciação				
Amortização e depreciação total de segmentos	(321.419)	(959.121)	(307.284)	(917.463)
Amortização e depreciação consolidada	(321.419)	(959.121)	(307.284)	(917.463)
Receita financeira				
Receita financeira total de segmentos	537.453	1.696.835	374.281	1.438.695
Eliminação de receitas intersegmentos	(110.386)	(462.615)	(134.548)	(339.591)
Receita financeira consolidada	427.067	1.234.220	239.733	1.099.104
Despesa financeira				
Despesa financeira total de segmentos	(1.488.269)	(3.355.456)	(722.500)	(1.801.835)
Eliminação de despesa intersegmentos	110.386	462.615	134.548	339.591
Despesa financeira consolidada	(1.377.883)	(2.892.841)	(587.952)	(1.462.244)
Total do resultado dos segmentos	702.095	2.824.712	1.097.908	3.165.292
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	702.095	2.824.712	1.097.908	3.165.292

	30/09/2022	31/12/2021
Ativo		
Ativo total dos segmentos	62.570.239	57.273.703
Outros valores não alocados	(2.894.466)	(2.505.299)
Total Ativo consolidado	59.675.773	54.768.404
Passivo		
Passivo total dos segmentos	49.630.005	47.742.462
Outros valores não alocados	(2.894.466)	(2.505.299)
Total passivo consolidado	46.735.539	45.237.163

5. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de setembro de 2022 equivale a 65,0% do CDI em 31 de dezembro de 2021 na controladora e 95,1% do CDI (88,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários à vista	19.145	17.346	266.792	338.165
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	-	62	171.477	435.340
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	129.012	166.863
Operações compromissadas	-	62	42.465	268.477
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante ⁽¹⁾	19.145	17.408	438.269	773.505

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, letra financeira do tesouro, notas do tesouro nacional, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de setembro de 2022 equivale a 119,1% do CDI (217,2% do CDI em 31 de dezembro de 2021) na controladora e 112,2% do CDI (121,2% do CDI em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado				
Certificado de Depósito Bancário (CDB) ⁽¹⁾	-	12.006	190.895	66.567
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	-	-	8.801	9.833
Compromissadas	-	-	162	-
Debêntures ⁽²⁾	2.725.667	2.357.865	-	-
Fundos de Investimentos ⁽³⁾	53.761	35.855	248.419	56.980
Fundos de investimentos exclusivos ⁽⁴⁾				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5.877	8.340	44.605	46.523
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	515	1.151	3.909	3.453
Compromissadas	64.872	-	149.728	-
Fundo Multimercado	99.694	12.521	234.524	25.611
Fundo de Renda Fixa	977.910	938.971	3.525.892	2.009.475

Letra financeira do Tesouro (LFT)	60.330	582.953	191.878	1.213.538
Letra financeira (LFNP)	9.900	-	22.695	-
Letra financeira (LF)	140.298	146.652	413.686	385.608
Letra financeira (LFP)	-	1.508	-	3.084
Letra financeira (LTN)	21.136	23.713	50.644	48.507
Nota do tesouro nacional (NTNB)	160.242	531.971	377.198	1.260.121
Nota do tesouro nacional (NTNF)	10.353	12.454	24.807	25.476
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁵⁾	-	-	65.055	88.575
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁶⁾	4.330.555	4.665.960	5.552.898	5.243.351
Circulante	2.022.665	1.842.464	5.343.543	4.057.459
Não Circulante	2.307.890	2.823.496	209.355	1.185.892

(1) Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - refere-se a recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 96,0% a 100,0% (99,5% a 100,5% em 31 de dezembro de 2021) e média ponderada 99,8% (99,8% em 31 de dezembro de 2021) do CDI;

(2) Debêntures - refere-se a debêntures privadas emitidas pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica;

(3) Fundo de Investimento - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -38,9% a 114,6% (57,2% a 170,5% em 31 de dezembro de 2021) e média ponderada 79,9% (84,3% em 31 de dezembro de 2021) do CDI;

(4) Fundos de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, Fundo Multimercado, LFT, LF, LFP, LTN, NTNB e NTNF e são remuneradas, 108,7% (107,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 103,3% do CDI Fundo BB Energisa, 104,1% (138,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 100,8% (127,8% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo Cataguases e 102,2% (117,3% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo Zona da Mata;

(5) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC IV Energisa Centro Oeste com vencimento em 01 de outubro de 2034; e

(6) Inclui na controladora R\$17.350 (R\$16.610 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$417.065 (R\$192.047 em 31 de dezembro de 2021) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Depósito judicial credores	17.321	16.583	17.320	16.583
Bloqueio Judicial	29	27	6.085	6.228
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	-	-	65.055	88.575
Programa Luz para todos	-	-	157.521	55.085
Garantia com comercialização de energia	-	-	11.928	12.607
Conselho do consumidor	-	-	3.940	2.623
Garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures ^(*)	-	-	141.243	-
Garantia empréstimos	-	-	568	-
Outros	-	-	13.405	10.346
Total	17.350	16.610	417.065	192.047

(*) Refere-se a garantia de empréstimos junto ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) das controladas indiretas LMTE e LXTE.

6. Clientes, consumidores, concessionárias e outros

Na controladora, inclui principalmente serviços especializados prestados as controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 11, enquanto no consolidado englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Controladora		Consolidado								
			Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽⁶⁾	Total	
	30/09/2022	31/12/2021	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/09/2022	31/12/2021
Valores correntes: ⁽¹⁾											
Residencial	-	-	498.970	-	450.385	114.587	77.853	193.573	(401.054)	934.314	1.131.004
Industrial	-	-	151.355	-	33.891	4.568	8.326	55.764	(55.763)	198.141	185.930
Comercial	-	-	243.023	-	90.845	21.247	18.256	77.469	(96.425)	354.415	433.291
Rural	-	-	156.897	-	67.779	21.791	34.500	31.471	(33.399)	279.039	287.118
Poder público	-	-	117.137	-	14.390	1.460	1.412	14.574	(14.574)	134.399	139.263
Iluminação pública	-	-	65.398	-	8.090	1.167	3.488	17.053	(18.100)	77.096	104.996
Serviço público	-	-	59.420	-	11.329	10.440	17.627	125.842	(154.501)	70.157	67.756
Fornecimento não faturado	-	-	2.044.932	-	-	-	-	-	-	2.044.932	1.920.009
Arrecadação Processo Classificação	-	-	31.412	-	-	-	-	-	-	31.412	23.999
Valores renegociados:											
Residencial	-	-	62.118	171.788	57.263	22.587	24.376	107.447	(227.106)	218.473	263.876
Industrial	-	-	8.150	30.215	4.846	2.006	6.995	24.745	(43.164)	33.793	33.400
Comercial	-	-	18.427	118.782	12.996	5.477	6.758	39.799	(79.876)	122.363	124.233
Rural	-	-	10.156	28.506	13.100	2.722	4.216	9.719	(32.488)	35.931	37.323
Poder público ⁽²⁾	-	-	12.356	283.439	1.920	220	223	5.276	(6.513)	296.921	306.495
Iluminação pública	-	-	5.243	34.379	1.043	602	912	130	(6.271)	36.038	48.221
Serviço público	-	-	1.117	7.295	838	133	81	3.819	(4.324)	8.959	10.770
(-) Ajuste valor Presente ^{(2) (3)}	-	-	(2.638)	(145.832)	-	-	-	-	-	(148.470)	(131.742)
Subtotal-clientes	-	-	3.483.473	528.572	768.715	209.007	205.023	706.681	(1.173.558)	4.727.913	4.985.942
Suprimento energia a concessionárias-moeda nacional ⁽⁴⁾	-	-	46.446	-	-	-	-	34.589	(4.437)	76.598	257.477
Serviços Especializados	55.736	32.681	90.574	-	3.103	-	-	-	(4.844)	88.833	40.194
Serviços de transmissão de energia elétrica	-	-	62.468	-	1.927	66	174	1.529	-	66.164	-
Energia Comercializada com clientes livres	-	-	111.149	-	-	-	-	-	-	111.149	118.175
Outros ⁽⁵⁾	-	-	132.372	-	620.851	72.935	18.829	483.488	(105.654)	1.222.821	1.064.509
Total	55.736	32.681	3.926.482	528.572	1.394.596	282.008	224.026	1.226.287	(1.288.493)	6.293.478	6.466.297
Circulante	55.736	32.681								4.781.162	5.004.373
Não circulante	-	-								1.512.316	1.461.924

⁽¹⁾ Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;

⁽²⁾ Poder Público - inclui valores de créditos a receber pelas controladas ESE e EMT, junto a clientes, conforme segue:

(i) controlada ESE possui créditos a receber, com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), referente às contas de energia elétrica do período de janeiro/1994 a novembro/1997. O débito da CODEVASF é objeto de ação judicial de cobrança perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Em 19/12/2017, foi negociado acordo de pagamento do crédito que previa que a dívida renegociada totalizava em R\$100.000, com vencimento em dezembro de 2019 e dezembro de 2020, com juros calculados de acordo com as variações da taxa Selic. O referido acordo não se concretizou, sendo mantida a ação judicial de cobrança.

Ainda que frustrado o acordo, a Administração da controlada tem seu entendimento de serem certas a liquidez e a exigibilidade do crédito, uma vez que, na referida ação de cobrança a CODEVASF foi condenada a pagar o valor devido em primeira e segunda instância, e não recorreu dessa condenação. A discussão nos autos persiste unicamente pelo índice de correção aplicável a determinado período do débito, sendo certo que o Tribunal Regional Federal, em sua última decisão, limitou-se a aplicar a jurisprudência do STF e STJ proferidos no âmbito da Repercussão Geral Tema 810 e Recurso Repetitivo, sendo altamente improvável qualquer alteração nos cálculos.

O pagamento do crédito se dará mediante a expedição de precatório federal, e o crédito deverá ser atualizado conforme os critérios

estabelecidos no Julgamento do Tribunal. O crédito tem perspectiva de recebimento em até 8 anos, sendo o prazo de 7 anos, tempo estimado para a finalização do Processo, com a discussão exclusivamente do índice de correção, mais 1 ano para expedição do precatório e pagamento.

Por se tratar da União Federal, o risco de incapacidade de pagamento é muito baixo, por ser a CODEVASF empresa pública dependente, com controle societário da União Federal. De acordo com suas Demonstrações Financeiras, 90,66% de seus recursos financeiros são provenientes da União Federal.

Em 30 de setembro de 2022 o valor a receber referente a esse crédito, com juros e correção monetária fixados no acórdão do TRF, é de R\$129.620 (R\$124.163 em 31 de dezembro de 2021), que inclui R\$28.482 (R\$23.025 em 31 de dezembro de 2021) de atualização monetária. No período findo de 30 de setembro de 2022 foram contabilizados R\$5.457 (R\$4.501 em 30 de setembro de 2021) de atualização monetária reconhecidos na receita financeira - outros no consolidado. Sobre esses créditos a controlada ESE constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$24.732 (R\$24.251 em 31 de dezembro de 2021), dos quais cerca de R\$481 foram contabilizados na demonstração do resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI + 2,5% ao ano. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações; e

(ii) A controlada EMT realizou renegociação em 03 de agosto de 2016 em que assinou com a Companhia de Saneamento da Capital (SANEAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042). Em 30 de setembro de 2022 o valor a receber referente a esse crédito monta em R\$83.306 (R\$85.349 em 31 de dezembro de 2021). Sobre esses créditos a controlada EMT constituiu provisão para ajuste a valor presente no montante de R\$21.880 (R\$23.853 em 31 de dezembro de 2021), tendo sido contabilizado R\$1.973 (R\$2.590 em 31 de dezembro de 2021) na demonstração de resultado do período/exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela variação anual da taxa CDI. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual, e representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

(3) Ajuste a valor presente - calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado.

(4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que se apresenta como segue:

Composição dos créditos da CCEE	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Saldos a vencer	46.446	227.325
Créditos vinculados a liminares ^(a)	34.589	34.589
Sub-total créditos CCEE ^(*)	81.035	261.914
(-) Aquisição de energia na CCEE ^(**)	(126.422)	(227.277)
(-) Encargos de serviços do sistema ^(**)	(2.824)	(605.706)
Total débitos CCEE	(48.211)	(571.069)

(*) O subtotal de R\$81.035 (R\$261.914 em 31 de dezembro de 2021) não inclui a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$4.437 (R\$4.437 em 31 de dezembro de 2021).

(**) Vide nota explicativa nº18.

(a) Créditos vinculados a liminares - os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(5) Outros - inclui serviços taxados, outros valores a receber de consumidores e: (i) montante de R\$772.276 (R\$625.143 em 31 de dezembro de 2021) ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, contabilizado no ativo não circulante e suspenso por liminares. Em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado; (ii) R\$217.868 (R\$216.883 em 31 de dezembro de 2021), referente ao ICMS demanda e ICMS Geração Distribuída recolhidos pelas controladas EMT, EPB, EBO, EMG, ENF, EAC e ERO, conforme segue:

Controladas/Origem	Créditos de ICMS a receber dos clientes
EMT - ICMS Demanda (*)	81.191
EMT - Geração Distribuída	101.810
EPB - Geração Distribuída	16.744
EBO - Geração Distribuída	1.324
EMG - Geração Distribuída	2.489
ENF - Geração Distribuída	132
EAC - Geração Distribuída	1.264
ERO - Geração Distribuída	12.914
TOTAL	217.868

(*) Processo referente ao ICMS Demanda movido pelo Estado de Mato Grosso contra a controlada EMT decorrentes de autuações sob o argumento de que a controlada cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS sobre a demanda. A controlada EMT firmou em 23 de setembro de 2021 o Termo de Acordo Extrajudicial -TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, em 30 de setembro de 2021, do débito integral com a adesão ao Programa REFIS-MT. A controlada irá ingressar com medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos valores pagos, para regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais pelo não recolhimento do ICMS. A Administração tem constituído provisão de perdas esperadas de R\$81.191 em face de que a realização do ativo se dará por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da controlada.

As controladas EMT, EPB, EBO, EMG, EAC e ERO efetuaram pagamento em 2021 de ICMS Geração Distribuída incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD), no valor de R\$136.677 tendo constituído provisão de perdas de R\$2.192, contabilizado em outras despesas financeiras no consolidado no exercício de 2021. As controladas realizarão cobranças dos respectivos montantes junto aos seus consumidores.

(6) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração;

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

Movimentação das provisões	30/09/2022	31/12/2021
Saldo em 31/12/2021 e 31/12/2020 - circulante	1.260.344	1.126.480
Provisões, deduzidas de reversões, constituídas no período/exercício	324.456	250.312
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(177.860)	(116.448)
Saldo em 30/09/2022 e 31/12/2021 - circulante	1.406.940	1.260.344
Alocação:		
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	1.288.493	1.136.781
Títulos de créditos a receber	8.188	8.188
Outros créditos (vide nota explicativa nº 10)	110.259	115.375
Saldo final	1.406.940	1.260.344

7. Tributos a recuperar

Os demais itens referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	502.142	388.308
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	224.572	167.423	760.937	557.132
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	5.205	10.149	95.979	105.651
Contribuições ao PIS e a COFINS	9.641	7.091	211.815	248.664
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS ⁽¹⁾	-	-	3.363.715	3.584.548
Outros	3.920	351	57.029	63.849
	243.338	185.014	4.991.617	4.948.152
Circulante	113.580	54.450	2.200.931	1.229.269
Não circulante	129.758	130.564	2.790.686	3.718.883

Controladas	30/09/2022	31/12/2021
Ações judiciais com trânsito em julgado		
EPB	366.366	413.829
EBO	62.268	68.710
ETO	177.474	219.314
ESE	184.796	224.523
EMT	1.216.048	1.254.231
EMS	501.847	531.498
EAC	58.176	65.026
ENF	56.573	57.596
ERO	129.606	148.899
ESS	75.550	-
Subtotal	2.828.704	2.983.626
Ações judiciais não transitada em julgado		
ESS	312.616	392.033
EMG	222.395	208.889
Subtotal	535.011	600.922
Total	3.363.715	3.584.548
Total Circulante	1.222.624	294.961
Total Não Circulante	2.141.091	3.289.587

⁽¹⁾ As controladas de distribuição de energia elétrica possuem créditos de PIS e COFINS a recuperar em 30 de setembro de 2022 de R\$3.363.715 (R\$3.584.548 em 31 de dezembro de 2021), referente a exclusão do ICMS na base de cálculo daquelas contribuições referente ações judiciais com trânsito ou não em julgado.

Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS é fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil no consolidado de créditos e de obrigações em contrapartida a demonstração do resultado do período no consolidado. Os respectivos valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$224.380 (R\$554.915 em 30 de setembro de 2021), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

As controladas EPB, EBO, ETO, ESE, ENF, EMT, EMS, ERO, EAC e ESS (Incorporadas ELO, ENA e EBR) tiveram seus créditos habilitados pela RFB e as compensações realizadas ao longo do período findo de 30 de setembro de 2022 totalizando em R\$670.231 (R\$225.018 em 31 de dezembro de 2021).

Ainda que as ações judiciais das controladas EMG e ESS (incorporadora e incorporada EDEVP) não tenham transitado em julgado, a Administração possui convicção de ser adequado o seu reconhecimento, visto que, a realização dos créditos é mais do que provável.

8. Reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios - consolidado

8.1 Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 3.012, de 05/07/2022	11,52%	12/07/2022
EMG	Resolução 3.047, de 21/06/2022	16,57%	22/06/2022
EBO	Resolução 3.008, de 01/02/2022	9,72%	04/02/2022
ENF	Resolução 3.048, de 21/06/2022	19,19%	22/06/2022
EPB	Resolução 3.101, de 23/08/2022	1,03%	28/08/2022
ETO	Resolução 3.054, de 28/06/2022	14,78%	04/07/2022
ESE	Resolução 3.023, de 19/04/2022	16,24%	22/04/2022
EMS	Resolução 3.021, de 12/04/2022	18,16%	16/04/2022
EMT	Resolução 3.022, de 12/04/2022	22,55%	16/04/2022
ERO	Resolução 2.990, de 07/12/2021	6,93%	13/12/2021
EAC	Resolução 2.989, de 07/12/2021	9,90%	13/12/2021

8.2 Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e, (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF, ESS, ETO, ERO e EAC.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.893, de 06/07/2021	9,84%	12/07/2021
EBO	Resolução 2.832, de 02/02/2021	5,21%	04/02/2021
EMG	Resolução 2.884, de 22/06/2021	9,10%	22/06/2021
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ENF	Resolução 2.885, de 22/06/2021	4,95%	22/06/2021
EPB	Resolução 2.929, de 24/08/2021	7,08%	28/08/2021
ESE	Resolução 2.387, de 17/04/2018	11,30%	22/04/2018
ETO	Resolução 2.720, de 03/07/2020	7,17%	04/07/2020
ERO ⁽¹⁾	Resolução 2.819 de 08/12/2020	-11,29%	13/12/2020
EAC ⁽¹⁾	Resolução 2.820 de 08/12/2020	2,95%	13/12/2020

⁽¹⁾ Em 08 de dezembro de 2020, a ANEEL aprovou por meio das Resoluções 2.819 e 2.820, respectivamente a Revisão Tarifária Extraordinária das controladas diretas ERO, EAC, conforme estabelecido nos Contratos de Concessão 02/2018 e 03/2018.

Revisões Tarifárias Extraordinárias - RTE

Em 12 e 26 de julho de 2022 a ANEEL, aprovou as Revisões Tarifárias Extraordinárias das controladas distribuidoras de energia elétrica EBO, ESE, EMT e EMS respectivamente, atendendo à aplicação da Lei nº 14.385 de 27 de junho 2022, que trata da devolução, aos consumidores, de créditos fiscais associados ao excesso de tributo decorrente da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

Essas revisões tarifárias utilizam créditos tributários de PIS/Confins. A devolução é possível devido à decisão judicial favorável obtida pelas concessionárias distribuidoras para reduzir a base de cálculo das contribuições. Essas ações já foram julgadas e os créditos tributários foram habilitados pela Receita Federal, o que dá segurança jurídica para sua aplicação. A nova tarifa será aplicada a partir de 13 e 27 de julho de 2022 para as controladas EBO, ESE e para EMT e EMS, respectivamente.

Nos Reajustes Tarifários Anuais (RTAs) de 2022, as controladas EBO e ESE haviam devolvido os valores compensados e a EMT e EMS já haviam antecipado parte do valor mesmo sem a compensação pela junto à Receita Federal do Brasil. Assim, nessas RTEs estão sendo considerados os valores referentes aos 12 meses futuros para as controladas EBO e ESE e para EMT e EMS estão sendo considerados os valores referentes aos próximos 09 meses até processo tarifário em abril de 2023.

RTEs para Distribuidoras

Distribuidoras	Resoluções Homologatórias	Notas Técnicas	Efeito Médio RTEs	Alta Tensão (AT)	Baixa Tensão (BT)
EBO	3.060	107	-5,26%	-5,02%	-5,34%
ESE	3.063	106	-4,47%	-3,80%	-4,75%
EMT	3.075	137	-1,38%	-1,33%	-1,40%
EMS	3.074	138	-1,30%	-1,27%	-1,31%

Créditos de PIS/COFINS nas RTAs e RTEs

Distribuidoras	Resoluções Homologatórias	Notas Técnicas	Créditos de PIS/COFINS (RTAs)	Créditos de PIS/COFINS (RTEs)	Total
EBO	3.060	107	9.427	17.375	26.802
ESE	3.063	106	62.845	74.131	136.976
EMT	3.075	137	230.000	89.110	319.110
EMS	3.074	138	101.000	50.740	151.740

8.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;
Bandeira Tarifária Amarela;
Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh	R\$/Kwh REH 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/Kwh Resolução nº 3/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3.051/2022 ⁽³⁾
Verde	-	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022;

⁽²⁾ A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica de novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022;

⁽³⁾ A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

No período as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	30/09/2022	30/09/2021
Janeiro	Escassez Hídrica	Amarela
Fevereiro	Escassez Hídrica	Amarela
Março	Escassez Hídrica	Amarela
Abril ⁽¹⁾	Escassez Hídrica /Verde	Amarela
Maio	Verde	Vermelha Patamar 1
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2
Julho	Verde	Vermelha Patamar 2
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 2
Setembro	Verde	Escassez Hídrica

⁽¹⁾ Vide tópico da bandeira de escassez Hídrica.

Bandeira Escassez Hídrica:

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

A aplicação da Bandeira de Escassez Hídrica foi finalizada em 16 de abril de 2022, conforme posição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Ofício Circular nº 6/2022 -DR/ANEEL, de 11 de abril de 2022.

8.3.1 Programa de incentivo a redução voluntária de consumo de energia elétrica:

Foi instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigorará por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram apurados pelas controladas distribuidoras de energia elétrica R\$236.620 em bônus de redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores. Os valores foram repassados aos consumidores durante o período de 01 de janeiro a 30 de setembro de 2022. Em 30 de setembro de 2022, as controladas possuíam R\$2.733 a receber registrado em outros créditos no ativo circulante no consolidado e R\$6.160 como obrigação a serem repassado aos consumidores registrados em outros passivos circulante no consolidado.

8.4 Outros assuntos regulatórios

8.4.1 Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, o Grupo Energisa encontra-se bem posicionado.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

- 1) Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;
- 2) Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência.
- 3) Em agosto de 2022, a Diretoria da Aneel, através do Despacho 2.168/2022, acatou os pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020 e revisou os montantes de involuntariedade das distribuidoras para os anos de 2016 e 2017.

Após a publicação do Despacho 2.168/2022, a Administração atualizou as suas estimativas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referentes à sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2021, proporcionalizando um efeito no resultado consolidado.

No período findo em 30 de setembro de 2022 foram reconhecidos no resultado do período, no consolidado, o montante de R\$30.558, contabilizados na receita operacional bruta - ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização e R\$12.098 referente a atualização financeira, registrado no resultado financeiro.

		Receita operacional bruta - ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização ^(*)			
Controladas	Saldos em 31/12/2021	30/09/2022		Atualização Financeira	Saldos em 30/09/2022
EMT	(75.600)	32.258		(1.886)	(45.228)
EMS	3.100	197		976	3.879
ESS	22.900	1.771		2.159	26.830
ETO	(31.600)	(17)		(2.669)	(34.286)
EPB	27.200	(892)		2.560	28.868
EBO	16.400	(49)		1.402	17.753
ESE	13.200	54		1.168	14.314
ERO	5.000	(1.250)		(408)	3.342
EAC	85.400	(298)		9.359	94.461
EMG	(7.000)	(1.216)		(563)	(8.779)
Saldos - ativo não circulante	59.000	30.558		12.098	101.154

(*) Ajustes calculados de acordo com Despacho Aneel nº 2.168/2022. Os saldos estão apresentados na rubrica Ativos e Passivos Financeiros Setoriais - Sobrecontratação de Energia - Não Circulante.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais - Consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldos em 31/12/2021	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldos em 30/09/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	229.585	(245.999)	(8.773)	39.686	(93.600)	(79.101)	(3.289)	(75.812)	(70.653)	(8.448)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	198.113	146.823	(75.153)	4.735	(173.274)	101.244	6.290	94.954	54.152	47.092
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	19.598	73.196	(15.075)	2.886	(59.733)	20.872	3.359	17.513	16.903	3.969
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.980	6.133	(1.012)	182	(4.929)	5.354	(261)	5.615	1.966	3.388

Ativo financeiro setorial	Saldos em 31/12/2021	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldos em 30/09/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Conta de desenvolvimento energético - CDE	37.218	325.061	(37.267)	10.492	(199.508)	135.996	13.292	122.704	86.663	49.333
Encargo de serviços de sistema ESS ⁽²⁾	1.284.018	(749.527)	(216.053)	17.684	(567.696)	(231.574)	9.367	(240.941)	(95.437)	(136.137)
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽⁹⁾	-	(43.569)	-	-	42.950	(619)	-	(619)	(619)	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	25.246	1.724	(3.504)	181	(13.630)	10.017	5.401	4.616	6.651	3.366
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	291.663	304.072	13.374	8.769	(263.796)	354.082	(612)	354.694	196.332	157.750
CUSD	4.044	519	(1.897)	(189)	(1.983)	494	584	(90)	560	(66)
Exposição de submercados ⁽⁶⁾	98.254	(197)	(36.822)	675	(60.747)	1.163	1.195	(32)	1.308	(145)
Garantias financeiras ⁽⁷⁾	5.079	2.980	(1.961)	207	(4.444)	1.861	427	1.434	1.049	812
Saldo a compensar ⁽⁸⁾	11.774	50.986	(11.117)	8	(44.465)	7.186	3.322	3.864	2.336	4.850
Outros itens financeiros ⁽¹⁰⁾	431.041	(129.110)	342.757	34.807	(239.599)	439.896	(22.548)	462.444	116.849	323.047
Total Ativo	2.640.613	(256.908)	(52.503)	120.123	(1.684.454)	766.871	16.527	750.344	318.060	448.811

Passivo financeiro setorial	Saldos em 31/12/2021	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldos em 30/09/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortiza- ção	Remunera- ção						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	271.302	36.128	(96.110)	(3.771)	(93.600)	113.949	51.549	62.400	72.350	41.599
Transporte de energia elétrica - Rede básica	12.485	(16.404)	36.289	676	(173.274)	(140.228)	(117.458)	(22.770)	(123.804)	(16.424)
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	(1.209)	20.189	(27)	(59.733)	(40.780)	(40.652)	(128)	(40.696)	(84)
Encargo de serviços de sistema ESS ⁽²⁾	134	103.902	306.517	2.701	(567.696)	(154.442)	(262.021)	107.579	(223.245)	68.803
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	53.778	(5.275)	32.102	(457)	(199.508)	(119.360)	(107.396)	(11.964)	(111.235)	(8.125)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	839	-	625	-	(4.929)	(3.465)	(3.465)	-	(3.465)	-
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁰⁾	-	(42.765)	-	-	42.950	185	168	17	185	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	25.445	(5.248)	(13.344)	(204)	(13.630)	(6.981)	(1.089)	(5.892)	(4.027)	(2.954)
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	571.764	(17.728)	(205.082)	(1.740)	(263.796)	83.418	131.624	(48.206)	114.788	(31.370)
Devoluções Tarifárias ⁽⁵⁾	345.314	105.421	(30.358)	30.889	-	451.266	22.750	428.516	222.948	228.318
CUSD	5.577	(52)	(1.365)	(1)	(1.983)	2.176	2.212	(36)	2.164	12
Exposição de submercados ⁽⁶⁾	5	141	43.310	(19)	(60.747)	(17.310)	(17.495)	185	(17.426)	116
Garantias financeiras ⁽⁷⁾	-	(850)	1.456	(48)	(4.444)	(3.886)	(2.617)	(1.269)	(3.183)	(703)
Saldo a compensar ⁽⁸⁾	6.466	(14.892)	9.522	(283)	(44.465)	(43.652)	(31.097)	(12.555)	(36.400)	(7.252)
Outros itens financeiros ⁽¹⁰⁾	190.881	244.156	515.797	(3.493)	(239.599)	707.742	674.123	33.619	652.517	55.225
Total Passivo	1.483.990	385.325	619.548	24.223	(1.684.454)	828.632	299.136	529.496	501.471	327.161
Saldo líquido	1.156.623	(642.233)	(672.051)	95.900	-	(61.761)	(282.609)	220.848	(183.411)	121.650

- (1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA)** - a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativo aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (2) **Encargo de serviço do sistema - ESS** - representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional.
- (3) **Neutralidade da Parcela A** - refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas;
- (4) **Sobrecontratação de energia (energia excedente)** - as distribuidoras de energia elétrica devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo;
- (5) **Devoluções tarifárias** - refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP);
- (6) **Exposição de submercados** - representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre Submercados;
- (7) **Garantias financeiras** - repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004;
- (8) **Saldo a compensar - (CVA do ciclo anterior)** - conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada;
- (9) **Bandeiras tarifárias CCBRT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCBRT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

Os valores repassados pelas Controladas referentes às Bandeiras Tarifárias no período findo em 30 de setembro de 2022, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCBRT, tem o montante de R\$128.446 (R\$1.058.877 em 30 de setembro de 2021).

- (10) **Outros itens financeiros** - considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, diferimento do RTE 2018 da controlada ERO, cujo repasse tarifário foi aprovado para o RTE 2019, encontrando-se em amortização em 2020 e a compensação de créditos de ICMS, postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica.

Repasse dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu - em 17 de fevereiro e 1 de setembro de 2022 as controladas indiretas EMT (R\$15.882), EMS (R\$1.907), ESS (R\$29.082) e EMG (R\$ 22.189) receberam recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021. O montante recebido foi contabilizado reduzindo a parcela dos ativos financeiros setoriais constituídos.

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - Nos termos do inciso I do art.4º, da Lei nº 14.182, decide: (i) fixar os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022 foi de R\$489.312, conforme Despacho 1.959/2022.

Créditos de PIS e COFINS: no processo tarifário de 2022, foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente as ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública de nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, que em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. No Reajuste Tarifário Anual das controladas distribuidoras de energia, a ANEEL reconheceu o montante de R\$1.097.793, sendo considerados 1/12 deste valor a cada mês compensando a redução tarifária, tendo compensado até setembro de 2022 o valor de R\$530.373. A seguir apresentamos os valores reconhecidos em cada controlada:

Empresa	Valor oferecido ao consumidor
EMT	319.110
EMS	151.740
ETO	144.293
ESS	87.082
ENF	9.278
EBO	26.801
EPB	222.513
ESE	136.976
Total	1.097.793

A ANEEL, seguindo as determinações da Medida Provisória nº 1.078/2021 e do Decreto nº 10.939/2022, operacionalizou um aporte para as distribuidoras do setor elétrico visando reduzir os impactos financeiros - e o posterior repasse deles à tarifa dos consumidores - dos custos referentes à compra de energia elétrica no período de escassez hídrica de 2021. Conforme estipulado pela normativa, os valores foram contabilizados reduzindo os ativos regulatórios mitigando os custos que seriam cobrados dos consumidores nos processos tarifários das distribuidoras. Os valores de R\$985.068 foram recebidos pelas distribuidoras em 09/05/2022.

Conta Escassez Hídrica, operações financeiras, utilização da conta de Desenvolvimento Energético - CDE - a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R\$985.068, dos quais R\$73.946 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$146.682 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R\$764.440 destinados ao diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Os valores recebidos pelas distribuidoras em 09 de maio de 2022 é como segue:

Empresa	Custo de importação de energia	Programa de redução voluntaria de consumo	Diferimentos	Total
EMT	19.359	34.597	492.122	546.078
EMS	10.120	25.039	143.517	178.676
ESE	6.064	12.407	62.877	81.348
EAC	2.333	4.505	45.614	52.452
ESS	7.899	16.189	20.310	44.398
EPB	9.199	19.683	-	28.882
ERO	9.253	16.594	-	25.847
ETO	5.701	9.286	-	14.987
EMG	2.798	5.793	-	8.591
EBO	1.220	2.589	-	3.809
Total	73.946	146.682	764.440	985.068

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Subvenção créditos CCC				
Sub-rogação da CCC ⁽¹⁾	-	-	24.442	484.368
Aquisição de combustível p/ conta CCC ⁽²⁾	-	-	7.550	10.754
CCC custo total de geração - Lei nº 12.111/2009 ⁽³⁾	-	-	62.025	216.680
Créditos CCC - ICMS a receber EAC ⁽⁴⁾	-	-	55.817	55.817
Subtotal	-	-	149.834	767.619
Subvenção Baixa Renda ⁽⁵⁾	-	-	107.645	121.777
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	215.365	227.619
Outras ordens de serviço	-	-	33.762	20.365
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	988	1.208
Adiantamentos a fornecedores	70	39	95.634	49.404
Adiantamentos a empregados	825	1.025	35.742	37.391
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽⁶⁾	-	-	149.290	251.341
Bônus - Reembolso do Fundo CDE ⁽⁷⁾	-	-	2.733	236.620
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁸⁾	-	-	57.782	58.099
Padrão de baixa renda	-	-	3.259	3.260
Adiantamento de benefícios pós-emprego	-	-	-	8.254
Despesas pagas antecipadamente	2.773	4.738	75.989	74.318
Créditos a receber de terceiros alienação de bens e direitos ⁽⁹⁾	-	-	95.799	83.054
Depósito para reinvestimentos - incentivo fiscais ⁽¹⁰⁾	-	-	45.203	10.843
Adiantamentos - Inergus ⁽¹¹⁾	-	-	75.121	69.455
Indenização à concessão - AIC indenizável ⁽¹²⁾	-	-	165.692	312.358
Indenização à concessão - sobras Físicas ⁽¹³⁾	-	-	52.166	89.597
Títulos de créditos cedidos ao FIDC ⁽¹⁴⁾	200.000	200.000	86.806	82.739
Outros ⁽¹⁵⁾	8.326	46.585	294.506	132.098
Total	211.994	252.387	1.743.316	2.637.419
Circulante	12.152	52.387	1.250.149	2.047.563
Não circulante	199.842	200.000	493.167	589.856

⁽¹⁾ Sub-rogação CCC

. A controlada indireta EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						30/09/2022	31/12/2021
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	30.960	20.492	21.786	29.790
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	2.888	625	2.651	3.556
Total		42.922	37.169	33.848	21.117	24.437	33.346
Circulante						11.702	6.791
Não Circulante						12.735	26.555

. A controlada direta ERO registrou em 30 de setembro de 2022 o montante de R\$5 (R\$451.022 em 31 de dezembro de 2021) aprovado pela Aneel, através da Resolução Autorizativa nº 9.660 de 02 de fevereiro de 2021, alterada pela Resolução Autorizativa nº 10.064 de 08 de junho de

2021, do qual autorizou o enquadramento na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, relativo aos projetos de interligação de sistemas isolados no Estado de Rondônia, ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Foram recebidos até junho de 2022 o montante de R\$451.017.

(2) **Aquisição de combustível da conta CCC** - a controlada indireta EMT possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, sendo que à ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018 e nº 36/2019-SFF de 12 de março de 2019 detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e efetuou o reprocessamento mensal dos benefícios referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de abril de 2017, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011. O saldo a receber em 30 de setembro de 2022 é de R\$7.550 (R\$10.754 em 31 de dezembro de 2021).

(3) **CCC custo total de geração - Lei nº 12.111/2009** - os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC estão apresentados no ativo circulante e não circulante. Estes são reconhecidos com base na Lei nº 12.111/2009, cujas informações são prestadas pelas controladas ERO e EAC junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é gestora da Conta CDE. Esses valores após aprovados pela gestora são repassadas as controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. No período findo em 30 de setembro de 2022 foi contabilizada pela controlada EAC provisão de Fundo CDE e CCC no montante de R\$365.629 tendo sido recebido o montante de R\$350.242 referentes ao período de dezembro de 2021 a setembro de 2022 e a controlada ERO contabilizou provisão de R\$40.055 tendo sido recebido o montante de R\$210.097 referentes a dezembro de 2021 a setembro de 2022.

(4) **Créditos CCC - ICMS a receber EAC** - refere-se a créditos a receber de CDE-CCC reconhecidos pela controlada EAC de ICMS não recuperados incidentes sobre as aquisições de óleo diesel consumidos durante o processo de geração de energia elétrica nos sistemas isolados no interior do Estado do Acre, referente ao período de 2014 a outubro de 2016. A administração tem expectativa de realizar o recebimento dos valores nos próximos exercícios.

(5) **Subvenção Baixa renda** - referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto são referentes as provisões de agosto e setembro de 2022. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção baixa renda	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2020	5.368	447	9.505	19.214	2.113	10.070	8.527	9.529	5.118	7.850	11.562	89.303
Subvenção baixa renda	26.097	3.030	59.638	117.920	13.115	64.516	52.316	61.956	26.445	25.571	19.399	470.003
Ressarcimento realizados pela CCEE	(25.409)	(2.927)	(58.729)	(116.306)	(12.973)	(63.384)	(51.885)	(60.683)	(25.707)	-	(19.526)	(437.529)
Saldos consolidados em 31/12/2021	6.056	550	10.414	20.828	2.255	11.202	8.958	10.802	5.856	33.421	11.435	121.777
Subvenção baixa renda	24.080	2.797	52.413	96.716	11.009	61.156	43.996	58.217	22.746	21.999	15.584	410.713
Ressarcimento realizados pela CCEE	(23.051)	(2.629)	(50.943)	(96.118)	(10.882)	(57.691)	(42.055)	(55.040)	(22.489)	(50.357)	(13.590)	(424.845)
Saldos consolidados em 30/09/2022	7.085	718	11.884	21.426	2.382	14.667	10.899	13.979	6.113	5.063	13.429	107.645

(6) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário** - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do trimestre seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção CDE	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Saldos consolidados em 31/12/2020	11.402	444	256	17.724	(1.172)	71.705	16.506	14.998	19.422	22.560	2.092	175.937
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	54.125	3.955	42.903	94.552	7.259	323.294	84.115	160.649	95.988	61.307	13.011	941.158
Ressarcimento realizados pela CCEE	(55.651)	(3.653)	(37.526)	(90.930)	(4.619)	(328.125)	(80.086)	(152.548)	(99.321)	41	(13.336)	(865.754)
Saldos consolidados em 31/12/2021	9.876	746	5.633	21.346	1.468	66.874	20.535	23.099	16.089	83.908	1.767	251.341
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	39.667	3.331	37.704	59.215	4.641	264.836	61.586	130.305	66.038	38.718	7.986	714.027
Ressarcimento realizados pela CCEE	(43.682)	(3.170)	(34.228)	(74.289)	(5.323)	(265.534)	(67.552)	(121.149)	(75.177)	(116.607)	(9.367)	(816.078)
Saldos consolidados em 30/09/2022	5.861	907	9.109	6.272	786	66.176	14.569	32.255	6.950	6.019	386	149.290

(7) **Bônus - Reembolso do Fundo CDE**

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	ERO	EAC	Total
Bônus - reembolso do Fundo CDE ⁽¹⁾	10.875	2.533	13.502	19.351	3.559	69.345	21.341	35.478	32.072	20.958	7.606	236.620
Saldos consolidados em 31/12/2021	10.875	2.533	13.502	19.351	3.559	69.345	21.341	35.478	32.072	20.958	7.606	236.620
Bônus - reembolso do Fundo CDE ⁽¹⁾	(10.765)	(2.464)	(13.423)	(19.138)	(3.537)	(68.559)	(21.099)	(35.068)	(31.806)	(20.513)	(7.515)	(233.887)
Saldos consolidados em 30/09/2022	110	69	79	213	22	786	242	410	266	445	91	2.733

(1) Vide nota explicativa nº 8.3.1.

(8) **Outros créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará - CELPA** - são valores que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber créditos da CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intragrupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante as Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.

(9) **Créditos a receber de terceiros** - refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(10) **Depósito para reinvestimento** - incentivos fiscais - refere-se ao benefício de reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, que as controladas distribuidoras de energia dispõem para reinvestir em seus próprios empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM/ SUDENE, instalada nos setores da econômica considerados prioritários para o desenvolvimento regional.

(11) **Adiantamento INERGUS** - refere-se de recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Energipe de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD) no montante de R\$42.786 (R\$37.120 em 31 de dezembro de 2021). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS, inclui também o montante de R\$32.335 (R\$32.335 em 31 de dezembro de 2021) referente ao programa de incentivo a migração de participantes do plano BD para o plano CD. O programa foi aprovado pela PREVIC sob Portaria nº 915 de 24/09/2018.

(12) **Indenização a concessão - Ativo Imobilizado em curso** - refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Os recebimentos das parcelas serão em 36 parcelas cujas liberações já iniciaram no mês de maio de 2021. A composição dos recebíveis é como segue:

	ERO		EAC		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	245.717	240.908	66.641	87.837	312.358	328.745
Atualização financeira ^(*)	10.259	15.712	4.272	5.443	14.530	21.155
Recebimento ^(**)	(134.336)	-	(26.860)	(22.875)	(161.196)	(22.875)
Baixas ^(***)	-	(10.903)	-	(3.764)	-	(14.667)
Saldo final	121.640	245.717	44.053	66.641	165.692	312.358

^(*) Valores atualizados pelo IPCA até novembro de 2021 e a partir desta data com aplicação da taxa Selic.

^(**) No período findo em 30 de setembro de 2022, a controlada ERO recebeu os valores correspondentes as liberações das parcelas de maio de 2021 a setembro de 2022 no montante de R\$134.336.

^(***) Baixa de recebível pagos pelo consumidor na vigência do RT 2020, conforme Nota Técnica nº 250/2021-SGT/SFF/ANEEL.

⁽¹³⁾ **Indenização a concessão - Sobras físicas** - refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizado pela Portaria nº 438, de 07 de dezembro de 2020, do Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica classificados como sobras físicas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL que aprovou a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020. Os recebimentos das parcelas serão em 36 parcelas cujas liberações já iniciaram no mês de abril de 2021. A composição dos recebíveis é como segue:

	ERO		EAC		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	56.422	54.349	33.175	43.705	89.597	98.054
Atualização financeira ^(*)	2.875	2.073	2.412	1.878	5.287	3.951
Recebimento ^(**)	(30.603)	-	(12.115)	(12.408)	(42.718)	(12.408)
Saldo final	28.694	56.422	23.472	33.175	52.166	89.597

^(*) Valores atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic.

^(**) No período findo em 30 de setembro de 2022, a controlada ERO recebeu os valores correspondentes as liberações das parcelas de abril 2021 a setembro de 2022 no montante de R\$30.603.

⁽¹⁴⁾ Refere-se a títulos de créditos cedidos ao FIDC (conforme operação divulgada na nota explicativa nº 3) - ações judiciais e títulos de recuperação líquido de perdas esperadas de R\$86.806 (R\$82.739 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

⁽¹⁵⁾ **Outros** - inclui, na controladora R\$1.313 (R\$829 em 31 de dezembro de 2021) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval e no consolidado e R\$4.118 (R\$29.620 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (27,27% do capital total) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (98,99% do capital total). Esta última é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital total) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital total). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital total).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	30/09/2022	31/12/2021	
	Ativo	Ativo	Passivo
Clientes, consumidores, concessionárias e outros - Serviços especializados	55.736	32.681	-
Compartilhamento	3.949	-	-
Outros Créditos - outros -Comissão de aval	1.313	829	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	2.725.667	2.357.865	-
Total - circulante	3.949	-	-
Total - não circulante	2.782.716	2.391.375	-
Mútuos (1):			
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A ⁽¹⁾	4.917	4.463	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A ⁽²⁾	54.436	43.954	-

. Rede Energia Participações S/A ⁽²⁾ e ⁽³⁾	111.055	96.749	-
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	7.988	151.306	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	516.793	1.409.585	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ⁽¹⁾	116.715	108.336	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ⁽¹⁾	2.352	2.183	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ⁽¹⁾	101.691	73.602	-
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ⁽¹⁾	273.185	204.843	-
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda ⁽¹⁾	42.103	38.380	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A ⁽¹⁾	318.557	292.388	-
. Energisa Participações Minoritárias S/A ⁽¹⁾ ^(*)	-	-	(426.139)
. Voltz Capital S.A.	41.959	6.784	-
Total - não circulante	1.591.751	2.432.573	(426.139)

Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (4):

. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	40	180	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	598	455	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	27	38	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	27	38	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	27	38	-
. Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	27	38	-
. Energisa Transmissora de Energia S/A	193.490	27.123	-
. Energisa serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	212	1.519	-
. Voltz Capital S.A.	34.388	19.530	-
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	46.742	-	-
. Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	24.126	-	-
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	100.000	-	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	300.000	-	-
	699.704	48.959	-
Total	5.078.120	4.872.907	(426.139)

^(*) Em 30 de abril de 2022 foi liquidado o saldo do mútuo mediante utilização do valor devido pela controlada referente aos dividendos do exercício de 2021.

⁽¹⁾ **Mútuos** - os contratos de mútuos possuem prazo de 24 meses, exceto ERO e EAC, que possuem prazo de 36 meses e EPM, que possui prazo de 48 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 1,0727 a.a. (CDI + 0,5914 a.a. em 31 de dezembro de 2021), exceto para ECOM, remunerado pela taxa de juros CDI + 2,65 a.a., para ERO e EAC são remunerados a juros CDI + 2,5 a.a., respectivamente, e incluem o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia Participações e Rede Power;

⁽²⁾ Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta;

⁽³⁾ Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do exercício de 2017 as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano; e

⁽⁴⁾ Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos.

Condições de contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	12/09/2024
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	Juros CDI + 2,5 a.a.	04/05/2023
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	Juros CDI + 2,5 a.a.	04/05/2023
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	Juros CDI + 2,65 a.a.	25/06/2024
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/05/2024
. Voltz Capital S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2023

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos prestados ⁽¹⁾	Compartilhamento ⁽²⁾	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira ^(3 e 4)	Operação com FIDC - Receitas ⁽⁵⁾	Saldo a receber (Clientes, consumidores, concessionárias e outros)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	13.399	1.236	11.242	-	2.732	76.643
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	33.932	2.562	29.898	-	9.650	240.034
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	17.655	2.325	20.640	-	4.603	159.410
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	5.358	640	1.948	-	1.943	18.105
. Energisa Soluções S/A	2.309	-	-	-	403	-
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	2.742	260	1.771	-	621	12.071
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	57.494	12.145	22.408	-	12.074	168.556
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	32.385	5.461	12.496	-	9.634	161.566
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	21.152	5.585	28.528	-	5.007	365.354
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A.	23.153	2.562	18.685	-	5.401	180.869
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A.	1.147	-	-	-	161	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	-	6.646	-	-	-
. Multi Energisa Serviços S/A	1.758	-	-	-	261	-
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	11	-	-	-	7	-
. Energisa Serviços Aéreos e Aero Inspeção S/A	14	-	-	-	3	-

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos prestados ⁽¹⁾	Compartilhamento ⁽²⁾	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira ^(3 e 4)	Operação com FIDC - Receitas ⁽⁵⁾	Saldo a receber (Clientes, consumidores, concessionárias e outros)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	772	20	4.221	-	130	-
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A	16	-	-	-	5	-
. Gipar S/A (2)	-	-	(3.088)	-	-	-
. Rede Energia Participações S/A	-	-	14.306	-	-	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	21.383	3.252	114.343	-	7.366	1.031.471
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	9.475	1.337	22.050	-	1.768	267.285
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	294	83	218	-	67	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	237	65	10.813	-	58	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	203	42	9.104	-	43	-
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	359	12	23.637	-	50	-
. Dinâmica Direitos Creditórios S/A	-	-	-	-	2	-
. Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	-	-	29.339	-	-	-
. Alsol Energias Renováveis S/A	534	-	-	-	362	-
. Voltz Capital S/A	274	-	2.054	-	32	-
. Energisa Participações Minoritárias S/A	-	-	(17.250)	-	-	-
. Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	340	2	3.893	-	47	45.616
30/09/2022	246.396	37.589	367.902	-	62.430	2.726.980
31/12/2021	-	-	-	-	35.445	2.359.533
30/09/2021	197.839	33.325	271.115	254.707	-	-

⁽¹⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses e foi prorrogado em 23 de março de 2022 por mais 6 meses, conforme Despacho nº 751, em 18 de março de 2022, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$865.212, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

⁽²⁾ **Contrato de compartilhamento** - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

⁽³⁾ Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a. para as companhias controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.;

Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2021, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R\$3.088, registrados na rubrica de "despesas pagas antecipadamente" e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês, enquanto no período findo em 30 de setembro de 2022 foram contabilizados R\$3.088 (R\$6.113 em 30 de setembro de 2021) registrados em outras despesas financeiras - comissão de aval no resultado do período na controladora. 30 de setembro de 2022 não existia saldo a apropriar;

⁽⁴⁾ Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao período findo em 30 de setembro de

A Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries incentivadas emitidas pelas controladas, conforme segue:

Inclui, custo do contrato de comissão de aval, de garantias da controladora para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 30 de setembro de 2022 monta em R\$1.313 (R\$829 em 31 de dezembro de 2021).

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Remuneração anual ⁽¹⁾	11.873	8.139	84.815	72.116
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	1.315	993	3.774	3.498
Remuneração da Diretoria	1.704	2.889	20.704	19.655
Outros benefícios ⁽²⁾	2.399	3.027	18.148	22.094

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2022 foi aprovado em AGO/E de 27 de abril de 2022, aprovado o novo limite global de remuneração de R\$84.815.

(2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de setembro de 2022, foram de R\$194 e R\$1 na controladora e R\$214 e R\$4 no consolidado (R\$176 e R\$1 na controladora e R\$200 e R\$4 no consolidado em 30 de setembro de 2021), respectivamente. A remuneração média no período findo em 30 de setembro de 2022 foi de R\$25 na controladora e R\$45 no consolidado (R\$29 na controladora e R\$40 no consolidado em 30 de setembro de 2021).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia e suas controladas ofereceram aos seus executivos um plano de (LP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano, ou seja 1.729.827 *units*, a ser baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e seu regulamento foi aprovado em 10 de maio de 2018.

	Controladora					Consolidado				
	1º programa ILP	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP	5º programa ILP	1º programa ILP	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP	5º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	68.961	56.366	58.277	65.537	109.398	253.063	210.754	206.204	269.963	399.858
Data da aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022
Data de início vesting	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022
Opções de ações prescritas	6.377	10.490	2.600	2.895	-	18.360	26.152	11.556	2.895	-
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	8,2%	7,7%	5,26%	7,88%	12,55%	8,2%	7,7%	5,26%	7,885%	12,55%
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2021	DI1F2022	DI1F2023	DI1F2024	DI1F2025	DI1F2021	DI1F2022	DI1F2023	DI1F2024	DI1F2025
Volatilidade ⁽¹⁾	29,29%	25,06%	50,51%	35,15%	34,88%	29,29%	25,06%	50,51%	35,15	34,88%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$37,90	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$37,90
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em Operação	Em operação	Em operação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

Atualmente, as controladas possuem um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

(1) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”)) para o *Total Shareholder Return* (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Em 13 de maio de 2021 e 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a liquidação do 1º e 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, respectivamente conforme segue:

Companhia e controladas	Liquidação 1º Programa ILP		Liquidação 2º Programa ILP	
	Valor Units Tesouraria ^(*)	Número de Units	Valor Units Tesouraria ^(*)	Número de Units
Energisa S/A	2.169	46.112	1.918	43.643
Energisa Minas	360	7.659	365	8.292
Energisa Nova Friburgo	106	2.252	71	1.614
Energisa Sergipe	284	6.032	375	8.531
Energisa Borborema	171	3.639	162	3.683
Energisa Paraíba	798	16.968	835	18.993
Energisa Mato Grosso	1.385	29.444	1.248	28.382
Energisa Mato Grosso Sul	665	14.119	612	13.919
Energisa Tocantins	800	17.011	541	12.317
Energisa Sul Sudeste	370	7.866	338	7.681
Energisa Rondônia	284	6.038	392	8.920
Energisa Acre	205	4.354	368	8.381
Energisa Soluções	282	5.982	48	1.096
Energisa Soluções Construções	129	2.737	48	1.096
Energisa Pará I	63	1.347	62	1.407
Energisa Goiás I	63	1.347	62	1.407
Energisa Comercializadora	91	1.934	-	-
Alsol	61	1.325	-	-
Total	8.286	176.166	7.445	169.362

(*) líquido de IRRF de responsabilidade do beneficiário.

A transferência ocorreu em 07 de junho de 2021 em que a Companhia transferiu a propriedade de 176.166 Units, mantidas em tesouraria para os beneficiários do 1º Programa da Companhia e de suas controladas diretas e/ ou indiretas. Em 07 de junho de 2022 a Companhia transferiu a propriedade de 169.362 Units, mantidas em tesouraria para os beneficiários do 2º Programa da Companhia e de suas controladas diretas e/ ou indiretas.

Para os demais programas não há opções exercíveis ou expiradas em 30 de setembro de 2022. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuraram o valor justo das ações (*units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pró rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No período findo em 30 de setembro de 2022, foram contabilizados R\$4.289 (R\$5.333 em 30 de setembro de 2021) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica custos e despesas operacionais - Programa de remuneração variável (ILP) no consolidado, sendo R\$1.710 (R\$2.068 em 30 de setembro de 2021) e R\$2.579 (R\$3.265 em 30 de setembro de 2021) na controladora e nas controladas, respectivamente. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido ao final de 30 de setembro de 2022 foi de R\$25.145 (R\$19.101 em 31 de dezembro de 2021).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas informações financeiras intermediárias no montante de R\$166.178 (R\$139.445 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R\$3.444.158 (R\$3.173.511 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado em face de não apresentar perspectiva de realização neste exercício. Caso os estudos apontem a probabilidade de recuperação serão reconhecidos os créditos correspondentes.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Ativo		
Prejuízos fiscais	353.296	296.241
Base negativa da contribuição social	126.672	107.057
Diferenças temporárias	1.401.834	1.020.464
Total - ativo não circulante	1.881.802	1.423.762

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	370.173	354.424	3.848.112	3.550.038
Contribuição Social	133.262	127.592	1.385.320	1.278.014
Total - passivo não circulante	503.435	482.016	5.233.432	4.828.052
Total líquido - ativo e (passivo) não circulante	(503.435)	(482.016)	(3.351.630)	(3.404.290)

A diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	30/09/2022		31/12/2021	
	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL	Base de cálculo (*)	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Ganho auferido na combinação de negócios	(818.693)	(278.356)	(818.693)	(278.356)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Marcação a mercado da dívida	(24.704)	(8.399)	(7.343)	(2.497)
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações	(493.184)	(167.683)	(448.344)	(152.437)
Outras exclusões/adições	(19.757)	(6.717)	(18.960)	(6.446)
Total - Passivo Não Circulante	(1.480.690)	(503.435)	(1.417.692)	(482.016)

(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

	Consolidado			
	30/09/2022		31/12/2021	
	Base de Cálculo	IRPJ + CSSL	Base de Cálculo ^(*)	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	1.413.183	353.296	1.184.963	296.241
Base negativa da contribuição social	1.407.465	126.672	1.189.523	107.057
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD)	956.187	325.104	889.930	302.576
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	715.649	243.321	888.701	302.158
Créditos fiscais - ágio ⁽¹⁾	172.777	58.744	191.078	64.967
Provisão ajuste atuarial	626.418	212.982	592.611	201.488
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	377.911	128.490	336.056	114.260
Ativo de contrato - Menos valia	1.274.098	433.193	-	-
Marcação a mercado da dívida	(229.638)	(78.077)	8.446	2.872
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações	(493.184)	(167.682)	(448.344)	(152.437)
Outras adições temporárias	(10.698)	(3.637)	60.683	20.630
Intangível - mais valia ⁽²⁾	(6.280.411)	(2.135.340)	(7.007.464)	(2.382.538)
Resultado auferido na combinação de negócios ^(*)	(1.007.100)	(342.414)	(1.007.100)	(342.414)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações ⁽³⁾	(2.272.279)	(772.575)	(1.974.150)	(671.211)
Ajustes a valor presente ⁽⁴⁾	(2.158.343)	(733.837)	(2.207.966)	(750.708)
Marcação a mercados - derivativos	(483.031)	(164.231)	(974.253)	(331.246)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(60.153)	(20.452)	(71.769)	(24.401)
Remuneração do ativo de contrato	(2.273.258)	(772.907)	(350.893)	(119.304)
Ganho/perda investimentos	(124.352)	(42.280)	(124.352)	(42.280)
Total	(8.448.759)	(3.351.630)	(8.824.300)	(3.404.290)
Total - Ativo Não Circulante	6.943.688	1.881.802	5.375.847	1.423.762
Total - Passivo Não Circulante	(15.392.447)	(5.233.432)	(14.200.147)	(4.828.052)

^(*) base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

⁽¹⁾ Os créditos fiscais - ágio - no montante de R\$58.744 (R\$64.967 em 31 de dezembro de 2021) está sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (12 anos) e EPB (13 anos) pelo método linear.

⁽²⁾ Intangível mais valia - inclui R\$1.697.894 (R\$1.746.664 em 31 de dezembro de 2021) de tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o montante da mais valia atribuída ao valor da concessão calculado na combinação de negócios de ERO e EAC, deduzido de R\$48.770 (R\$48.770 em 30 de setembro de 2021) de amortização realizada no período.

⁽³⁾ Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações - refere-se ao Imposto de renda e contribuição social, incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMG, ENF e ESS que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, ERO e EAC que também assinaram os novos aditivos de contratos de concessão tiveram as suas concessões prorrogadas até 2048 e ETO para 2049, respectivamente e transferiram o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.

Ajuste a valor presente - refere-se basicamente ao valor, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções A e B

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Consolidado
2022	27.289
2023	93.778
2024	117.366
2025	112.255
2026	115.636
2027 a 2028	207.964
2029 a 2031	1.207.514
Total	1.881.802

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Resultados antes dos tributos sobre o lucro ^(*)	419.350	1.845.579	786.164	2.343.281
Resultado de operação descontinuadas	-	-	-	48.467
Base de cálculo	419.350	1.845.579	786.164	2.391.748
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(142.579)	(627.497)	(267.296)	(813.194)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	235.286	669.412	253.879	670.491
Marcação a mercado - bônus de subscrição ^(**)	(96.726)	(21.036)	19.906	63.507
Créditos tributários não constituído no período	(12.068)	(38.216)	6.003	(14.299)
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre JCP	-	-	(2.207)	(2.207)
Outras adições/exclusões	(1.145)	(4.082)	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(17.232)	(21.419)	10.286	(95.702)
Alíquota efetiva	4,11%	1,16%	1,30%	3,99%

^(*) Exclui R\$48.467 referente as operações descontinuadas, conforme nota explicativa nº 36.

^(**) Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 20.

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro ^(*)	702.095	2.824.712	1.097.908	3.165.292
Resultado de operação descontinuadas	-	-	-	48.467
Base de cálculo	702.095	2.824.712	1.097.908	3.213.759
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(238.712)	(960.402)	(373.289)	(1.092.678)
Ajustes:				
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas e etc)	(17.649)	(21.745)	(808)	(4.166)
Incentivos fiscais regionais - Redução IRPJ (SUDENE e SUDAM) ⁽¹⁾	116.560	339.118	125.740	341.770
Créditos tributários não constituídos no período	(75.573)	(223.320)	(17.257)	(66.582)
Lei do Bem	23.481	23.481	-	22.450
Marcação a mercado - bônus de subscrição ⁽²⁾	(96.726)	(21.036)	63.507	63.507
Efeito do regime tributário - lucro presumido	58.032	73.284	8.109	23.756
Outras adições permanentes ⁽³⁾	3.237	11.033	(40.033)	(15.600)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(227.350)	(779.587)	(234.031)	(727.543)
Alíquota efetiva	32,38%	27,60%	21,32%	22,64%

(¹) Exclui R\$48.467 referente as operações descontinuadas, conforme nota explicativa nº 36.

(¹) Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE dos novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) junto da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM em dezembro/2014 para o período de 01/01/2014 a 31/12/2023.

Em 2018, as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novos pedidos para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de 10 anos, a contar do momento da sua aprovação.

As controladas ESE, EBO e EPB tiveram seus respectivos benefícios ampliados para 31/12/2027, 31/12/2028 e 31/12/2029, respectivamente junto a SUDENE, enquanto as controladas EMT e ETO, aguardam a análise de seus pedidos que foram formalizados junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas EMT e ETO, tenham os benefícios garantidos por parte da SUDAM até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, ampliando o prazo de fruição em mais 7 anos.

Em dezembro de 2020 as controladas ERO e EAC protocolaram pedido junto a Superintendência de Desenvolvimento da Amazonas - SUDAM, solicitando a concessão de redução de até 75% do imposto de renda incidente sobre o lucro de exploração.

Em julho e outubro de 2021, as controladas tiveram seus pleitos deferidos na SUDAM. As controladas EAC e ERO obtiveram aprovação dos seus pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2021 a 31/12/2030.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R\$339.128 (R\$341.770 em 30 setembro de 2021). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício no consolidado na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" e serão destinados a Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda no patrimônio líquido das controladas (nota explicativa nº 27.3).

(²) Refere-se aos valores do bônus de subscrição das debêntures de 7ª emissão, vide nota explicativa nº 20; e

(³) Outras exclusões/adições permanentes - referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia e suas controladas em agosto de 2021 impetraram Mandados de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados nos Mandados de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

O Grupo Energisa avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 30 de setembro de 2022 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão e concessão do serviço público (ativo de contrato) - consolidado

13.1 Ativo financeiro indenizável da concessão (Distribuição de energia elétrica)

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão

classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do período como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$320.316 (R\$445.863 em 30 de setembro de 2021).

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	Saldos em 31/12/2021	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 30/09/2022
Energisa Minas Gerais (EMG)	56.619	5.566	(183)	2.359	64.361
Energisa Paraíba (EPB)	935.527	98.269	(1.132)	39.712	1.072.376
Energisa Sergipe (ESE)	687.821	103.158	(2.374)	28.475	817.080
Energisa Nova Friburgo (ENF)	8.810	2.705	(4)	361	11.872
Energisa Borborema (EBO)	105.271	9.489	(309)	4.441	118.892
Energisa Mato Grosso (EMT)	3.884.108	531.822	(18.551)	163.161	4.560.540
Energisa Tocantins (ETO)	47.109	1.876	-	1.961	50.946
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.599.382	347.659	(6.503)	65.032	2.005.570
Energisa Sul Sudeste (ESS)	136.028	8.097	(5)	5.804	149.924
Energisa Rondônia (ERO)	118.509	125.917	(1)	7.347	251.772
Energisa Acre (EAC)	39.129	4.930	(3)	1.663	45.719
Saldo Não Circulante	7.618.313	1.239.488	(29.065)	320.316	9.149.052

⁽¹⁾ Adições: refere-se à transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura da construção.

⁽²⁾ Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

	Saldos em 31/12/2020	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 31/12/2021
Energisa Minas Gerais (EMG)	46.005	5.884	(102)	4.832	56.619
Energisa Paraíba (EPB)	762.906	94.369	(2.070)	80.322	935.527
Energisa Sergipe (ESE)	543.617	85.115	(1.323)	60.412	687.821
Energisa Nova Friburgo (ENF)	6.714	788	(5)	1.313	8.810
Energisa Borborema (EBO)	83.806	9.309	(294)	12.450	105.271
Energisa Mato Grosso (EMT)	3.183.825	376.748	(29.479)	353.014	3.884.108
Energisa Tocantins (ETO)	40.155	2.850	(3)	4.107	47.109
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.251.680	212.600	(4.879)	139.981	1.599.382
Energisa Sul Sudeste (ESS)	101.425	22.257	(166)	12.512	136.028
Energisa Rondônia (ERO)	31.546	71.991	(1)	14.973	118.509
Energisa Acre (EAC)	10.717	26.025	(3)	2.390	39.129
Saldo Não Circulante	6.062.396	907.936	(38.325)	686.306	7.618.313

⁽¹⁾ Adições: refere-se à transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura da construção.

⁽²⁾ Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

13.2 Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no período/exercício:

	Ativo de contrato em 31/12/2021	Saldo de infraestrutura de transmissão adquirido	Receita de remuneração do ativo de contrato	Receita das margens da obrigação de performance de construção	Receita de operação e manutenção	Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	Receita de construção da infraestrutura	Recebimento RAP	Ativo de contrato em 30/09/2022	Circulante	Não Circulante
EGO I	488.030	-	68.897	-	4.262	-	-	(34.178)	527.011	46.138	480.873
EPA I	623.997	-	90.006	-	4.643	-	-	(43.977)	674.669	59.209	615.460
EPA II ⁽¹⁾	540.419	-	20.925	2.348	3.032	224	44.901	(30.574)	581.275	41.957	539.318
ETT	673.064	-	30.177	116.777	-	(13.733)	284.023	-	1.090.308	-	1.090.308
EAM ⁽²⁾	273.513	-	131.366	29.249	10.709	(5.141)	58.159	(12.132)	485.723	12.504	473.219
ETT II	2.726	-	(207)	1.339	-	(829)	2.486	-	5.515	-	5.515
EPT ⁽³⁾	-	107.723	10.730	-	2.116	-	-	(6.700)	113.869	10.092	103.777
EAP	-	-	304	2.827	-	(1.519)	5.659	-	7.271	-	7.271
LMTE ⁽⁴⁾	-	1.514.002	93.801	-	4.092	-	-	(54.774)	1.557.121	158.326	1.398.795
LXTE ⁽⁴⁾	-	1.348.929	109.755	-	3.486	6.092	-	(59.428)	1.408.834	174.288	1.234.546
LTTE ⁽⁴⁾	-	452.519	80.384	1	2.863	53.371	35	(26.545)	562.628	74.738	487.890
Total	2.601.749	3.423.173	636.138	152.541	35.203	38.465	395.263	(268.308)	7.014.224	577.252	6.436.972

	Ativo de contrato em 31/12/2020	Aquisição de infraestrutura de transmissão	Receita de remuneração do ativo de contrato	Receita das margens da obrigação de performance de construção	Receita de operação e manutenção	Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	Receita de construção da infraestrutura	Recebimento RAP	Ativo de contrato em 31/12/2021
EGO I	477.049	-	49.044	-	5.532	-	-	(43.595)	488.030
EPA I	610.807	-	62.861	-	6.031	-	-	(55.702)	623.997
EPA II	278.454	-	36.015	61.805	360	(27.213)	193.882	(2.884)	540.419
ETT	78.335	-	26.028	197.373	-	(43.609)	414.937	-	673.064
EAM	-	239.300	11.475	31.669	15.309	(25.187)	17.292	(16.345)	273.513
ETT II	-	-	4	959	-	(317)	2.080	-	2.726
Total	1.444.645	239.300	185.427	291.806	27.232	(96.326)	628.191	(118.526)	2.601.749

	Margem de construção	Margem de operação e manutenção	Taxa de remuneração	Índice de correção dos contratos	Custos incorridos	RAP anual
EGO I	47%	10%	8% a 11% a.a.	IPCA	255.912	44.438
EPA I	43%	9%	8% a 11% a.a.	IPCA	318.257	43.781
EPA II ⁽¹⁾	18%	9%	8% a 11% a.a.	IPCA	443.542	33.515
ETT	47%	9%	8% a 11% a.a.	IPCA	683.474	62.854
EAM ⁽²⁾	44%	15%	6% a 10% a.a.	IPCA	72.697	63.000
ETT II	22%	5%	6% a 10% a.a.	IPCA	4.400	4.095
EPT ⁽³⁾	0% a 5%	10% a 18%	8% a 11% a.a.	IPCA	-	10.909
EAP	30%	7%	6% a 10% a.a.	IPCA	5.451	11.300
LMTE ⁽⁴⁾	0% a 5%	2%	8% a 11% a.a.	IPCA	-	140.226
LXTE ⁽⁴⁾	0% a 5%	2%	8% a 11% a.a.	IPCA	-	171.189
LTTE ⁽⁴⁾	0% a 5%	2%	8% a 11% a.a.	IPCA	34	75.225
Total	-	-	-	-	1.783.767	660.532

⁽¹⁾ Em 25/05/2021, por meio da Resolução Autorizativa nº 10.088, de 25 de maio de 2021, foi autorizada que a controlada EPA II iniciasse um reforço da infraestrutura de transmissão (SE Integradora Sossego - instalação do 1º reator de barra 500kV (3+1) x 45,33 Mvar) onde a estimativa de custo é na ordem de R\$46.666 com previsão de término da obra em maio de 2023, cuja RAP prevista é de R\$3.923.

⁽²⁾ Em 31/03/2021 a controlada indireta ETE pagou o montante de R\$239.300 pela assunção dos ativos já existentes e realizou a celebração do contrato de concessão junto ao Poder Concedente onde os empreendimentos incorporados entraram em operação, proporcionando o direito de recebimento de 30% da Receita Anual Permita (RAP) prevista, e construção de novos empreendimentos conforme destacado na nota explicativa nº 1.

⁽³⁾ Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia e a controlada indireta ETE concluíram a operação de aquisição da Geogroup Paranaíta, e em maio de 2022, concluiu a operação de aquisição da Vision, conforme destacado na nota explicativa nº 15.

⁽⁴⁾ Em junho de 2022, a controlada direta ETE concluiu a operação de aquisição da Gemini Energy que por sua vez detém o controle das Transmissoras, conforme destacado na nota explicativa nº 15.

14. Ativo contratual - Infraestrutura em construção - Consolidado

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 31/12/2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 30/09/2022
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	2.160.879	3.426.252	(1.605.174)	(1.351.059)	-	2.630.898
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	913.002	351.550	(521.349)	(111.571)	(800)	630.832
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	1.247.877	3.074.702	(1.083.825)	(1.239.488)	800	2.000.066

	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 31/12/2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	1.745.441	2.944.127	(1.542.908)	(985.781)	-	2.160.879
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	811.517	657.497	(464.563)	(77.845)	(13.604)	913.002
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	933.924	2.286.630	(1.078.345)	(907.936)	13.604	1.247.877

⁽¹⁾ O montante de R\$1.083.825 (R\$1.078.345 em 31 de dezembro de 2021) foi para o intangível contrato de concessão;

⁽²⁾ As baixas no montante de R\$1.239.488 (R\$907.936 em 31 de dezembro de 2021) referem-se as bifurcações do ativo contratual líquido das obrigações especiais para o ativo financeiro indenizável da concessão;

⁽³⁾ Refere-se a estimativa de Amortização - Indenização à concessão AIC das parcelas de obrigações vinculadas a concessão a receber a serem aplicadas as obras já construídas, das controladas direta, ERO no montante de R\$800 (R\$10.090 em 31 de dezembro de 2021) e EAC (R\$3.514 em 31 de dezembro de 2021), totalizando R\$800 (R\$13.604 em 31 de dezembro de 2021).

15. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Participação em controladas	11.517.081	9.761.932	-	-
Outros	150.709	119.325	123.621	64.755
Total	11.667.790	9.881.257	123.621	64.755

Participação em controladas:

30/09/2022									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								202.904	4.173.381
Energisa Minas Gerais (EMG) ^(**)	100	819	228.428	1.409.887	1.132.688	277.199	44.209	44.209	277.199
Energisa Nova Friburgo (ENF) ^(**)	100	30	63.343	296.422	206.592	89.830	8.519	8.519	89.830
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	2.369.678	1.750.833	618.845	196.500	196.500	618.845
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	576.055	3.276.947	2.150.934	1.126.013	246.771	246.771	1.126.013
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.902	398.588	226.828	171.760	38.984	38.984	171.760
Energisa Acre (EAC)	96,40	291.570	865.395	3.846.341	2.307.060	1.539.281	10.691	10.229	1.487.405
Energisa Rondônia (ERO)	97,66	7.779	3.449.026	8.108.951	7.704.172	404.779	(352.322)	(342.308)	402.329
Geração de Energia Elétrica								(7.613)	639.320
Parque Eólico Sobradinho	100	10.696	10.696	5.176	63	5.113	(380)	(380)	5.113
Energisa Geração Usina Maurício	100	6.784	6.784	7.998	126	7.872	1.395	1.395	7.872
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.214	1.214	519	-	519	(6)	(6)	519
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	123	114	1	-	1	(26)	(26)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	6	115	1	-	1	(26)	(26)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	124	116	1	-	1	(27)	(27)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	6	114	1	-	1	(26)	(26)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	6.784	18.000	185.950	126.030	59.920	(4.028)	(4.028)	59.920

30/09/2022									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	140.431	18.000	164.010	126.774	37.236	(4.164)	(4.164)	37.236
Alsol Energias Renováveis S/A ⁽¹⁾	89,66	201	592.634	1.400.807	811.168	589.639	(362)	(325)	528.656
Comercialização de Energia Elétrica								6.578	12.172
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	325.905	313.733	12.172	6.578	6.578	12.172
Prestação de Serviços								11.036	137.978
Energisa Soluções	100	63.304	127.819	302.780	168.746	134.034	11.157	11.157	134.034
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	8.929	8.929	992	657	335	(1.348)	(1.348)	335
Energisa Planejamento	58,26	56.006	4.109	6.772	577	6.195	2.106	1.227	3.609
Holdings e demais Companhias								1.755.953	6.420.579
Dinâmica Direitos Creditórios	100	123	1.877	1.816	2	1.814	51	51	1.814
Denerge S/A	99,98	776	2.063.475	2.945.975	750.922	2.195.053	764.459	764.273	2.194.521
Rede Energia Participações S/A	0,18	3.789	3.223.219	5.295.996	1.141.076	4.154.920	1.172.636	2.106	7.462
Energisa Transmissora de Energia S/A ⁽²⁾	100	63.304	63.304	3.131.973	1.909.527	1.222.446	342.156	342.156	1.222.446
Energisa Participações Minoritárias S/A	82,72	427.958	5.209.167	3.709.824	3.030	3.706.794	808.161	668.541	3.066.399
Fundo de Investimento FIDC ^(*)	26	68.365.960	270.226	264.869	68	264.801	-	-	-
Voltz Capital S/A	100	20.844	20.844	59.774	46.172	13.602	(21.174)	(21.174)	13.602
Resultado não realizado em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(85.681)
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	16
Ágio pago na aquisição de controladas								(11.339)	133.651
Total								1.957.519	11.517.081

(*) Inclui o investimento da Energisa S.A. no Fundo de Investimento FIDC.

(**) A ANEEL através da Resolução nº de 12.177 de 13 de setembro de 2022 autorizou a incorporação da ENF pela controlada EMG. A incorporação será realizada no mês de novembro de 2022.

(1) Aquisição de Empresa de Geração Distribuída Fotovoltaica

Em 28 de janeiro de 2022 a controlada Alsol celebrou com a Vision Sistemas Ltda, contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e outras Avenças, por meio do qual a Alsol se tornará titular de quotas ou ações, conforme o caso, equivalentes a 100% do capital social das seguintes sociedades: SPE Vision Solar I Ltda., Vision Francisco Sá SPE S.A., Vision Itaobim SPE S.A., UFV Vision IV Curvelo S.A., SPE Vision V Almenara Ltda., UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE Ltda., SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda., Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda., Renesolar Engenharia Elétrica Ltda., Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda. e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda. ("Sociedades").

As Sociedades atuam no ramo de geração distribuída fotovoltaica no Estado de Minas Gerais, detendo, conforme o caso, unidades de geração fotovoltaica em operação, em construção e em desenvolvimento. Com a efetivação da Operação, por meio da Alsol, o Grupo Energisa passará a ser responsável pela operação de até 41 unidades de geração distribuída por fonte solar, que, ao final dos aportes e obras de reforço necessários à implementação dos projetos, poderão adicionar até 136 MWp ao portfólio da controlada Alsol.

O preço de aquisição a ser pago pela controlada Alsol em contrapartida das participações societárias das Sociedades por ela adquiridas será de até R\$75.608, na data base de 30 de setembro de 2021, sujeito à correção pela variação do CDI e a ajustes positivos ou negativos decorrentes, dentre outros, de variação do endividamento líquido e do capital de giro entre a data base e a data de fechamento, bem como outros ajustes, nos termos do Contrato.

Em 30 de março de 2022 ocorreu a aprovação da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O fechamento da operação de compra e venda ainda está sujeito ao cumprimento de outras determinadas condições precedentes como é praxe em operações da mesma natureza.

Em 8 de abril de 2022 foi finalizada aquisição do grupo das sociedades que detêm projetos de unidades de geração fotovoltaica em desenvolvimento, quais sejam, Renesolar Engenharia Elétrica Ltda., Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda. e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda e em 06 de maio de 2022, foi concluída a aquisição de mais duas unidades de geração fotovoltaica operacionais, quais sejam, SPE Vision Solar I Ltda. e Vision Francisco Sá SPE S.A. Assim, o Grupo Energisa acrescentou ao seu portfólio 2 unidades, já em operação, de geração distribuída por fonte solar, com potência de 5,0 MWp, tendo sido pago R\$6.943.

(2) Aquisição controle acionário da transmissora SPE Paranaíta (atualmente denominada Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A)

Em 11 de fevereiro de 2022, Companhia e sua controlada ETE, concluíram a operação de aquisição de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A., após o cumprimento das condições precedentes. O valor total pago na aquisição foi de R\$102.086, tendo sido efetuado pagamento adicional de R\$500 realizado em maio de 2022, adicionalmente foi contabilizado em outras contas a pagar o montante de R\$2.000, referente ao cumprimento de covenants a ser pago em até o 6º (sexto) aniversário da data do fechamento.

O ativo adquirido corresponde a uma subestação denominada Paranaíta com 500/138 KV 3 x 50MVA + reserva conforme contrato de concessão nº 22/2016 - Lote X e leilão da Aneel nº013/2015. O ativo possui Interface com a controlada indireta Energisa MT e função sistêmica de escoar a geração das PCHs durante o verão e melhorar o perfil de tensão da região de Alta Floresta durante o inverno.

Com a aquisição, a Companhia passa a ter em seu portfólio 11 (onze) projetos em transmissão, ampliando ainda mais sua atuação no segmento e atestando seu compromisso de melhorar a infraestrutura do setor elétrico no país.

A Administração acredita que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos na transação será, substancialmente, atribuído ao ativo de contrato de concessão de transmissão de energia elétrica e se aproxima ao valor da transação.

Período de mensuração do *Purchase Price Allocation* (PPA):

A Administração da Companhia efetuou a mensuração do valor justo do ativo de contrato e imobilizado para alocação do preço de aquisição da Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination" na data da aquisição.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

Valor justo dos ativos adquiridos	104.586
% de participação	100,0%
Valor da participação	104.586
Valor da aquisição ajustado	104.586
Data da aquisição	11/02/2022

A contabilização da aquisição realizada em 11 de fevereiro de 2022 foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination".

Segue as informações financeiras da Energisa Paranaíta, na data da aquisição:

	Saldos
Caixa e equivalente de caixa	708
Contas a receber	1.330
Ativo financeiro indenizável da concessão	107.723
Outros créditos	388
Fornecedores	48
Encargos setoriais	66
Impostos e contribuições sociais	829
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.620
Caixa e equivalente de caixa pago na combinação de negócio, reduzido do capital de giro de R\$142.	104.586

Segue o demonstrativo do reconhecimento do ativo de mais valia dos ativos adquiridos a valor justo:

Ativo	
Concessão do serviço público - ativo de contrato	27.790
Passivo	
Imposto de renda, contribuição social, pis e cofins diferidos	1.846
Efeito ajuste de avaliação patrimonial - patrimônio líquido em 11 fevereiro de 2022	25.944

O Imposto de renda, contribuição social, pis e cofins diferidos contabilizado no passivo não circulante foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, calculados considerando o regime de tributação do lucro presumido, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos incidentes sobre a mais-valia Concessão do serviço público - ativo de contrato. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que a Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica) seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido pela controlada. Adicionalmente, a controlada ETE é tributada pelo lucro real, porém a parcela originada da aquisição leva em consideração o regime de tributação da controlada - lucro presumido, no qual a

amortização da Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica) não é tributável. Desta forma, na ETE sua realização fiscal ocorre pela venda das ações adquiridas da controlada Paranaita.

(3) Combinação de negócios - Gemini Energy S/A

Em 17 de fevereiro de 2022, a controlada Energisa Transmissão de Energia S/A, celebrou, com Energisa S/A na qualidade de Interviente Garantidora, Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com os vendedores Power Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura e Perfin Apollo 14 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, tendo, ainda, como Intervientes Anuentes as sociedades alvo do Contrato de Compra e Venda, para regular a aquisição de 2.330.106 ações ordinárias de propriedade dos Vendedores, de emissão da Gemini Energy S/A..

A Gemini é detentora de 85,04% e 83,33%, respectivamente, de 2 (duas) concessionárias operacionais de transmissão na região Norte que interligam importantes sistemas de geração como Tucuruí e Xingu a centros de consumo do Pará e Amapá, e de 100% de 1 (uma) concessionária operacional de transmissão na região Sudeste que faz a ligação entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo que, em conjunto, possuem uma capacidade de transmissão instalada de 6700 MVA e 1.451 km de extensão, além de 100% de outras duas sociedades não operacionais. Os ativos consolidados em 31 de maio de 2022 pela Gemini Energy S/A totalizam em R\$3.316.449 e contratos de concessão válidos até 16 de outubro de 2038 e 09 de dezembro de 2041, respectivamente.

O Valor da Transação foi de R\$819.722, considerando a assunção do endividamento líquido de R\$1.759.935 detido pela Gemini. O valor por ação foi ajustado no fechamento, pela variação do endividamento líquido e do capital de giro entre a data base de 31 de dezembro de 2021 e a data de fechamento, bem como outros ajustes, nos termos do Contrato de Compra e Venda.

Em 28 de março e 26 de abril de 2022 ocorrem as aprovações da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Aneel, respectivamente.

Período de mensuração do *Purchase Price Allocation* (PPA):

A Administração da Companhia efetuou a mensuração do valor justo dos ativos intangíveis e passivos para alocação do preço de aquisição da Gemini Energy S/A de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination" na data da aquisição.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

Valor justo dos ativos adquiridos	819.722
% de participação	100,0%
Valor da participação	819.722
Valor da aquisição ajustado	819.722
Data da aquisição	10/06/2022

A contabilização da aquisição realizada em 10 de junho de 2022 foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination".

Segue as demonstrações financeiras consolidadas da Gemini Energy S/A, na data da aquisição:

	Saldos
Caixa e equivalente de caixa	46.775
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	204.970
Contas a receber	61.973
Tributos a recuperar	15.276
Tributos diferidos	258.795
Cauções e depósitos vinculados	3.447
Ativo financeiro indenizável da concessão	3.316.449
Outros créditos	19.701
Imobilizado	5.186
Fornecedores	29.171
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	324.928
Debentures	1.686.752
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios	463.993
Impostos e contribuições sociais	33.743
Imposto de renda e contribuição social diferido	384.092
Dividendos a pagar	19.581
Outros passivos	33.567
Participação de acionistas não controladores	137.023
Caixa e equivalente de caixa pago na combinação de negócio	819.722

Provisão riscos de impostos e contribuições sociais

A controlada ETE reconheceu o montante de R\$22.037, de provisão de riscos de impostos e contribuições sociais, com prognósticos de perdas possíveis e estão a valor justo dos passivos.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias

A controlada ETE reconheceu o montante de R\$409.560, de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias, com prognósticos de perdas possíveis e remotas e estão a valor justo dos passivos contingentes assumidos na contabilização inicial da combinação de negócios.

Apuração do valor justo

A controlada Rede Energia desde a intervenção determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), deixou de ter o controle das decisões econômicas e operacionais das controladas distribuidoras de energia elétrica, contudo, manteve preservadas o direito as suas respectivas participações acionárias.

A aplicação do valor justo aos investimentos é como segue:

Empresas	PL ajustado a valor justo 10/06/2022	PL a valor de custo	Ajuste do valor justo	% participação	Ajuste do valor justo do investimento
Gemini	819.722	1.723.496	(903.774)	100,00%	(903.774)
Empresas controladas pela Gemini					
LXTE	383.743	814.950	(431.207)	83,34%	(359.368)
LMTE	488.600	876.093	(387.493)	85,04%	(329.524)
LTTE	53.681	245.918	(192.237)	100,00%	(192.237)
LITE	(243)	188	(431)	100,00%	(431)
POMTE	(4.483)	2.515	(6.998)	100,00%	(6.998)
Total	921.298	1.939.664	(1.018.366)		(888.558)

Menos Valia dos ativos de contrato

As aquisições descritas na nota explicativa acima foram contabilizadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination". Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da operação a controlada ETE passou a avaliar os ativos das controladas a valor justo. Como resultado, e seguindo as determinações do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) das empresas foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por empresa especializada, o qual gerou o registro nas empresas conforme segue:

Resultado da combinação de negócio	Valores
Ativo não circulante	
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(1.237.932)
Creditos tributarios	204.009
Outros creditos	(5.288)
Total	(1.039.211)
Passivo	
Fornecedores	11.282
impostos e contribuições sociais	22.037
Juros sobre capital próprio	(12.364)
provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias	409.560
Imposto de renda, contribuição social, pis, e cofins diferidos	(436.144)
Efeito ajuste de avaliação patrimonial - patrimônio líquido em 10/06/2022	(1.033.582)
Participação de acionistas não controladores	129.808
Ajuste do valor justo do investimeto adquirido	(903.774)

O Imposto de renda, contribuição social, pis, e cofins diferidos contabilizado como redutor do passivo não circulante foram constituídos sobre a diferença entre a menos-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, conseqüentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se as alíquotas de 9,25% (pis e cofins) e de 34% (aliquota combinada de Imposto de renda e contribuição social) incidentes sobre a menos-valia redutora da rubrica de Concessão do serviço público - ativo de contrato. O valor do imposto de renda diferido será realizado

contabilmente à medida que a menos valia do ativo da Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica) seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido.

31/12/2021									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição de Energia Elétrica								900.209	3.421.260
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	1.345.356	1.083.828	261.528	63.893	63.893	261.528
Energisa Sergipe (SE)	100	196	417.604	2.424.967	1.832.420	592.547	296.381	296.381	592.547
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	576.055	3.523.151	2.431.252	1.091.899	444.228	444.228	1.091.899
Energisa Borborema (EBO)	100	293	82.902	460.778	292.754	168.024	61.331	61.331	168.024
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	274.921	186.556	88.365	11.420	11.420	88.365
Energisa Acre (EAC)	95,09	230.096.300	863.943	3.900.687	2.618.854	1.281.833	277.177	263.568	1.218.897
Energisa Rondônia (ERO) ⁽¹⁾	95,50	4.004.678	3.440.348	8.673.781	9.085.204	(411.423)	(251.865)	(240.612)	-
Geração de Energia Elétrica								1.193	142.934
Parque Eólico Sobradinho	100	10.241	10.241	4.942	47	4.895	(480)	(480)	4.895
Energisa Geração Usina Maurício	100	6.784	6.784	6.604	127	6.477	184	184	6.477
Energisa Geração Solar Coremas	100	1.034	1.034	522	37	485	(14)	(14)	485
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	86	77	1	1	-	(38)	(38)	-
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	86	77	1	1	-	(38)	(38)	-
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	86	77	1	1	-	(39)	(39)	-
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	86	77	1	1	-	(38)	(38)	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	100	18.000	18.000	147.850	130.644	17.206	(507)	(507)	17.206
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	100	18.000	18.000	147.832	130.559	17.273	(521)	(521)	17.273
Alsol Energias Renováveis S/A	89,48	38	110.634	473.302	365.352	107.950	3.003	2.684	96.598
Transmissão de Energia Elétrica								(5)	-
Energisa Transmissora de Energia I S/A ⁽¹⁾	100	11	-	-	-	-	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia II S/A	100	11	-	-	-	-	-	(2)	-
Energisa Transmissora de Energia III S/A	100	11	-	-	-	-	-	(3)	-
Comercialização de Energia Elétrica								(21.472)	5.530
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	747.687	742.157	5.530	(21.472)	(21.472)	5.530
Prestação de Serviços								(12.422)	127.399
Energisa Soluções	100	127.819	127.819	253.414	130.752	122.662	(12.954)	(12.954)	122.662
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	7.410	7.410	2.583	1.112	1.471	(645)	(645)	1.471
Energisa Planejamento	58,26	1.686	4.109	7.091	1.487	5.604	2.020	1.177	3.266
Holdings e demais Companhias								1.867.532	5.919.819
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.764	1	1.763	(96)	(96)	1.763
Denerge S/A	99,98	776	2.063.475	2.621.678	727.146	1.894.532	1.004.437	1.004.192	1.894.073
Rede Energia Participações S/A	0,18	3.789	3.223.219	4.763.644	1.092.980	3.670.664	1.516.357	1.883	6.594
Energisa Transmissora de Energia S/	100	36.182	36.182	1.701.084	1.013.870	687.214	181.228	181.228	687.214
Energisa Participações Minoritárias S/A	82,72	427.958	5.209.167	4.138.028	9.266	4.128.762	941.222	784.339	3.415.468
Fundo de Investimento FIDC ⁽²⁾	26	68.365.960	270.226	264.869	68	264.801	-	-	-
Voltz Capital S.A	100	1.314	1.314	10.841	10.453	388	(18.336)	(18.333)	388
Resultado não realizado em controladas ^(**)								(85.681)	(85.681)
Ágio pago na aquisição de controladas								(15.118)	144.990
Total								2.719.917	9.761.932

⁽¹⁾ A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto no montante de R\$392.896 em 31 de dezembro de 2021 da controlada Energisa Rondônia Distribuidora de Energisa S/A, registrados em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

⁽²⁾ Inclui o investimento da Energisa S.A. no Fundo de Investimento FIDC.

Movimentação dos investimentos realizadas no período:

Controladas	Saldo em 31/12/2021	Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações ⁽¹⁾	Outros Resultados Abrangentes	Transferência	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/09/2022
Distribuição de Energia Elétrica	3.421.260	1.414.530	(686)	-	(392.896)	(471.731)	202.904	4.173.381
Energisa Minas Gerais (EMG)	261.528	-	201	-	-	(28.739)	44.209	277.199
Energisa Sergipe (ESE)	592.547	-	6.050	-	-	(176.252)	196.500	618.845
Energisa Paraíba (EPB)	1.091.899	-	10.651	-	-	(223.308)	246.771	1.126.013
Energisa Borborema (EBO)	168.024	-	1.113	-	-	(36.361)	38.984	171.760
Energisa Nova Friburgo (ENF)	88.365	-	17	-	-	(7.071)	8.519	89.830
Energisa Acre (EAC)	1.218.897	246.151	12.128	-	-	-	10.229	1.487.405
Energisa Rondônia (ERO)	-	1.168.379	(30.846)	-	(392.896)	-	(342.308)	402.329
Geração de Energia Elétrica	142.934	503.959	40	-	-	-	(7.613)	639.320
Parque Eólico Sobradinho	4.895	598	-	-	-	-	(380)	5.113
Energisa Geração Usina Maurício	6.477	-	-	-	-	-	1.395	7.872
Energisa Geração Solar Coremas	485	40	-	-	-	-	(6)	519
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	-	27	-	-	-	-	(26)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	-	27	-	-	-	-	(26)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	-	28	-	-	-	-	(27)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	-	27	-	-	-	-	(26)	1
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	17.206	46.742	-	-	-	-	(4.028)	59.920
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	17.273	24.127	-	-	-	-	(4.164)	37.236
Alsol Energias Renováveis S.A.	96.598	432.343	40	-	-	-	(325)	528.656
Comercialização de Energia Elétrica	5.530	-	64	-	-	-	6.578	12.172
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	5.530	-	64	-	-	-	6.578	12.172
Prestação de Serviços	127.399	212	215	-	-	(884)	11.036	137.978
Energisa Soluções S/A	122.662	-	215	-	-	-	11.157	134.034
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	1.471	212	-	-	-	-	(1.348)	335
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	3.266	-	-	-	-	(884)	1.227	3.609
Holdings e demais Companhias	5.919.819	227.895	(165.806)	(852)	-	(1.316.430)	1.755.953	6.420.579
Dinâmica Direitos Creditórios	1.763	-	-	-	-	-	51	1.814
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	1.894.073	-	9.410	(630)	-	(472.605)	764.273	2.194.521
Rede Energia Participações S/A.	6.594	-	24	(2)	-	(1.260)	2.106	7.462
Energisa Transmissora de Energia S/A ^(*)	687.214	193.491	(415)	-	-	-	342.156	1.222.446
Energisa Participações Minoritárias S/A	3.415.468	-	(174.825)	(220)	-	(842.565)	668.541	3.066.399
Voltz Capital S/A	388	34.388	-	-	-	-	(21.174)	13.602
Resultado não realizado em controladas ^(**)	(85.681)	-	-	-	-	-	-	(85.681)
Outros investimentos	-	16	-	-	-	-	-	16
Ágio pago na aquisição de controladas	144.990	-	-	-	-	-	(11.339)	133.651
Total	9.761.932	2.146.596	(166.173)	(852)	(392.896)	(1.789.045)	1.957.519	11.517.081

⁽¹⁾ Na ata da AGE realizada em 13 de janeiro 2021 da Energisa Transmissora de Energia I S/A, ocorreram deliberações, tais como: (i) consignar que a Energisa S.A. alienou a totalidade das ações de emissão da Companhia para a Energisa Transmissão de Energia S.A. ("ETE"), passando a Companhia a ser uma subsidiária integral da ETE e (ii) aprovou a alteração da denominação social da Companhia que passa a ser denominada como "Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.".

^(**) Refere-se a resultados não realizados nas operações do FIDC contabilizados em outros resultados operacionais.

⁽¹⁾ Transações entre sócios - apurada no investimento junto as controladas Alsol Energisa Renováveis, ERO, EAC, EPM e Rede Energia reflexos de perda no montante de R\$204.163, referente a: (i) R\$6 perda da Alsol, refere-se perda por mudança de percentual de participação; (ii) R\$31.023 de perdas com a controlada ERO por conta da mudança de percentual e aumento de capital; (iii) R\$10.615, ganho apurado pela EAC por conta da mudança de percentual e aumento de capital; (iv) R\$183.735 refere-se perda por recebimentos de dividendos na EPM; (v) R\$14 refere-se a perda na controlada Rede Energia por conta de mudança de percentual.

Adicionalmente foram apurados por equivalência patrimonial, créditos de R\$2.173 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) reconhecidos diretamente no patrimônio líquido pelas controladas, e foram contabilizados o valor de R\$35.817 referente a Reserva de incentivo fiscal - reinvestimento nas controladas.

Movimentação dos investimentos realizadas no exercício:

Controladas	Saldo em 31/12/2020	Aquisição /Adiantamento para futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações ⁽¹⁾	Outros Resultados Abrangentes	Transferência	Dividendos e Juros sobre capital próprio ⁽²⁾	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Distribuição de Energia Elétrica	3.099.432	345	1.467	47.204	-	(868.963)	900.209	3.421.260
Energisa Minas Gerais (EMG)	285.566	-	286	1.527	-	(89.744)	63.893	261.528
Energisa Sergipe (ESE)	485.639	-	368	20.837	-	(210.678)	296.381	592.547
Energisa Paraíba (EPB)	1.121.949	-	1.260	24.537	-	(500.075)	444.228	1.091.899
Energisa Borborema (EBO)	158.357	-	306	(102)	-	(51.868)	61.331	168.024
Energisa Nova Friburgo (ENF)	93.501	-	25	17	-	(16.598)	11.420	88.365
Energisa Acre (EAC)	954.420	-	323	586	-	-	263.568	1.218.897
Energisa Rondônia (ERO)	-	345	(1.101)	(198)	-	-	(240.612)	-
Geração de Energia Elétrica	52.979	88.655	71	36	-	-	1.193	142.934
Parque Eólico Sobradinho	4.912	455	-	8	-	-	(480)	4.895
Energisa Geração Usina Maurício	6.293	-	-	-	-	-	184	6.477
Energisa Geração Solar Coremas	319	180	-	-	-	-	(14)	485
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	37	-	-	-	-	(38)	-
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	37	-	-	-	-	(38)	-
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	38	-	-	-	-	(39)	-
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	37	-	-	-	-	(38)	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	1.319	16.394	-	-	-	-	(507)	17.206
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	135	17.659	-	-	-	-	(521)	17.273
Alsol Energias Renováveis S.A.	39.997	53.818	71	28	-	-	2.684	96.598
Transmissora de Energia Elétrica	24	-	-	-	(19)	-	(5)	-
Energisa Transmissora de Energia I S/A ^(*)	8	-	-	-	(8)	-	-	-
Energisa Transmissora de Energia II S/A	8	-	-	-	(6)	-	(2)	-
Energisa Transmissora de Energia III S/A	8	-	-	-	(5)	-	(3)	-
Comercialização de Energia Elétrica	27.020	-	(30)	12	-	-	(21.472)	5.530
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	27.020	-	(30)	12	-	-	(21.472)	5.530
Prestação de Serviços	138.668	1.519	(48)	888	-	(1.206)	(12.422)	127.399
Energisa Soluções S/A	134.841	-	(48)	823	-	-	(12.954)	122.662
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	529	1.519	-	68	-	-	(645)	1.471
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	3.298	-	-	(3)	-	(1.206)	1.177	3.266
Holdings e demais Companhias	5.661.292	77.436	(67.072)	68.240	(803)	(1.686.806)	1.867.532	5.919.819
Dinâmica Direitos Creditórios	1.859	-	-	-	-	-	(96)	1.763
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.	2.234.053	-	(12.075)	42.878	-	(1.374.976)	1.004.192	1.894.073
Rede Energia Participações S/A	-	30.783	(23.679)	110	-	(2.503)	1.883	6.594
Energisa Transmissora de Energia S/A	523.866	27.123	128	3	-	(45.134)	181.228	687.214
Energisa Participações Minoritárias S/A	2.901.514	-	(31.441)	25.250	-	(264.194)	784.339	3.415.468

Voltz Capital S/A	-	19.530	(5)	(1)	(803)	-	(18.333)	388
Resultado não realizado em controladas ^(*)	-	-	-	-	-	-	(85.681)	(85.681)
Ágio pago na aquisição de controladas	160.108	-	-	-	-	-	(15.118)	144.990
Total	9.139.523	167.955	(65.612)	116.380	(822)	(2.556.975)	2.719.917	9.761.932

^(*) Na ata da AGE realizada em 13 de janeiro 2021 da Energisa Transmissora de Energia I S/A, ocorreram deliberações, tais como: (i) consignar que a Energisa S.A. alienou a totalidade das ações de emissão da Companhia para a Energisa Transmissão de Energia S.A. ("ETE"), passando a Companhia a ser uma subsidiária integral da ETE e (ii) aprovou a alteração da denominação social da Companhia que passa a ser denominada como "Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A.".

^(**) Refere-se a resultados não realizados nas operações do FIDC contabilizados em outros resultados operacionais.

- (1) Transações entre sócios - apurada no investimento junto as controladas Denerge, Energisa Participações Minoritárias, Alsol Energisa Renováveis, Rede Energia e Voltz Capital S.A, reflexos de perda no montante de R\$70.976, referente a: (i) R\$32.348 perda da Energisa Participações minoritárias, refere-se R\$255.851 perda na distribuição de dividendos para as ações preferenciais, R\$93.680 de perda por mudança de percentual de participação, R\$330.895 ganho por aumento de capital e R\$13.712 de perda de custos do aumento de capital; (ii) R\$2 de perdas com a controlada Alsol Energisa Renováveis por conta do reflexo da mudança de percentual; (iii) R\$13.475, perda apurado pela Denerge, referente a parcela de equivalência reflexa na controladora Rede Energia e a distribuição de dividendos para as ações preferenciais da EMT; (iv) R\$23.683 de perda nas compras de ações da Rede Energia e; (v) R\$1.463 na ERO de perda por mudança de percentual de participação; (vi) R\$5 de perda na Voltz por mudança de percentual de participação.

Adicionalmente foram apurados por equivalência patrimonial, créditos de R\$5.364 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) reconhecidos diretamente no patrimônio líquido pelas controladas.

- (2) Inclui o valor de R\$1.313 e R\$436 da Energisa Minas Gerais e Energisa Nova Friburgo, respectivamente, referente a juros de capital de próprio.

• Outras informações das participações:

Mais valia dos ativos intangíveis

A Companhia reconheceu a amortização dos bens intangíveis no período findo em 30 de setembro 2022, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social, são originados, conforme segue:

	EMT	EMS	ERO	EAC	Total	
					30/09/2022	31/12/2021
Amortização no período/exercício	(47.900)	(53.556)	(96.298)	(47.143)	(244.897)	(326.531)
IR e CSSL	16.286	18.209	32.741	16.029	83.265	111.020
Amortização Líquida de tributos	(31.614)	(35.347)	(63.557)	(31.114)	(161.632)	(215.511)

Participações indiretas:

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica e de serviços, controlada diretamente pela Rede Energia Participações S/A e a Energisa Transmissora de Energia, que por sua vez controla a Gemini Energy conforme segue:

30/09/2022					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Distribuição de Energia Elétrica (controle direto pela Rede Energia Participações S.A.)					
Energisa Tocantins	72,54	3.301.449	2.190.476	1.110.973	203.647
Energisa Mato Grosso	87,52	12.087.88	8.451.319	3.636.566	931.782
Energisa Mato Grosso do Sul	94,57	6.063.299	4.772.438	1.290.861	398.617
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	93,91	2.859.769	2.255.585	604.184	100.877
Serviços (controle direto pela Rede Energia Participações S.A.)					
Multi Energisa Serviços S/A	94,62	30.757	15.009	15.748	6.851
QMRA Participações S.A.	94,62	2.926	422	2.504	98
Rede Power do Brasil S.A.	94,62	522.765	32.668	490.097	146.467
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	94,62	5.073	215.575	(210.502)	(7.822)
Transmissão de Energia Elétrica e de serviços (controle direto pela Gemini Energy S/A, controlada pela Energisa Transmissora de energia S/A.)					
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	85,04	1.910.928	1.403.108	507.820	22.599
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	83,34	1.851.845	1.381.919	469.926	35.178
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	100	794.606	679.555	115.050	45.548
Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A	100	330	782	(452)	(220)
Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda	100	4.151	10.342	(6.192)	(5.148)

31/12/2021					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica (controle direto pela Rede Energia Participações S.A.)					
Energisa Tocantins	72,55	3.227.111	2.222.169	1.004.942	246.462
Energisa Mato Grosso	87,53	11.717.676	8.558.436	3.159.240	1.101.093
Energisa Mato Grosso do Sul	94,55	5.639.039	4.388.641	1.250.398	554.177
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	93,91	2.981.499	2.366.397	615.102	165.623
Multi Energisa Serviços S/A	94,62	27.628	12.112	15.516	8.825
QMRA Participações S.A.	94,62	2.791	386	2.405	43
Rede Power do Brasil S.A.	94,63	496.461	31.942	464.519	201.027
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	94,62	5.714	208.394	(202.680)	154

16. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Controladora						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2021	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação ⁽²⁾	Saldo em 30/09/2022
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	606	-	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,38%	28.065	-	-	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	15,26%	45.294	-	9.652	-	-	54.946
Veículos	14,29%	17.819	-	-	(6.873)	-	10.946
Móveis e utensílios	6,26%	16.697	-	271	-	-	16.968
Total do imobilizado em serviço		108.481	-	9.923	(6.873)	-	111.531
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(5.693)	-	-	-	(706)	(6.399)
Máquinas e equipamentos		(18.230)	-	-	-	(4.959)	(23.189)
Veículos		(13.722)	-	-	6.833	(1.050)	(7.939)
Móveis e utensílios		(13.985)	-	-	-	(175)	(14.160)
Total depreciação acumulada		(51.630)	-	-	6.833	(6.890)	(51.687)
Subtotal imobilizado		56.851	-	9.923	(40)	(6.890)	59.844
Imobilizado em curso		13.847	9.541	(7.277)	-	-	16.111
Total do imobilizado		70.698	9.541	2.646	(40)	(6.890)	75.955

⁽¹⁾ O montante de R\$2.646 refere-se às reclassificações para intangível - software e outros.

⁽²⁾ A Companhia registrou no período, crédito de PIS e COFINS sobre a depreciação dos bens e equipamentos no montante de R\$988.

	Controladora					
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2020	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Terrenos	-	606	-	-	-	606
Edificações e benfeitorias	3,38%	28.065	-	-	-	28.065
Máquinas e equipamentos	14,96%	26.146	-	19.148	-	45.294
Veículos	14,29%	17.486	-	333	-	17.819
Móveis e utensílios	6,26%	16.483	-	214	-	16.697
Total do imobilizado em serviço		88.786	-	19.695	-	108.481
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias		(4.752)	-	-	(941)	(5.693)
Máquinas e equipamentos		(13.924)	-	-	(4.306)	(18.230)
Veículos		(12.336)	-	-	(1.386)	(13.722)
Móveis e utensílios		(13.730)	-	-	(255)	(13.985)
Total depreciação acumulada		(44.742)	-	-	(6.888)	(51.630)
Subtotal imobilizado		44.044	-	19.695	(6.888)	56.851
Imobilizado em curso		22.120	11.422	(19.695)	-	13.847
Total do imobilizado		66.164	11.422	-	(6.888)	70.698

Consolidado								
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2021	Combinação de Negócios	Adição ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Baixas ⁽³⁾	Depreciação	Saldo em 30/09/2022
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos	-	2.043	-	-	-	-	-	2.043
Reservatório, Barragens e Aduaras	2,96%	4.552	-	-	-	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	3,69%	67.324	28	-	25.929	-	-	93.281
Máquinas e equipamentos	11,78%	609.697	1.309	21.635	113.009	(6.545)	-	739.105
Veículos	14,63%	80.149	594	707	1.992	(8.353)	-	75.089
Móveis e utensílios	6,24%	93.407	182	11	2.341	(47)	-	95.894
Total do imobilizado em serviço		857.172	2.113	22.353	143.271	(14.945)	-	1.009.964
Depreciação acumulada:								
Reservatório, Barragens e Aduaras		(1.031)	-	-	-	-	(56)	(1.087)
Edificações e benfeitorias		(11.578)	(28)	-	-	-	(1.824)	(13.430)
Máquinas e equipamentos		(243.868)	(564)	(836)	(20)	49	(30.844)	(276.083)
Veículos		(57.741)	(492)	-	-	8.233	(5.134)	(55.134)
Móveis e utensílios		(64.475)	(69)	-	20	45	(2.286)	(66.765)
Total depreciação acumulada		(378.693)	(1.153)	(836)	-	8.327	(40.144)	(412.499)
Subtotal imobilizado		478.479	960	21.517	143.271	(6.618)	(40.144)	597.465
Imobilizado em curso		239.039	705	796.172	(144.378)	(53)	-	891.485
Total do Imobilizado		717.518	1.665	817.689	(1.107)	(6.671)	(40.144)	1.488.950

Consolidado							
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2020	Adição ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Baixas ⁽³⁾	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	3.962	-	(1.919)	-	-	2.043
Reservatório, Barragens e Aduaras	2,96%	4.552	-	-	-	-	4.552
Edificações e benfeitorias	3,71%	67.153	-	171	-	-	67.324
Máquinas e equipamentos	11,83%	351.738	26.764	231.331	(136)	-	609.697
Veículos	14,46%	81.114	-	2.375	(3.340)	-	80.149
Móveis e utensílios	6,29%	91.021	33	2.353	-	-	93.407
Total do imobilizado em serviço		599.540	26.797	234.311	(3.476)	-	857.172
Depreciação acumulada:							
Reservatório, Barragens e Aduaras		(956)	-	-	-	(75)	(1.031)
Edificações e benfeitorias		(26.643)	-	16.637	7	(1.579)	(11.578)
Máquinas e equipamentos		(194.547)	(47)	(18.905)	56	(30.425)	(243.868)
Veículos		(54.963)	-	1.979	2.966	(7.723)	(57.741)
Móveis e utensílios		(61.800)	-	408	-	(3.083)	(64.475)
Total depreciação acumulada		(338.909)	(47)	119	3.029	(42.885)	(378.693)
Subtotal imobilizado		260.631	26.750	234.430	(447)	(42.885)	478.479
Imobilizado em curso		157.009	317.343	(235.313)	-	-	239.039
Total do Imobilizado		417.640	344.093	(883)	(447)	(42.885)	717.518

⁽¹⁾ Do montante de R\$817.689 (344.093 em 31 de dezembro de 2021), R\$20.115 refere-se aos valores de ativos adquiridos pela controlada direta Vision em fevereiro de 2022 (R\$7.077 ao ativo adquirido pela controlada direta ALSOL em 31 de dezembro de 2021), R\$415.994, R\$162.103 e R\$142.741 referem-se aos investimentos do período das controladas diretas ALSOL, RIO PEIXE I e II e R\$76.739 de investimentos do período das demais controladas.

- (2) O montante de R\$1.107, R\$597 (R\$883 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às reclassificações para o ativo contratual - infraestrutura em construção e R\$510 refere-se transferência do intangível- software e outros.
- (3) O montante de R\$6.671(R\$447 em 31 de dezembro de 2021), refere-se às baixas realizadas no exercício que inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

17. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Intangível - contrato de concessão	-	-	14.156.325	14.023.772
Direito de concessão	-	-	244.479	279.493
Direito de uso	342	396	42.513	49.393
Intangível - software e outros	68.955	71.499	348.400	290.821
Total	69.297	71.895	14.791.717	14.643.479

17.1 Intangível - contrato de concessão - Consolidado

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2021	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 30/09/2022
Intangível						
Em serviço:	4,11%	30.487.524	1.651.999	(235.734)	-	31.903.789
Amortização acumulada		(13.299.700)	(46.269)	166.481	(1.115.042)	(14.294.530)
Total Intangível		17.187.824	1.605.730	(69.253)	(1.115.042)	17.609.259
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,83%	6.308.853	521.424	-	-	6.830.277
Amortização acumulada		(3.144.801)	(116)	-	(232.426)	(3.377.343)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		3.164.052	521.308	-	(232.426)	3.452.934
Total Intangível - contrato de concessão ⁽⁴⁾		14.023.772	1.084.422	(69.253)	(882.616)	14.156.325

- (1) O montante de R\$1.084.422 (R\$1.079.755 em 31 de dezembro de 2021) são transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção;
- (2) O montante de R\$69.253 (R\$84.472 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais;
- (3) As controladas registraram no exercício créditos de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$29.970 (R\$38.059 em 31 de dezembro de 2021), não inclui o montante de R\$19.224 (R\$5.387 em 31 de dezembro de 2021) referente a despesa de depreciação de provisão de incorporação de redes.
- (4) Inclui R\$5.736.441 (R\$5.940.703 em 31 de dezembro de 2021) de mais valia dos ativos apurado em combinação de negócio quando das aquisições das controladas EMT, EMS, ERO e EAC.

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Transferências ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 31/12/2021
Intangível						
Em serviço:	4,11%	29.190.203	1.550.141	(252.820)	-	30.487.524
Amortização acumulada		(12.045.256)	(5.835)	168.154	(1.416.763)	(13.299.700)
Total Intangível		17.144.947	1.544.306	(84.666)	(1.416.763)	17.187.824
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,81%	5.844.484	464.563	(194)	-	6.308.853
Amortização acumulada		(2.870.815)	(12)	-	(273.974)	(3.144.801)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		2.973.669	464.551	(194)	(273.974)	3.164.052
Total Intangível - contrato de concessão		14.171.278	1.079.755	(84.472)	(1.142.789)	14.023.772

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 10,63% (10,19% em 31 de dezembro de 2021).

Obrigações vinculadas a concessão:

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/09/2022	31/12/2021
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	2.597.309	2.509.124
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	5.479.614	5.215.602
Participação da União - recursos RGR ⁽³⁾	301.799	302.599
Reserva para reversão ⁽⁴⁾	6.339	6.913
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	338.858	338.858
(-) Amortização acumulada	(3.391.747)	(3.158.406)
Total	5.332.172	5.214.690
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.248.406	1.137.636
Ativo contratual - infraestrutura em construção e intangível em curso	630.832	913.002
Intangível- contrato de concessão	3.452.934	3.164.052
Total	5.332.172	5.214.690

⁽¹⁾ As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço.

⁽²⁾ A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos. O saldo contempla o efeito da devolução da 4ª Tranche de LPT da controlada EAC em dezembro/2019; recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC que envolvem na sub-rogação do direito de uso, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.

⁽³⁾ Indenização a concessão - ativo imobilizado em curso - parcela referente ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não

depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL (nota explicativa nº 13).

- (4) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

17.2 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	96.843	102.046
Amortização acumulada	(688.965)	(659.154)
Subtotal	244.479	279.493

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	279.493	314.013
Aquisição participação	(5.203)	5.221
Amortização no período/exercício	(29.811)	(39.741)
Saldo final	244.479	279.493

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado desde abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica que ocorrerá em dezembro de 2027.

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 30 de setembro de 2022, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$110.814 (R\$129.281 em 31 de dezembro de 2021).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$78.958 (R\$86.351 em 31 de dezembro de 2021). Desde 01 de janeiro de 2017, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, que é detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 31 de dezembro de 2021). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Combinação de negócio - Aquisição de participação

- (i) O Grupo Rede - formalizada em 11 de abril de 2014 a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R\$165.552 reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas

premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, totalizando o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. Até o período findo em 30 de setembro de 2022 foram amortizados R\$49.157 (R\$45.203 em 31 de dezembro de 2021).

- (ii) Dinâmica Diretos Creditórios - em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512 (R\$4.512 em 31 de dezembro de 2021) e;
- (iii) Alsol Energia Renováveis S.A. - em 17 de junho de 2019, formalizou a transferência para Energisa de 87,01% do capital da Alsol Energias Renováveis S.A, com apuração de ágio de R\$29.467 (R\$29.467 em 31 de dezembro de 2021).

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2023 e 2024	44.633	10.466
2025 e 2026	74.289	16.745
2027 e 2028	55.484	10.466
2029 e 2030	24.145	-
2031 e 2032	13.572	-
2033 e 2034	5.259	-
2035 em diante	27.097	-
Total	244.479	37.677

17.3 Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Controladora			
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2021	Amortização	Saldos em 30/09/2022
Direito de uso				
Custo	8,75%	823	-	823
Amortização acumulada		(427)	(54)	(481)
Total do intangível - direito de uso		396	(54)	342

	Controladora						
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências	Baixa	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Direito de uso							
Custo	8,26%	1.170	427	27	(801)	-	823
Amortização acumulada		(332)	-	(27)	-	(68)	(427)
Total do intangível - direito de uso		838	427	-	(801)	(68)	396

	Consolidado						
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2021	Combinação de Negócios	Adição	Baixa	Amortização	Saldos em 30/09/2022
Direito de uso							
Custo	11,64%	97.983	1.705	1.031	(7)	-	100.712
Amortização acumulada		(48.590)	(816)	-	-	(8.793)	(58.199)
Total do intangível - direito de uso		49.393	889	1.031	(7)	(8.793)	42.513

	Consolidado						
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferência	Baixa	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Direito de uso							
Custo	17,07%	91.534	25.632	704	(19.887)	-	97.983
Amortização Acumulada		(31.162)	-	(704)	-	(16.724)	(48.590)
Total do intangível - direito de uso		60.372	25.632	-	(19.887)	(16.724)	49.393

17.4 Intangível - software e outros

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 30/09/2022
Custo dos softwares e outros						
Em serviço	20,00%	67.171	-	17.217	-	84.388
Amortização acumulada		(34.855)	-	-	(8.550)	(43.405)
Em Curso		39.183	8.652	(19.863)	-	27.972
Total do intangível - software e outros		71.499	8.652	(2.646)	(8.550)	68.955

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Custo dos softwares e outros						
Em serviço	20,00%	41.399	-	25.772	-	67.171
Amortização acumulada		(24.484)	-	-	(10.371)	(34.855)
Em Curso		28.504	36.451	(25.772)	-	39.183
Total do intangível - software e outros		45.419	36.451	-	(10.371)	71.499

	Consolidado							
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2021	Combinação de Negócios	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixa	Amortização	Saldos em 30/09/2022
Custo dos Softwares e outros								
Em serviço	20,00%	561.153	2.650	547	93.494	(224)	-	657.620
Amortização Acumulada		(399.281)	(18)	-	-	224	(48.123)	(447.198)
Em curso		128.949	-	102.013	(92.984)	-	-	137.978
Total		290.821	2.632	102.560	510	-	(48.123)	348.400

	Consolidado					
	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Custo dos Softwares e outros						
Em serviço	20,00%	487.482		133	73.538	561.153
Amortização Acumulada		(341.407)		-	23	(399.281)
Em curso		85.109	117.928	(74.088)	-	128.949
Total		231.184	118.061	(527)	(57.897)	290.821

⁽¹⁾ O montante de R\$510 refere-se à transferência do imobilizado e (R\$527 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às reclassificações para o Intangível - Infraestrutura em construção.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	-	-	1.173.826	1.305.241
Operador Nacional do Sistema Elétrica - ONS ⁽¹⁾	-	-	139.372	104.781
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	-	-	26.620	35.280
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	-	-	126.422	227.277
Suprimento de energia elétrica	-	-	5.623	5.636
Encargos de conexão	-	-	14.265	25.630
Encargo de serviços do sistema ⁽³⁾	-	-	2.824	605.706
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	6.973	6.094	553.573	380.737
Total	6.973	6.094	2.042.525	2.690.288
Circulante	6.973	6.094	1.921.172	2.573.437
Não Circulante	-	-	121.353	116.851

⁽¹⁾ **Compra de energia elétrica** - refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição e encargos do uso, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

⁽²⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** - A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que esteve perto do piso nos meses de agosto-setembro/22 comparado com novembro-dezembro/21. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

⁽³⁾ **Encargos do serviço do sistema** - a diminuição dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à redução do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão de Segurança Energética. As chuvas do período úmido elevaram o nível dos reservatórios e, com a melhoria das condições hidrológicas, não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito.

⁽⁴⁾ **Materiais, serviços e outros** - referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração hidráulica e distribuída, distribuição, transmissão, comercialização e demais serviços de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 30 dias.

19. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora					Saldo em 30/09/2022
	Saldo em 31/12/2021	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Pós Fixado						
CDI	1.501.823	(34.762)	(19.721)	154.681	-	1.602.021
Gastos com captação	(6.415)	-	-	1.862	-	(4.553)
Total do custo	1.495.408	(34.762)	(19.721)	156.543	-	1.597.468
Mensuradas ao valor justo						
Moeda estrangeira						
Dólar	279.063	-	(3.253)	(3.757)	-	272.053
Gastos com captação	(618)	-	-	186	-	(432)
Marcação a mercado	(7.343)	-	-	-	(17.361)	(24.704)
Total ao valor justo	271.102	-	(3.253)	(3.571)	(17.361)	246.917
Total	1.766.510	(34.762)	(22.974)	152.972	(17.361)	1.844.385
Circulante	123.417					381.730
Não Circulante	1.643.093					1.462.655

	Controladora							Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pós Fixado								
CDI	1.008.331	1.045.000	(581.812)	(48.969)	79.273	-	-	1.501.823
Gastos com captação	(1.938)	-	-	-	2.639	(7.116)	-	(6.415)
Total do custo	1.006.393	1.045.000	(581.812)	(48.969)	81.912	(7.116)	-	1.495.408
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	208.910	247.040	(212.108)	(8.634)	43.855	-	-	279.063
Gastos com captação	-	-	-	-	123	(741)	-	(618)
Marcação a mercado	2.178	-	-	-	-	-	(9.521)	(7.343)
Total ao valor justo	211.088	247.040	(212.108)	(8.634)	43.978	(741)	(9.521)	271.102
Total	1.217.481	1.292.040	(793.920)	(57.603)	125.890	(7.857)	(9.521)	1.766.510
Circulante	817.691							123.417
Não Circulante	399.790							1.643.093

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2021	Captação	Combinação de negócios	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/09/2022
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	234.994	-	324.928	(17.074)	(10.656)	19.507	-	-	551.699
Pós Fixado									
INPC	172.901	12.272	-	(8.618)	(7.084)	16.277	-	-	185.748
IPCA	2.172.223	217.095	-	(77.807)	(101.122)	205.994	-	-	2.416.383
Selic	-	-	3.576	(185)	(250)	256	-	-	3.397
CDI	4.266.993	1.190.000	-	(704.666)	(225.382)	416.762	-	-	4.943.707
TR	945.402	-	-	-	(69.578)	70.290	-	-	946.114
Gastos com captação									
Outros	(16.351)	-	-	-	-	4.137	(10.981)	-	(23.195)
Total do custo	7.790.200	1.426.318	328.504	(808.727)	(414.827)	735.090	(10.981)	-	9.045.577
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	3.190.605	1.357.955	-	(285.656)	(56.535)	23.922	-	-	4.230.291
Euro	787.534	214.015	-	(295.603)	(7.019)	(139.330)	-	-	559.597
Gastos com captação									
Marcação a mercado	(958)	-	-	-	-	526	-	-	(432)
Total ao valor justo	(8.176)	-	-	-	-	-	-	(163.138)	(171.314)
Total	3.969.005	1.571.970	-	(581.259)	(63.554)	(114.882)	-	(163.138)	4.618.142
Circulante	11.759.205	2.998.288	328.504	(1.389.986)	(478.381)	620.208	(10.981)	(163.138)	13.663.719
Não Circulante	2.220.051								3.999.856
	9.539.154								9.663.863

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	960.315	12.500	(747.475)	(1.964)	11.618	-	-	234.994
Pós Fixado								
TJLP e TLP	1.255	-	(1.251)	(43)	39	-	-	-
INPC	3.143	176.803	(19.021)	(5.493)	17.469	-	-	172.901
IPCA	337.230	1.744.590	(15.644)	(84.214)	190.261	-	-	2.172.223
Selic	486	-	(487)	(9)	10	-	-	-
CDI	3.939.460	2.066.000	(1.762.745)	(212.629)	236.907	-	-	4.266.993
TR	936.284	-	-	(72.099)	81.217	-	-	945.402
Cesta de moedas	26	-	(30)	-	4	-	-	-
Gastos com captação								
Outros	(6.172)	-	-	-	4.961	(15.140)	-	(16.351)
Total do custo	12.163	856	(62)	(867)	1.948	-	-	14.038
Total	6.184.190	4.000.749	(2.546.715)	(377.318)	544.434	(15.140)	-	7.790.200
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	2.754.291	1.907.138	(1.679.962)	(59.406)	268.544	-	-	3.190.605
Euro	999.402	-	(204.551)	(11.841)	4.524	-	-	787.534
Gastos com captação								
Marcação a mercado	(1.096)	-	-	-	879	(741)	-	(958)
Total ao valor justo	26.365	-	-	-	-	-	(34.541)	(8.176)
Total	3.778.962	1.907.138	(1.884.513)	(71.247)	273.947	(741)	(34.541)	3.969.005
Circulante	9.963.152	5.907.887	(4.431.228)	(448.565)	818.381	(15.881)	(34.541)	11.759.205
Não Circulante	4.049.956							2.220.051
	5.913.196							9.539.154

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾		Garantias ⁽²⁾
	30/09/2022	31/12/2021						
Energisa S/A								
FRN Santander - 4130335 ⁽³⁾	24.601	47.295	CDI + 0.89% a.a.	nov/22	Semestral a partir de Nov/21	9,58%		-
FRN Santander - 4132130 ⁽³⁾	59.544	68.942	CDI + 0.90% a.a.	nov/24	Semestral a partir de Dez/21	9,58%		-
ESA X BRADESCO - NP 6ª Emissão 1ª Série ⁽³⁾	79.470	71.748	CDI + 2.30% a.a.	dez/23	Final	10,63%		-
ESA X BRADESCO - NP 6ª Emissão 2ª Série ⁽³⁾	157.755	142.425	CDI + 2.30% a.a.	dez/24	Final	10,63%		-
ESA X BANCO DA CHINA BRASIL - CCB - L0036-2020 ⁽³⁾	88.500	85.221	CDI + 2.15% a.a.	dez/23	Final	10,52%		-
ESA X SANTANDER - CCB - 1035848	155.248	147.454	CDI + 1.70% a.a.	abr/23	Final	10,18%		-
ESA X BTG - FIDC ⁽⁷⁾	236.470	213.428	CDI + 2.35% a.a.	jan/25	Final	10,67%		-
Nota Promissória 4ª Emissão ⁽³⁾	800.433	725.310	CDI + 1.80% a.a.	jul/24	Final	10,26%		-
Custo de captação incorrido na contratação	(4.553)	(6.415)						
Total em Moeda Nacional	1.597.468	1.495.408						
ESA X ICBC - CCB - ICBCBRPANAMAWK2021001 ⁽³⁾	272.053	279.063	USD + 1.85% a.a.	jun/24	Final	-1,74%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(432)	(618)						
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(24.704)	(7.343)	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	246.917	271.102						
Total Energisa S/A	1.844.385	1.766.510						
Energisa Sergipe								
Parcelamento INERGUS	14.629	14.038	IPC FIPE + 5.41% a.a.	jul/44	Mensal a partir de Jan/21	9,67%		A
Parcelamento INERGUS - Migração	73.621	82.549	IPCA + 5.78% a.a.	jun/26	Mensal a partir de Jun/21	8,39%		A
Parcelamento INERGUS - Plano BD x DEFICIT 2018	56.509	55.289	INPC + 5.78% a.a.	dez/36	Mensal a partir de Jan/22	8,62%		A
Nota Promissória 6ª Emissão ⁽³⁾	-	160.268	CDI + 0.80% a.a.	mar/22	Final	9,51%		A
ESE X BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO A ⁽³⁾	45.463	47.224	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	out/27	Mensal a partir de Abr/22	7,69%		A + R
ESE X BNDES - 20.2.0495-1 SUBCREDITO B ⁽³⁾	64.647	61.074	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de Nov/27	7,69%		A + R
Parcelamento INERGUS - Confissão Dívida 2020	7.095	-	IPC FIPE + 5.16% a.a.	fev/41	Mensal a partir de Abr/22	9,49%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(381)	(479)	-	-	-	-		-
Total em Moeda Nacional	261.583	419.963						
Resolução 4131 - Citibank Loan 60874 ⁽³⁾	181.167	-	USD + 1.00% a.a.	set/23	Final	-2,37%		A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(503)	-	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	180.664	-						
Total Energisa Sergipe	442.247	419.963						
Energisa Paraíba								
Parcelamento FUNASA	2.367	2.437	INPC + 5.28% a.a.	dez/29	Mensal a partir de jan/21	8,25%		A
CCB Bradesco 24032020 ⁽³⁾	133.052	135.416	CDI + 1.67% a.a.	mar/23	final	10,16%		A
EPB X BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO A ⁽³⁾	113.195	113.461	IPCA + 1.83% a.a. + 3.23% a.a.	fev/31	mensal a partir de abr/22	7,86%		A + R
EPB X BTG PACTUAL - BNDES 3/20 - SUBCREDITO B ⁽³⁾	54.718	51.692	IPCA + 1.83% a.a. + 3.23% a.a.	dez/34	mensal a partir de fev/31	7,86%		A + R
EPB X ENERGISA PREV - Migração 2020 ⁽⁸⁾	17.139	17.117	INPC + 5.28% a.a.	jun/33	Mensal a partir de jan/21	8,25%		A
EPB X ENERGISA PREV - Déficit 2020 ⁽⁸⁾	77.578	77.291	INPC + 5.28% a.a.	nov/33	Mensal a partir de jan/21	8,25%		A
EPBXENERGISA PREV- Déficit 2015 2018 2019 ⁽⁸⁾	1.688	1.682	INPC + 5.28% a.a.	nov/33	Mensal a partir de jan/21	8,25%		A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾	Garantias ⁽²⁾
	30/09/2022	31/12/2021					
EPBXENERGISA PREV- Contrato Confissão Dívida ⁽⁸⁾	138	-	INPC + 5.11% a.a.	mai/34	Mensal a partir de abr/22	8,13%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(19)	(21)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	399.856	399.075					
Total Energisa Paraíba	399.856	399.075					
Energisa Minas Gerais							
EMG X BTG PACTUAL - BNDES 2/20 ⁽²⁾	75.211	74.001	IPCA + 1.83% a.a. + 3.23% a.a.	dez/34	Mensal a partir de Abr/22	7,86%	A + R
EMG X SANTANDER - CCB -1035866	26.767	25.423	CDI + 1.70% a.a.	abr/23	Final	10,18%	A
EMG 1ª Nota comercial	103.492	-	CDI + 1.55% a.a.	jul/26	Anual a partir de Jul/25	10,07%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(723)	(10)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	204.747	99.414					
EMG X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 17062021	42.941	44.123	USD + 1.52% a.a.	jun/24	Final	-1,98%	A
EMG X BAML - LOAN 4131 - 28012021	99.054	102.234	USD + 1.83% a.a.	fev/24	Final	-1,75%	A
EMG X BAML - LOAN 4131 - 09122021	38.138	39.373	USD + 2.19% a.a.	jun/24	Final	-1,48%	A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(12.376)	(1.116)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	167.757	184.614					
Total Energisa Minas Gerais	372.504	284.028					
Energisa Nova Friburgo							
FRN 4131519 ⁽³⁾	5.229	10.087	CDI + 0.80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de Nov/21	9,51%	A
CCB Safra 001660057	20.848	20.058	CDI + 1.80% a.a.	jun/23	Final	10,26%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(38)	(77)	-	-	-	-	0
Total em Moeda Nacional	26.039	30.068					
BAML - LOAN 20052022	33.037	-	USD + 3.98% a.a.	mai/25	Final	-0,15%	A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(1.308)	-					
Total em Moeda Estrangeira	31.729	-					
Total Energisa Nova Friburgo	57.768	30.068					
Energisa Borborema							
Nota Flutuante de Juros - Santander ⁽³⁾	5.229	10.088	CDI + 0.80% a.a.	nov/22	Semestral a partir de Nov/21	9,51%	A
Safra CCB 001660031	20.848	20.059	CDI + 1.80% a.a.	jun/23	Final	10,26%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(38)	(77)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	26.039	30.070					
EBO X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 17062021 ⁽³⁾	42.941	44.123	USD + 1.52% a.a.	jun/24	Final	-1,98%	A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(3.639)	(915)					
Total em Moeda Estrangeira	39.302	43.208					
Total Energisa Borborema	65.341	73.278					
Energisa Mato Grosso							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	354.047	353.756	TR + 7.00% a.a.	out/34	Mensal a partir de Nov/29	6,33%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	394.402	443.566	CDI + 0.70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de Mai/21	9,43%	R
Nota Promissória 2ª Emissão ⁽³⁾	-	320.270	CDI + 0.80% a.a.	mar/22	Final	9,51%	A
Santander FRN 4133870 ⁽³⁾	64.571	194.743	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de Fev/22	9,62%	A
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A ⁽³⁾	140.156	145.584	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	out/27	Mensal a partir de Abr/22	7,69%	A + R
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B ⁽³⁾	199.297	188.279	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de Nov/27	7,69%	A + R
EMT X ENERGISA PREV - Migração 2020 ⁽⁸⁾	1.957	2.019	INPC + 5.47% a.a.	out/29	Mensal a partir de Jan/21	8,40%	A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾	Garantias ⁽²⁾
	30/09/2022	31/12/2021					
EMT X ENERGISA PREV - Déficit de 2017 ⁽⁸⁾	6.722	6.779	INPC + 5.46% a.a.	dez/31	Mensal a partir de Jan/21	8,39%	A
EMT X ENERGISA PREV - Déficit 2015 A 2019 ⁽⁸⁾	171	170	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de Jan/21	8,38%	A
EMT X ENERGISA PREV - Confissão de Dívida 2020 ⁽⁸⁾	2.411	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de Abr/22	8,17%	A
EMT X ENERGISA PREV - Confissão de Dívida 2020 ⁽⁸⁾	856	-	INPC + 5.01% a.a.	fev/35	Mensal a partir de Abr/22	8,05%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.152)	(1.417)					
Total em Moeda Nacional	1.163.438	1.653.749					
Merryl Lynch Loan 09022022 ⁽³⁾	131.896	-	EURO + 1.48% a.a.	fev/25	Final	-15,19%	A
Citibank Loan - 4131 ⁽³⁾	-	40.068	LIBOR + 1.70% a.a.	jun/22	Anual a partir de Jun/21	-0,37%	A
Citibank EDC Loan - 4131 ⁽³⁾	-	40.065	LIBOR + 1.80% a.a.	jun/22	Anual a partir de Jun/21	-0,29%	A
EMT X SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021 ⁽³⁾	127.212	130.840	USD + 1.21% a.a.	jun/24	Final	-2,22%	A
J P MORGAN Loan ⁽³⁾	316.862	-	USD + 3.04% a.a.	mar/24	Final	-0,85%	A
Merryl Lynch Loan ⁽³⁾	56.502	67.509	EURO + 0.69% a.a.	dez/22	Final	-15,79%	A
Scotiabank Loan ⁽³⁾	267.764	274.583	USD + 2.20% a.a.	dez/22	Mensal a partir de Dez/22	-1,48%	A
Citibank Loan 56416 ⁽³⁾	63.037	64.793	LIBOR + 0.60% a.a.	fev/23	Final	-1,19%	A
Citibank Loan 60976 ⁽³⁾	111.529	-	USD + 1.00% a.a.	mar/24	Final	-2,37%	A
Santander Loan ccb1044407 ⁽³⁾	95.899	-	USD + 2.68% a.a.	fev/23	Final	-1,12%	A
Merryl Lynch Loan 25082021 ⁽³⁾	248.427	256.476	USD + 1.70% a.a.	set/23	Final	-1,85%	A
Citibank Loan 59606 ⁽³⁾	108.555	111.759	LIBOR + 1.18% a.a.	ago/23	Final	-0,76%	A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(109)					
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(53.153)	1.071					
Total em Moeda Estrangeira	1.474.530	987.055					
Total Energisa Mato Grosso	2.637.968	2.640.804					
Energisa Mato Grosso do Sul							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	292.024	291.785	TR + 7.00% a.a.	out/34	Mensal a partir de Nov/29	6,33%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	179.973	202.403	CDI + 0.70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de Mai/21	9,43%	R
Nota Promissória ⁽³⁾	83.056	75.735	CDI + 0.95% a.a.	mar/23	Final	9,62%	A
CCB Safra 001660014	83.393	80.230	CDI + 1.80% a.a.	jun/23	Final	10,26%	A
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A ⁽³⁾	114.418	118.850	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	out/27	Mensal a partir de Abr/22	7,69%	A + R
EMS X BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B ⁽³⁾	162.700	153.706	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de Nov/27	7,69%	A + R
EMS X ENERGISA PREV - Migração 2020 ⁽⁸⁾	-	547	INPC + 5.00% a.a.	abr/29	Mensal a partir de Jan/21	13,89%	A
Nota Promissória 3ª emissão ⁽³⁾	57.153	51.809	CDI + 1.75% a.a.	jul/24	Final	10,22%	A
EMS X SANTANDER CCB 1038715	153.893	155.185	CDI + 1.60% a.a.	jul/23	Final	10,11%	A
EMS X ENERGISA PREV - Confissão Dívida 2022 ⁽⁸⁾	41	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de Abr/22	8,17%	A
EMS - 1ª Nota comercial 1ª série	206.573	-	CDI + 1.40% a.a.	jul/25	Final	9,96%	A
EMS - 1ª Nota comercial 2ª série	206.643	-	CDI + 1.55% a.a.	jul/26	Anual a partir de Jul/25	10,07%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(3.967)	(1.496)					
Total em Moeda Nacional	1.535.900	1.128.754					
Loan Citi - 4131 ⁽³⁾	-	40.346	LIBOR + 1.70% a.a.	mai/22	Anual a partir de Mai/21	-0,37%	A
Loan Citi EDC - 4131 ⁽³⁾	-	40.337	LIBOR + 1.80% a.a.	mai/22	Anual a partir de Mai/21	-0,29%	A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾	Garantias ⁽²⁾
	30/09/2022	31/12/2021					
EMS X BAML - LOAN 4131 - 16032022 ⁽³⁾	59.863	-	EURO + 1.60% a.a.	mar/25	Final	-15,10%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML ⁽³⁾	-	71.635	EURO + 0.99% a.a.	mai/22	Final	-15,56%	A
EMS X BAML - LOAN 4131 - 28012021 ⁽³⁾	83.402	86.080	USD + 1.83% a.a.	fev/24	Final	-1,75%	A
Loan Citi - 59382 ⁽³⁾	147.498	151.383	LIBOR + 1.16% a.a.	jul/24	Final	-0,77%	A
Loan Citi - 60975 ⁽³⁾	167.294	-	USD + 1.00% a.a.	mar/24	Final	-2,37%	A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(92)	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(12.019)	(1.508)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	446.038	388.181					
Total Energisa Mato Grosso do Sul	1.981.938	1.516.935					
Energisa Tocantins							
Luz para todos I - Eletrobrás	-	1.073	PRÉ + 6.00% a.a.	abr/22	Mensal a partir de dez/15	3,73%	R
ETO X BNDES - 20.2.0496-1	183.026	180.080	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de Abr/22	7,69%	A + R
ETO X ENERGISA PREV - Migração 2020 ⁽⁸⁾	1.265	1.297	INPC + 4.96% a.a.	jun/30	Mensal a partir de Jan/21	8,02%	A
ETO X ENERGISA PREV - Déficit DE 2017 ⁽⁸⁾	16	16	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de Jan/21	8,38%	A
ETO X ENERGISA PREV- Déficit 2017 2018 2019 ⁽⁸⁾	51	53	INPC + 4.75% a.a.	ago/29	Mensal a partir de Jan/21	7,86%	A
ETO X ENERGISA PREV- Déficit 2020 ⁽⁸⁾	404	-	INPC + 4.75% a.a.	fev/36	Mensal a partir de Abr/22	7,86%	A
ETO X ENERGISA PREV- Déficit 2020 ⁽⁸⁾	3.118	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de Abr/22	8,17%	A
ETO - 1ª Emissão Nota Comercial	100.628	-	CDI + 1.55% a.a.	set/25	Final	10,07%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(703)	(791)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	287.805	181.728					
Loan Citi - 4131 ⁽³⁾	-	31.326	LIBOR + 1.70% a.a.	mai/22	Anual a partir de Mai/21	-0,37%	A
Loan Citi EDC - 4131 ⁽³⁾	-	31.317	LIBOR + 1.80% a.a.	mai/22	Anual a partir de Mai/21	-0,29%	A
ETO X BAML - LOAN 4131 - 28012021 ⁽³⁾	83.402	86.080	USD + 1.83% a.a.	fev/24	Final	-1,75%	A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(87)	-	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(5.003)	(16)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	78.399	148.620					
Total Energisa Tocantins	366.204	330.348					
Energisa Sul Sudeste							
ESS X BNDES - 20.2.0497-1 ⁽³⁾	140.902	138.636	IPCA + 2.10% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de Abr/22	7,89%	A + R
ESS X ENERGISA PREV - Migração 2020 ⁽⁸⁾	7.528	7.731	INPC + 4.91% a.a.	abr/30	Mensal a partir de Jan/21	7,98%	A
ESS X ENERGISA PREV - Déficit 2017 ⁽⁸⁾	73	73	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de Jan/21	8,38%	A
ESS X ENERGISA PREV- Déficit 2017 2018 2019 ⁽⁸⁾	386	400	INPC + 4.75% a.a.	ago/29	Mensal a partir de Jan/21	7,86%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 1ª SERIE ⁽³⁾	-	9.255	CDI + 0.00% a.a.	ago/22	Final	8,91%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 2ª SERIE ⁽³⁾	10.792	9.801	CDI + 1.50% a.a.	ago/23	Final	10,03%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SERIE ⁽³⁾	103.594	94.079	CDI + 1.50% a.a.	ago/24	Final	10,03%	A
ESS X ENERGISA PREV- Confissão Dívida 2020 ⁽⁸⁾	4.667	-	INPC + 4.75% a.a.	fev/36	Mensal a partir de Abr/22	7,86%	A
ESS X ENERGISA PREV- Confissão Dívida 2020 ⁽⁸⁾	663	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de Abr/22	8,17%	A
ESS - 1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	155.239	-	CDI + 1.55% a.a.	jul/26	Anual a partir de Jul/25	10,07%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.878)	(997)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	421.966	258.978					

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾		Garantias ⁽²⁾
	30/09/2022	31/12/2021						
Loan Citi - 4131 ⁽³⁾	-	19.143	LIBOR + 1.70% a.a.	jun/22	Anual a partir de Jun/21	-0,37%		A
Loan Citi EDC - 4131 ⁽³⁾	-	19.147	LIBOR + 1.80% a.a.	jun/22	Anual a partir de Jun/21	-0,29%		0
Merrill lynch Loan ⁽³⁾	-	154.544	EURO + 0.87% a.a.	jun/22	Final	-15,65%		A
Scotiabank Loan ⁽³⁾	66.941	68.646	USD + 2.20% a.a.	dez/22	Final	-1,48%		A
Merrill lynch Loan ⁽³⁾	141.370	168.909	EURO + 0.73% a.a.	jan/23	Final	-15,76%		A
Scotiabank Loan - 14122021 ⁽³⁾	134.096	137.599	USD + 1.98% a.a.	dez/24	Final	-1,64%		A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(52)						
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(14.026)	200	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	328.381	568.136						
Total Energisa Sul Sudeste	750.347	827.114						
Energisa Rondônia								
CCEE - Eletrobrás ⁽⁶⁾	136.262	131.366	PRÉ + 5.00% a.a.	out/48	Mensal a partir de Jan/24	3,73%		R
FRN 4131614 ⁽³⁾	37.050	42.887	CDI + 0.90% a.a.	nov/24	Semestral a partir de dez/21	9,58%		A
ERO X BTG PACTUAL - BNDES 4/200 ⁽³⁾	213.560	210.125	IPCA + 1.83% a.a. + 3.23% a.a.	dez/34	Mensal a partir de Abr/22	7,86%		A + R
ERO X SANTANDER - CCB - 1035862	48.180	45.762	CDI + 1.70% a.a.	abr/23	Final	10,18%		A
ERO X SANTANDER - CCB -	107.643	108.033	CDI + 1.60% a.a.	jul/23	Final	10,11%		A
ERO X SANTANER - FRN - CCB1043148 ⁽³⁾	151.318	137.171	CDI + 1.70% a.a.	jun/23	Final	10,18%		A
Total em Moeda Nacional	694.013	675.344						
Scotiabank Loan ⁽³⁾	66.941	68.646	USD + 2.20% a.a.	dez/22	Final	1,48%		A
Citibank Loan 56545 ⁽³⁾	74.263	76.420	LIBOR + 0.60% a.a.	fev/23	Final	1,19%		A
Citibank Loan 56737 ⁽³⁾	156.948	161.875	LIBOR + 0.75% a.a.	mar/23	Final	1,08%		A
Citibank Loan 59105 ⁽³⁾	206.427	210.515	LIBOR + 1.24% a.a.	mai/24	Final	0,71%		0,00%
BBM Loan 57177 ⁽³⁾	53.134	-	USD + 2.51% a.a.	mar/23	Final	1,24%		A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(4.711)	2.757						
Total em Moeda Estrangeira	553.002	520.213						
Total Energisa Rondônia	1.247.015	1.195.557						
Energisa Acre								
CCEE - Eletrobrás ⁽⁶⁾	64.791	62.463	PRÉ + 5.00% a.a.	dez/48	Mensal a partir de Jan/24	3,73%		R
EAC X BTG PACTUAL - BNDES 1/20	106.692	104.980	IPCA + 1.83% a.a. + 3.23% a.a.	dez/34	Mensal a partir de Abr/22	7,86%		A + R
EAC X SANTANDER - CCB 1035864	107.067	101.691	CDI + 1.70% a.a.	abr/23	Final	10,18%		A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 2ª SÉRIE ⁽³⁾	-	13.251	CDI + 1.81% a.a.	jul/22	Final	10,26%		A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 4ª SÉRIE ⁽³⁾	14.825	13.433	CDI + 1.81% a.a.	jul/23	Final	10,26%		A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 1ª SÉRIE ⁽³⁾	-	11.729	CDI + 1.81% a.a.	jan/22	Final	10,26%		A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 3ª SÉRIE ⁽³⁾	14.928	13.526	CDI + 1.81% a.a.	jan/23	Final	10,26%		A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 5ª SÉRIE ⁽³⁾	14.327	12.981	CDI + 1.81% a.a.	jan/24	Final	10,26%		A
EAC - NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 6ª SÉRIE ⁽³⁾	271.754	246.231	CDI + 1.81% a.a.	jul/24	Final	10,26%		A
EAC - China Constrution Bank CCB nº 1303950	93.334	-	CDI + 1.50% a.a.	jun/26	Final	10,03%		A

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾		Garantias ⁽²⁾
	30/09/2022	31/12/2021						
Custo de captação incorrido na contratação	(4.252)	(635)						
Total em Moeda Nacional	683.466	579.650						
Merrill lynch Loan ⁽³⁾	169.966	324.937	EURO + 1.40% a.a.	dez/23	Mensal a partir de dez/20	- 15,2 5%		A + R
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(3.462)	1.038						
Total em Moeda Estrangeira	166.504	325.975						
Total Energisa Acre	849.970	905.625						
Energisa Soluções								
ESOL X BBM - LOAN AGREEMENT N° 56735	19.111	19.724	USD + 1.74% a.a.	fev/24	Anual a partir de Fev/23	- 1,82 %		A
ESOL X BBM - LOAN AGREEMENT N° 56890	26.802	27.670	USD + 1.77% a.a.	jun/24	Anual a partir de Jun/23	- 1,80 %		A
ESOL X BBM - LOAN AGREEMENT N° 57335	21.306	-	USD + 3.95% a.a.	ago/23	Final	- 0,17 %		A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(2.915)	(952)						
Total em Moeda Estrangeira	64.304	46.442						
Total Energisa Soluções	64.304	46.442						
Energisa Transmissão								
1ª Nota Comercial	365.885	-	CDI + 1.45% a.a.	jun/25	Final	10,00%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(961)	-						
Total em Moeda Nacional	364.924	-						
ETE X CITIBANK LOAN 56417 ⁽³⁾	170.201	174.942	LIBOR + 0.60% a.a.	fev/23	Final	-1,19%		A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(1.547)	(626)						
Total em Moeda Estrangeira	168.654	174.316						
Total Energisa Transmissão	533.578	174.316						
Energisa Pará I								
BASA - CCB 048-19/0002-0 ⁽⁵⁾	193.723	196.132	IPCA + 1.89% a.a.	abr/40	Mensal a partir de Mai/24	5,50%		A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.137)	(1.233)						
Total em Moeda Nacional	192.586	194.899						
Total Energisa Pará I	192.586	194.899						
Energisa Pará II								
BASA - CCB 128-20/0050-8 ⁽⁵⁾	185.439	187.777	IPCA + 1.68% a.a.	jul/40	Mensal a partir de Ago/24	5,35%		A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.423)	(1.483)						
Total em Moeda Nacional	184.016	186.294						
Total Energisa Pará II	184.016	186.294						
Energisa Comercializadora								
XP Comercializadora LP01-2024	59.543	50.004	IPCA	jan/25	Mensal a partir de Fev/24	4,09%		0
Total em Moeda Nacional	59.543	50.004						
ECOM X BBM - LOAN AGREEMENT N° 56889	42.866	44.254	USD + 1.76% a.a.	jun/24	Anual a partir de Jun/23	-1,80%		A
ECOM X BBM LOAN AGREEMENT n° 56339	-	33.945	USD + 3.63% a.a.	set/22	Final	-2,70%		F
ECOM X BBM LOAN AGREEMENT n° 57339	31.887	-	USD + 4.06% a.a.	ago/23	Final	-0,09%		A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(2.616)	(1.026)						
Total em Moeda Estrangeira	72.137	77.173						
Total Energisa Comercializadora	131.680	127.177						
Energisa Rio Peixe I								
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 20102021 ⁽³⁾	113.709	116.855	USD + 1.47% a.a.	abr/23	Final	-2,02%		A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(3.401)	130						
Total em Moeda Estrangeira	110.308	116.985						

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾		Garantias ⁽²⁾
	30/09/2022	31/12/2021						
Total Energisa Rio Peixe I	110.308	116.985						
Energisa Rio Peixe II								
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 20102021 ⁽³⁾	113.709	116.855	USD + 1.47% a.a.	abr/23	Final	-5,04%		A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(3.401)	130						
Total em Moeda Estrangeira	110.308	116.985						
Total Energisa Rio Peixe II	110.308	116.985						
Energisa Tocantins Transmissora								
BASA - CCB 128-21/0008-1 ⁽⁵⁾	138.684	55.348	IPCA + 2.46% a.a.	mai/41	Mensal a partir de Out/24	5,93%		AVAL + RECEBÍVEIS + FIANÇA
BNDES - 21.02.0247-1 ⁽⁵⁾	137.819	-	IPCA + 3.03% a.a. + 1.81% a.a.	mai/41	Mensal a partir de Out/24	7,70%		R
Custo de captação incorrido na contratação	(1.813)	(1.048)						
Total em Moeda Nacional	274.690	54.300						
Total Energisa Tocantins Transmissora	274.690	54.300						
Alsol								
BNDES - 21.9.0069 -2 SUBCREDITO A	12.620	12.550	PRÉ + 4.55% a.a.	out/37	Mensal a partir de Nov/22	3,39%		A + R
BNDES - 21.9.0069 -2 SUBCREDITO B	13.569	12.721	IPCA + 3.28% a.a. + 3.51% a.a.	out/37	Mensal a partir de Nov/22	9,14%		A + R
Custo de captação incorrido na contratação	(157)	(172)						
Total em Moeda Nacional	26.032	25.099						
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 02022022 ⁽³⁾	401.738	-	USD + 1.89% a.a.	fev/24	Final	-1,71%		A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(22.530)	-						
Total em Moeda Estrangeira	379.208	-						
Total ALSOL	405.240	25.099						
Rede Energia S.A.								
Credores "RJ" - Bicbanco	7.372	6.932	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,75%		R
Credores "RJ" - BNB	16.244	15.277	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,75%		R
Total em Moeda Nacional	23.616	22.209						
Total Rede Energia S.A.	23.616	22.209						
Denerge								
FI-FGTS (Reestruturado)	300.043	299.861	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	2,99%		-
Total em Moeda Nacional	300.043	299.861						
Total Denerge	300.043	299.861						
Cia Téc.de Comercialização de Energia								
Credores "RJ" - BMG	-	5.333	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	0,75%		-
Total em Moeda Nacional	-	5.333						
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	-	5.333						
Spe Vision								
Spe Vision -CCb BDMG nº 287851/20	3.397	-	Selic + 5.00% a.a.	abr/30	Mensal a partir de Jun/22	9,15%		A
Total em Moeda Nacional	3.397	-						
Total SPE VISION	3.397	-						
LXTE XINGU								
LXTE X BASA - CCB 007-10/0061-5	147.507	-	8,5% a.a.	out/31	Mensal a partir de Mar/15	6,31%		SG
Total em Moeda Nacional	147.507	-						
Total LXTE XINGU	147.507	-						
LMTE MACAPÁ								
LMTE X BASA - CCB 007-10/0062-3	166.903	-	8,5% a.a.	out/33	Mensal a partir de Abr/23	6,31%		SG

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾	Garantias ⁽²⁾
	30/09/2022	31/12/2021					
Total em Moeda Nacional	166.903	-					
Total LMTE MACAPÁ	166.903	-					
Em Moeda Nacional	9.045.577	7.790.200					
Em Moeda Estrangeira	4.618.142	3.969.005					
Energisa Consolidada	13.663.719	11.759.205					

⁽¹⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 30 de setembro de 2022. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos;

⁽²⁾ A=Aval Energisa S/A, F=Fiança, R=Recebíveis, S= Seguro;

⁽³⁾ Condições restritivas financeiras (Covenants) - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ^(*)	<p>Menor ou igual a: 4,0x até o vencimento Para o empréstimo via FRN entre a Energisa S.A. e o Santander, com vencimento em nov/22 e para o empréstimo via FRN entre Energisa S.A. e Santander com vencimento em nov/24.</p>	Trimestral e Anual
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ^(*)	<p>Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento Para 6ª emissão de Notas Promissórias da Energisa S/A com vencimento em dez/24, 7ª emissão de Notas Promissórias da Energisa S/A com vencimento em jul/24, empréstimo via CCB entre o Bank of China e a Energisa S/A, com vencimento em Dez/23 e o empréstimo via CCB entre o ICBC e a Energisa S/A com vencimento em Jun/24.</p>	Trimestral e Anual

^(*) EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 30 de setembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

⁽⁴⁾ As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 32).

⁽⁵⁾ Em julho de 2019, em junho de 2020 e em junho de 2021 as controladas Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (EPA I) e a Energisa Pará Transmissora II S/A (EPA II), Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (ETT) contrataram financiamento junto ao Banco da Amazônia e para o BNDES na Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (ETT) o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de *covenants*:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3%, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato.

⁽⁶⁾ De acordo com a Lei nº 14.120 de 1ª de março de 2021 foi efetuado baixa no saldo dos financiamentos junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no valor de R\$728.404, sendo R\$560.949 para Energisa Rondônia e R\$167.455 para Energisa Acre.

⁽⁷⁾ O valor do empréstimo com o Banco BTG Pactual, refere-se ao acordo de cotista que prevê uma opção de venda contra a Energisa para a aquisição das cotas do banco no montante inicial de R\$200.000 atualizadas anualmente a CDI + 2,35%, podendo ser exercida quando do descumprimento de certas obrigações contidas no regulamento do acordo de cotista ou a qualquer momento a partir do quarto exercício do acordo.

⁽⁸⁾ Contrato firmado com a Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2021 e 2020.

Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívidas. Outros contratos têm como finalidade a cobertura dos déficits dos planos de previdência.

Garantias:

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$154.360 (R\$88.575 em 31 de dezembro de 2021), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante, consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 32).

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/09/2022	31/12/2021
US\$ x R\$	-3,12%	7,39%
TJLP	4,94%	4,38%
SELIC	8,98%	4,38%
CDI	8,91%	4,42%
IPCA	4,09%	10,06%
IGP-M	6,61%	16,78%
LIBOR	1,48%	0,16%
UMBNB	0,10%	0,11%
TR	1,12%	0,05%
IPC-FIPE	5,64%	9,74%
Euro	-16,30%	-0,89%
INPC	4,32%	-0,89%
SOFR	0,80%	0,00%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2023	162.746	270.213
2024	1.099.909	3.494.938
2025	200.000	1.908.782
2026	-	622.810
Após 2026	-	3.367.120
Total	1.462.655	9.663.863

20. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora						
	Saldos em 31/12/2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Saldos em 30/09/2022
Mensuradas ao custo - pós fixado							
CDI	1.867.295	250.000	-	(121.702)	200.722	-	2.196.315
IPCA	2.587.665	500.000	(755.123)	(123.060)	236.261	-	2.445.743
Gastos com captação	(12.557)	-	-	-	2.563	(5.219)	(15.213)
Total ao custo	4.442.403	750.000	(755.123)	(244.762)	439.546	(5.219)	4.626.845
Circulante	1.144.143						695.016
Não Circulante	3.298.260						3.931.829

	Controladora						
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao custo - pós fixado							
CDI	1.309.695	1.000.000	(472.314)	(48.168)	78.082	-	1.867.295
IPCA	2.466.139	330.000	(447.716)	(157.925)	397.167	-	2.587.665
Gastos com captação	(3.996)	-	-	-	1.894	(10.455)	(12.557)
Total ao custo	3.771.838	1.330.000	(920.030)	(206.093)	477.143	(10.455)	4.442.403
Circulante	968.050						1.144.143
Não Circulante	2.803.788						3.298.260

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2021	Captação ⁽¹⁾	Combinação de negócios	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/09/2022
Mensuradas ao custo - pós fixado									
Pré Fixado	66.469	-	-	-	(3.339)	7.547	-	-	70.677
Pós Fixado									
CDI	6.389.312	1.080.000	-	(506.260)	(508.320)	647.977	-	-	7.102.707
IPCA	5.226.470	972.000	673.958	(755.614)	(226.689)	489.972	-	-	6.380.098
TJLP	-	-	1.072.695	-	-	28.405	-	-	1.101.100
Gastos com captação	(92.069)	-	(50.638)	-	-	20.877	(34.515)	-	(156.345)
Marcação a mercado	3.986	-	-	-	-	-	-	(136.731)	(132.744)
Total ao custo	11.594.168	2.052.000	1.696.015	(1.261.874)	(738.348)	1.194.778	(34.515)	(136.731)	14.365.493
Circulante	1.863.714								3.279.999
Não Circulante	9.730.454								11.085.494

⁽¹⁾ Emissão de debêntures realizadas pelas controladas no período, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ESE	68.000	15/01/22	Única	11 ^a	8,36%
EPB	63.000	15/01/22	Única	11 ^a	8,57%
ESS	81.000	15/01/22	Única	7 ^a	8,63%
ESA	309.383	15/04/22	1 ^a	16 ^a	9,60%
ESA	190.617	15/04/22	2 ^a	16 ^a	8,76%
ESA	250.000	15/04/22	3 ^a	16 ^a	10,03%
EMT	164.437	15/04/22	1 ^a	15 ^a	8,67%
EMT	95.563	15/04/22	2 ^a	15 ^a	8,76%
ETE	500.000	01/06/22	Única	4 ^a	9,85%
ESS	120.000	22/08/22	Única	8 ^a	10,11%
EMS	150.000	22/08/22	Única	17 ^a	10,11%
EMG	60.000	22/08/22	Única	14 ^a	10,11%
Total	2.052.000				

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2020	Captação ⁽¹⁾	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos apropriados	Marcação mercado da dívida	Saldos em 31/12/2021
Mensuradas ao custo - pós fixados								
Pré Fixado	60.606	-	-	(3.339)	9.202	-	-	66.469
Pós Fixado								
CDI	5.839.183	1.730.000	(1.261.496)	(264.753)	346.378	-	-	6.389.312
IPCA	4.224.232	1.000.000	(447.716)	(246.665)	696.619	-	-	5.226.470
Gastos com captação	(70.649)	-	-	-	18.745	(40.165)	-	(92.069)
Marcação a mercado	323.445	-	-	-	-	-	(319.459)	3.986
Total ao custo	10.376.817	2.730.000	(1.709.212)	(514.757)	1.070.944	(40.165)	(319.459)	11.594.168
Circulante	1.780.414							1.863.714
Não Circulante	8.596.403							9.730.454

⁽¹⁾ A Companhia e suas controladas ao longo do ano de 2021 efetuaram emissão de debêntures, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Série	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
ESA	330.000	29/10/21	1ª	15ª	16,15%
ESA	700.000	29/10/21	2ª	15ª	6,06%
ESA	300.000	29/10/21	3ª	15ª	6,22%
ETE	300.000	05/03/21	Única	3ª	6,22%
ALSOL	130.000	15/03/21	Única	2ª	6,67%
ERO	300.000	18/06/21	Única	5ª	6,32%
EMS	320.000	29/10/21	Única	16ª	16,15%
EMT	350.000	29/10/21	Única	14ª	16,15%
Total	2.730.000				

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias ⁽¹⁾
	30/09/2022	31/12/2021							
ENERGISA S/A									
Debêntures 7ª Emissão/3ª Série ⁽²⁾	-	242.170	15/08/2015	166667 / 166667	IPCA + 8.75% a.a.	ago/22	Final	10,58%	F
Debêntures 7ª Emissão/6ª Série	-	243.424	15/08/2015	166667 / 166667	IPCA + 10.25% a.a.	ago/22	Final	11,68%	F
Debêntures 8ª Emissão/1ª Série	-	257.231	15/06/2017	197598 / 197598	IPCA + 5.60% a.a.	jun/22	Final	8,26%	R
Debêntures 8ª Emissão/2ª Série	237.846	230.942	15/06/2017	177348 / 177348	IPCA + 5.66% a.a.	jun/24	Final	8,31%	R
Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	84.392	78.187	15/10/2017	7126 / 7126	IPCA + 4.49% a.a.	out/22	Final	7,44%	R
Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	15.761	14.578	15/10/2017	1328 / 1328	IPCA + 4.71% a.a.	out/24	Final	7,60%	R
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	29.439	27.153	15/10/2017	2472 / 2472	IPCA + 5.11% a.a.	out/27	Final	7,90%	R
Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	280.703	256.090	15/10/2017	87074 / 87074	107.750% CDI	out/22	Anual a partir de Out/20	9,60%	R
Debêntures 11ª Emissão	626.633	606.925	15/04/2019	500000 / 500000	IPCA + 4.62% a.a.	abr/26	Final	7,54%	SG
Debêntures 13ª Emissão	585.078	594.758	25/08/2020	576396 / 576396	CDI + 2.30% a.a.	ago/25	Anual a partir de Ago/23	10,63%	SG
Debêntures 14ª Emissão 1ª Série	66.085	62.623	15/10/2020	55000 / 55000	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	7,25%	SG
Debêntures 14ª Emissão 2ª Série	511.205	484.149	15/10/2020	425000 / 425000	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de Out/28	7,43%	SG
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	361.526	340.283	15/10/2021	330000 / 330000	IPCA + 6.09% a.a.	out/31	Anual a partir de Out/29	8,62%	SG
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	746.186	711.456	15/10/2021	700000 / 700000	CDI + 1.64% a.a.	out/26	Final	10,14%	SG
Debêntures 15ª Emissão 3ª Série	320.026	304.991	15/10/2021	300000 / 300000	CDI + 1.80% a.a.	out/28	Final	10,26%	SG
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	317.283	-	15/04/2022	309.383 / 309.383	IPCA + 6.16% a.a.	abr/29	Anual a partir de Abr/27	8,67%	SG
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	195.573	-	15/04/2022	190.617 / 190.617	IPCA + 6.28% a.a.	abr/32	Anual a partir de Abr/30	8,76%	SG
Debêntures 16ª Emissão 3ª Série	264.322	-	15/04/2022	250.000 / 250.000	CDI + 1.50% a.a.	abr/27	Final	10,03%	SG
Custos de captação (15.213)		(12.557)	-	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA S A	4.626.845	4.442.403							
ENERGISA SERGIPE									
6ª Emissão	81.690	79.192	15/09/2018	65000 / 65000	IPCA + 5.08% a.a.	sep/25	Anual a partir de Set/23	7,88%	A
7ª Emissão	52.099	50.283	10/06/2019	50000 / 50000	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	9,46%	A
Debêntures 8ª Emissão	279.993	282.916	15/02/2020	275000 / 275000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	9,62%	A
Debêntures 11ª Emissão	71.356	-	15/01/2022	68.000 / 68.000	IPCA + 5.74% a.a.	jul/27	Final	8,36%	A
Custos de captação (2.249)		(1.014)							
Total ENERGISA SERGIPE	482.889	411.377							
ENERGISA PARAÍBA									
Debêntures 5ª Emissão	169.663	164.476	15/09/2018	135000 / 135000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de Set/23	7,88%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	75.022	72.408	10/06/2019	72000 / 72000	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	9,46%	A
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	50.030	48.275	10/06/2019	48000 / 48000	CDI + 0.83% a.a.	jun/26	Final	9,53%	A
Debêntures 7ª Emissão	61.089	61.727	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	9,62%	A
Debêntures 8ª Emissão	149.146	151.614	25/08/2020	146933 / 146933	CDI + 2.30% a.a.	ago/25	Anual a partir de Ago/23	10,63%	A

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias ⁽¹⁾
	30/09/2022	31/12/2021							
Debêntures 11ª Emissão	66.147	-	15/01/2022	63.000 / 63.000	IPCA + 6.01% a.a.	jan/30	Anual a partir de Jan/29	8,57%	A
Custos de captação	(3.523)	(1.386)							
Total ENERGISA PARAÍBA	567.574	497.114							
REDE ENERGIA									
4ª Emissão	70.677	66.469	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a.	nov / 35	Final	1,00%	SG
Total REDE ENERGIA	70.677	66.469							
ENERGISA MATO GROSSO DO SUL									
Debêntures 8ª Emissão	-	102.263	15/09/2017	30000 / 30000	107.500% CDI	set/22	Anual a partir de Set/20	9,58%	A
Debêntures 11ª Emissão	194.798	188.843	15/09/2018	155000 / 155000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de Set/23	7,88%	A
Debêntures 12ª Emissão	114.618	110.623	10/06/2019	110000 / 110000	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	9,46%	A
Debêntures 13ª Emissão	-	19.339	22/01/2020	7500 / 7500	CDI + 0.70% a.a.	jan/22	Semestral a partir de Jul/20	9,43%	A
Debêntures 14ª Emissão	141.572	143.914	25/08/2020	139471 / 139471	CDI + 2.30% a.a.	ago/25	Anual a partir de Ago/23	10,63%	A
Debêntures 16ª Emissão	350.570	329.970	15/10/2021	320.000 / 320.000	IPCA + 6.09% a.a.	out/31	Anual a partir de Out/29	8,62%	A
Debêntures 17ª Emissão	152.329	-	22/08/2022	150.000 / 150.000	CDI + 1.60% a.a.	ago/27	Anual a partir de Ago/26	10,11%	A
Custos de captação	(11.525)	(1.567)	-	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA MATO GROSSO DO SUL	942.362	893.385							
ENERGISA MATO GROSSO									
Debêntures 9ª Emissão	483.854	469.059	15/09/2018	385000 / 385000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de Set/23	7,88%	A
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	122.432	118.164	10/06/2019	117500 / 117500	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	9,46%	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	33.898	32.689	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1.05% a.a.	jun/29	Anual a partir de Jun/27	9,70%	A
Debêntures 11ª Emissão	132.360	133.742	15/02/2020	130000 / 130000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	9,62%	A
Debêntures 12ª Emissão	387.098	393.503	25/08/2020	381354 / 381354	CDI + 2.30% a.a.	ago/25	Anual a partir de Ago/23	10,63%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	72.212	68.431	15/10/2020	60100 / 60100	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	7,25%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	84.078	79.628	15/10/2020	69900 / 69900	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de Out/28	7,43%	A
Debêntures 14ª Emissão	383.436	360.906	15/10/2021	350000 / 350000	IPCA + 6.09% a.a.	out/31	Anual a partir de Out/29	8,62%	A
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	168.636	-	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6.16% a.a.	abr/29	Anual a partir de Abr/27	8,67%	A
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	98.048	-	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6.28% a.a.	abr/32	Anual a partir de Abr/30	8,76%	A
Custos de captação	(21.629)	(17.310)							
Total EMTENERGISA MATO GROSSO	1.944.423	1.638.812							
ENERGISA MINAS GERAIS									
Debêntures 10ª Emissão	62.838	60.917	15/09/2018	50000 / 50000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de Set/23	7,88%	A
Debêntures 11ª Emissão 1ª Série	35.427	34.192	10/06/2019	34000 / 34000	CDI + 0.73% a.a.	jun/24	Final	9,46%	A
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	37.523	36.206	10/06/2019	36000 / 36000	CDI + 0.83% a.a.	jun/26	Final	9,53%	A
Debêntures 12ª Emissão	61.089	61.727	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	9,62%	A
Debêntures 14ª Emissão	60.932	-	22/08/2022	60.000 / 60.000	CDI + 1.60% a.a.	ago/27	Anual a partir de Ago/26	10,11%	A
Custos de captação	(583)	(761)							
Total ENERGISA MINAS GERAIS	257.226	192.281							
ENERGISA TOCANTINS									
Debêntures 4ª Emissão	301.623	292.403	15/09/2018	240000 / 240000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de Set/23	7,88%	A
Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	247.737	238.972	10/06/2019	237596 / 237596	CDI + 0.95% a.a.	jun/24	Final	9,62%	A
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	169.439	163.364	10/06/2019	162404 / 162404	CDI + 1.15% a.a.	jun/26	Final	9,77%	A
Custos de captação	(2.602)	(3.413)							
Total ENERGISA TOCANTINS	716.197	691.326							
ENERGISA SUL SUDESTE									
Debêntures 4ª Emissão	87.973	85.285	15/09/2018	70000 / 70000	IPCA + 5.08% a.a.	set/25	Anual a partir de Set/23	7,88%	A
Debêntures 5ª Emissão	61.105	61.773	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 1.15% a.a.	fev/25	Final	9,77%	A

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias ⁽¹⁾
	30/09/2022	31/12/2021							
Debêntures 7ª Emissão	85.061	-	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6.10% a.a.	jan/32	Anual a partir de Jan/30	8,63%	A
Debêntures 8ª Emissão	121.864	-	22/08/2022	120.000 / 120.000	CDI + 1.60% a.a.	ago/27	Anual a partir de Ago/26	10,11%	A
Custos de captação	(622)	(816)							
Total ENERGISA SUL SUDESTE ENERGISA TRANSMISSÃO	355.381	146.242							
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	95.842	90.671	15/12/2018	75500 / 75500	IPCA + 4.92% a.a.	dez/25	Final	7,76%	A
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	65.367	61.809	15/12/2018	51462 / 51462	IPCA + 5.14% a.a.	dez/28	Anual a partir de Dez/26	7,92%	A
Debêntures 1ª Emissão 3ª Série	160.049	147.764	15/12/2018	123038 / 123038	IPCA + 4.98% a.a.	dez/25	Final	7,80%	A
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	68.968	65.356	00/01/00	57.400 / 57.400	IPCA + 4.23% a.a.	out/27	Final	7,25%	A
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	99.354	94.095	15/10/2020	82600 / 82600	IPCA + 4.47% a.a.	out/30	Anual a partir de Out/28	7,43%	A
Debêntures 3ª Emissão	303.140	308.361	05/03/2021	300000 / 300000	CDI + 1.80% a.a.	mar/24	Final	10,26%	A
Debêntures 4ª Emissão	522.092	-	01/06/2022	500.000 / 500.000	CDI + 1.25% a.a.	dez/22	Final	9,85%	A
Custos de captação	(6.722)	(6.500)							
Total ENERGISA TRANSMISSÃO	1.308.090	761.556							
ENERGISA NOVA FRIBURGO									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	15.272	15.432	15/02/2020	15000 / 15000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	9,62%	A
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	26.784	27.077	15/02/2020	26300 / 26300	CDI + 1.15% a.a.	fev/25	Final	9,77%	A
Custos de captação	(70)	(106)							
Total ENERGISA NOVA FRIBURGO	41.986	42.403							
ENERGISA BORBOREMA									
Debêntures 4ª Emissão	20.364	20.575	15/02/2020	20000 / 20000	CDI + 0.95% a.a.	fev/23	Final	9,62%	A
Custos de captação	(12)	(33)							
Total ENERGISA BORBOREMA	20.352	20.542							
ENERGISA RONDÔNIA									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	604.187	991.927	26/11/2018	155000 / 155000	CDI + 1.65% a.a.	nov/23	Mensal a partir de Dez/20	10,14%	A + R
Debêntures 4ª Emissão	105.666	101.269	18/11/2020	100000 / 100000	CDI + 2.20% a.a.	nov/23	Final	10,56%	A
Debêntures 5ª Emissão	313.198	301.523	18/06/2021	300000 / 300000	CDI + 1.90% a.a.	jun/24	Final	10,33%	A
Custos de captação	(758)	(1.245)							
Total ENERGISA RONDÔNIA	1.022.293	1.393.474							
ENERGISA ACRE									
Debêntures 3ª Emissão	211.331	202.540	18/11/2020	200000 / 200000	CDI + 2.20% a.a.	nov/23	Final	10,56%	A
Custos de captação	(403)	(661)							
Total ENEGISA ACRE	210.928	201.879							
ALSOL									
Debêntures 1ª Emissão	106.695	102.001	23/10/2019	100000 / 100000	CDI + 1.20% a.a.	out/24	Final	9,81%	A
Debêntures 2ª Emissão	130.861	133.618	15/03/2021	130000 / 130000	CDI + 2.35% a.a.	mar/25	Final	10,67%	A
Custos de captação	(15.213)	(856)							
Total ALSOL	222.343	234.763							
VISION FRANCISCO									
Debêntures 3ª Emissão	8.870	-	03/06/2020	8.990 / 8.990	IPCA + 6.54% a.a.	abr/28	Mensal a partir de Jun/22	8,71%	A
Total VISON FRANCISCO	8.870	-							
LTTE TAUBATÉ									
Debêntures 5ª Emissão	526.429	-	04/11/20	410.000 / 410.000	IPCA + 5,09% a.a.	01/10/38	Anual a partir de Out/22	7,88%	SG
Custos de captação	(28.066)	-							
Total LTTE TAUBATÉ	498.363	-							
LXTE XINGÚ									
Debêntures 1ª Emissão	567.332	-	27/01/12	602.447.753 / 602.447.753	TJLP + 1,00% a.a.	15/10/30	Semestral a partir de Abr/15	5,69%	SG
Debêntures 2ª Emissão	147.493	-	29/03/21	120.000 / 120.000	IPCA + 5,83% a.a.	15/10/36	Anual a partir de Abr/23	8,91%	SG
Custos de captação	(13.268)	-							
Total LXTE XINGÚ	701.557	-							
LMTE MACAPÁ									

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias ⁽¹⁾
	30/09/2022	31/12/2021							
Debêntures 3ª Emissão			27/01/12	569.568.025 / 569.568.025	TJLP + 1,00% a.a.	15/10/30	Semestral a partir de Abr/15	5,69%	SG
Custos de captação	533.768	-							
	(7.942)	-							
Total LMTE MACAPÁ	525.826	-							
TOTAL	14.654.582	11.682.251							
Custos de captação	(25.945)	(43.844)							
Custos de captação	(130.400)	(48.225)							
Total dos custos de captação	(156.345)	(92.069)							
Marcação à Mercado de Dívida	(132.744)	3.986							
Total em moeda nacional	14.365.493	11.594.168							
CONSOLIDADO	14.365.493	11.594.168							

⁽¹⁾ F= Fiança Gipar, R = Recebíveis, A = Aval Energisa S/A. e SG = Sem Garantia

⁽²⁾ O montante de R\$74.191 em 31 de dezembro de 2021 refere-se ao valor de mercado das debêntures conjugadas com bônus de subscrição.

No último trimestre do exercício de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa 1ª, 2ª e 3ª) o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, os somatórios dessas três séries correspondiam a R\$500.001. A 1ª, 2ª e 3ª séries finalizaram em agosto de 2020, agosto de 2021 e agosto de 2022, respectivamente, o valor das debêntures foi contabilizado como dívida. O IFRS9/CPC48 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada como dívida, o que representou o reconhecimento na despesa financeira. No período foram reconhecidas perdas com os títulos da ordem de R\$61.872 (perdas de R\$116.583 em 31 de dezembro de 2021) registrados na demonstração do resultado em despesa financeira - Marcação a mercado derivativo, totalizando o saldo do instrumento financeiro em R\$1.274.380 (R\$1.212.508 em 31 de dezembro de 2021).

Trata-se de uma opção "dentro do dinheiro", o que refletia a elevada probabilidade de conversão. A despeito dessa elevada probabilidade de exercício de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, foi exercido em 15 de agosto 2022 ao preço da unit (ENG11) a R\$16,46, enquanto o preço de fechamento foi de R\$46,71/unit. O capital social da Companhia foi aumento em mais R\$738.310 com emissão de 188.600 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, Todas as novas ações foram integralmente subscritas e integralizado mediante o exercício de bônus de subscrição.

Com o exercício da opção realizada em 18 de agosto de 2022 o saldo do instrumento financeiro foi transferido conta do Patrimônio Líquido - reservas de capital - transações entre sócios.

Condições de *covenants*:

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	Menor ou igual a: 4,0x de março de 2021 a fevereiro de 2022 e 3,5 de março de 2022 em diante. Para a 7ª emissão de debêntures da Energisa S/A.	Trimestral e Anual
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ^(*) ^(*) (EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.)	Menor ou igual a: 4,0x de março de 2021 até o vencimento. Para a 8ª, a 9ª e a 11ª emissões de debêntures da Energisa S/A.	Trimestral e Anual
	Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento Para a 13ª, 14ª, 15ª e 16ª emissões de debêntures da Energisa S/A.	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 30 de setembro de 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2023	(877)	472.934
2024	437.685	2.576.290
2025	188.808	1.468.939
2026	1.311.015	1.868.908
Após 2026	1.995.198	4.698.423
Total	3.931.829	11.085.494

21. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	21	17	1.120.205	1.183.272
Encargos Sociais	8.315	7.628	79.065	82.004
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	48.001	63.927
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	-	-	30.212	36.569
Contribuições ao PIS e a COFINS	3.629	4.436	757.335	337.104
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.559	1.096	30.117	24.377
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	1.189	5.903	26.448	7.576
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.697	2.943	27.947	27.201
Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta - CPRB	-	-	1.184	1.085
Outros	916	1.666	30.627	31.284
Total	17.326	23.689	2.151.141	1.794.399
Circulante	12.575	19.602	756.731	934.900
Não Circulante	4.751	4.087	1.394.410	859.499

⁽¹⁾ Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - a controlada indireta ESS, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" no montante de R\$45.073 (R\$41.691 em 31 de dezembro de 2021), com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ESS, ETO, EMS, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$772.276 (R\$625.143 em 31 de dezembro de 2021), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa e item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante com contrapartida na rubrica fornecimento no ativo não circulante.

22. Parcelamento de impostos - consolidado

Os parcelamentos em andamento são como seguem:

Companhia/Tributo	Consolidado						
	Principal	Multa	Juros	Total Parcelado	Forma de Adesão	Índice de Atualização	Vigência do Parcelamento
ERO							
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	8.999	1.620	25.063	35.682	Ordinário	UPF/SELIC	03/2020 a 04/2025
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	2.572	772	5.888	9.232	Ordinário	UPF/SELIC	03/2020 a 04/2025
Estorno de Créditos CIAP	1.144	1.030	818	2.992	Ordinário	SELIC	03/2021 a 02/2026
ESS							
ICMS	91.786	4.589	6.869	103.244	Ordinário	SELIC	04/2013 a 05/2023
DENERGE							
COFINS	394	79	526	999	Ordinário (não previdenciário)	SELIC	⁽¹⁾
Total-Consolidado	104.895	8.090	39.164	152.149			

⁽¹⁾ Valor em operação de liquidação junto à Receita Federal do Brasil.

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

Companhia/Tributo	Consolidado							
	31/12/2021	Atualização	Redução de	Pagamentos	30/09/2022	Circulante	Não Circulante	Nº Parcelas a Vencer
ERO								
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	10.279	1.315	(2.670)	-	8.924	1.846	7.078	38
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	9.003	607	(79)	(7.052)	2.479	1.570	909	29
Estorno de Créditos de ICMS - CIAP	2.575	32	(89)	(474)	2.044	598	1.446	29
ESS								
ICMS	22.365	1.433	-	(13.841)	9.957	9.020	937	8
DENERGE								
COFINS ⁽¹⁾	135	-	-	(135)	-	-	-	-
Total	44.357	3.387	(2.838)	(21.502)	23.404	13.034	10.370	-

Companhia/Tributo	Consolidado							
	31/12/2020	Atualização	Adição	Pagamentos	31/12/2021	Circulante	Não Circulante	Nº Parcelas a Vencer
ERO								
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	8.923	1.356	-	-	10.279	3.246	7.033	58
Parcelamento Auto de Infração de ICMS ajuizado	29.640	7.523	-	(28.160)	9.003	7.490	1.513	38
Estorno de Créditos de ICMS - CIAP	-	2.174	921	(520)	2.575	618	1.957	50
ESS								
ICMS	37.278	3.542	-	(18.455)	22.365	17.314	5.051	17
DENERGE								
COFINS	359	99	-	(323)	135	135	-	1
Total	76.200	14.694	921	(47.458)	44.357	28.803	15.554	-

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	Consolidado
	30/09/2022
2023	7.850
2024	9.613
2025	4.562
Após 2026	1.379
Total	23.404

23. Encargos setoriais - consolidado

	30/09/2022	31/12/2021
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	49.305	48.523
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	6.945	8.121
Ministério de Minas e Energia - MME	3.480	4.062
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	17.048	31.268
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D ⁽¹⁾	166.040	155.383
Programa de Eficiência Energética-PEE ⁽¹⁾	199.960	210.144
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.479	1.479
Total	444.257	458.980
Circulante	304.801	329.102
Não circulante	139.456	129.878

⁽¹⁾ Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, que vem determinar os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras e transmissoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa de Outros créditos - ordem de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações vinculadas as concessões.

24. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

24.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

Controladora	Trabalhistas	
	30/09/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021 e 31/12/2020 - não circulante	5.405	108
Constituições de provisões	2.338	6.139
Reversões de provisões	(451)	(446)
Pagamentos realizados	(2.695)	(522)
Atualização monetária	110	126
Saldos em 30/09/2022 e 31/12/2021 - não circulante	4.707	5.405
Depósitos e cauções vinculados ⁽¹⁾	(11)	(316)

⁽¹⁾ A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$1.170 (R\$1.177 em 31 de dezembro de 2021). Deste total, R\$1.159 (R\$861 em 31 de dezembro de 2021) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	Regulatória	30/09/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021 e 31/12/2020 - não circulante	144.603	485.792	1.129.243	-	110.481	1.870.119	2.138.587
Combinação de negócios	6.440	294.438	64.519	51.086	47.510	463.993	-
Constituições de provisões	49.775	162.638	20.201	-	6.867	239.481	371.895
Reversões de provisões	(36.162)	(142.655)	(94.582)	(26.538)	(51.460)	(351.397)	(519.691)
Pagamentos realizados	(54.556)	(100.099)	(30)	-	-	(154.685)	(201.422)
Atualização monetária	(728)	2.957	21.637	2.342	3.233	29.441	80.750
Saldos em 30/09/2022 e 31/12/2021 - não circulante	109.372	703.071	1.140.988	26.890	116.631	2.096.952	1.870.119
Depósitos e cauções vinculados ⁽¹⁾						(177.090)	(172.187)

⁽¹⁾ A Companhia e as controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$1.388.678 (R\$1.003.852 em 31 de dezembro 2021). Deste total, a controlada indireta ESS possui depósitos de ICMS incidentes sobre a subvenção econômica do baixa renda que se encontra em discussões judiciais de R\$56.563 (R\$51.384 em 31 de dezembro de 2021), enquanto no exercício as controladas EPB e EBO possuem depósitos de ICMS Geração Distribuída de R\$16.183 e R\$1.277 (R\$16.183 e R\$1.277 em 31 de dezembro de 2021) respectivamente, e cerca de R\$1.137.565 (R\$762.821 em 31 de dezembro 2021) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

• Trabalhista

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii). Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

• Cível

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa luz no campo/programa luz para todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia

elétrica; e (ix) acidentes com terceiros; (x) ações de cobrança; (xi) constituição de servidão administrativa; (xii) indenização de passagem; (xiii) questões envolvendo regras ambientais e (xv) ações consumeristas.

A controlada indireta transmissora de energia elétrica LMTE adquirida em combinação de negócios no início do mês de junho de 2022 está envolvida em processos cíveis relacionados a indenização decorrentes da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

- **Fiscal**

Referem-se às discussões relacionadas ao PIS, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

Inclui no consolidado, a contingência fiscal constituída pela controlada ERO, no montante de R\$661.327 (R\$580.699 em 2020), em conformidade com os termos e condições de negociações com o Estado de Rondônia para quitação de processos relacionados ao ICMS dos períodos de janeiro de 1999 a dezembro de 2016.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações decorrentes de divergências de interpretações da legislação tributária, que advêm do curso normal das atividades de negócios, sendo as provisões revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como: (i) prazo de prescrição aplicável, (ii) conclusões de inscrições fiscais ou (iii) exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- **Ambiental**

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica adquiridas em combinação de negócios no início do mês de junho de 2022 LMTE, LXTE e LTTE possuem processos administrativos relacionados a suposto descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental.

- **Regulatória**

As controladas, distribuidoras de energia elétrica, EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos juntos à ANEEL, referente a possível descumprimento de preceito regulatório.

Os prognósticos de perdas adotados pela Companhia e suas controladas são baseados na opinião de seus consultores jurídicos.

24.2 Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatória em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões classificados com prognóstico de perdas possíveis:

Controladora	Trabalhista	Cível	Fiscal	30/09/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021 e 31/12/2020	200	6.369	82.698	89.267	127.362
Novos processos	-	-	-	-	63
Mudança de prognóstico e valor do pedido	-	2.797	-	2.797	(41.178)
Encerramento	(68)	-	-	(68)	(1.037)
Atualização monetária	8	427	7.126	7.561	4.056
Saldos em 30/09/2022 e 31/12/2021	140	9.593	89.824	99.557	89.267

Consolidado	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	Regulatória	30/09/2022	31/12/2021
Saldos em 31/12/2021 e 31/12/2020	249.555	2.027.084	2.819.424	-	44.590	5.140.653	6.142.606
Combinação de negócios	11.193	95.832	122.448	60.912	78.819	369.204	-
Novos processos	22.688	29.409	92.550	-	45.732	190.379	502.163
Mudança de prognóstico e valor do pedido	(80.197)	(5.431)	(15.782)	4.879	(24.292)	(120.823)	(985.241)
Encerramento	(40.042)	(114.663)	(14.847)	(24.989)	(40.467)	(235.008)	(912.125)
Atualização monetária	13.531	111.266	242.397	1.166	3.002	371.362	393.250
Saldos em 30/09/2022 e 31/12/2021	176.728	2.143.497	3.246.190	41.968	107.384	5.715.767	5.140.653

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis.

• Trabalhista

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, concursos públicos, plano de incentivo ao desligamento, transposição ao quadro federal.

• Cível

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia, além de processos envolvendo discussão sobre incorporação de rede; (iii) ações de cobrança; (iv) constituição de servidão administrativa; (v) indenização de passagem; (vi) questões envolvendo regras ambientais e (vii) ações consumeristas.

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica adquirida em combinação de negócios no início do mês de junho de 2022 LMTE, LXTE e LTTE estão envolvidas em processos cíveis relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Inclui processos criminais da controlada indireta transmissoras de energia elétrica recém adquirida LMTE, envolvendo suposto descumprimento sobre segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública.

Principais processos:

Controladas

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$213.585 (R\$202.610 em 31 de dezembro de 2021), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recalcule das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$75.501 (R\$75.225 em 31 de dezembro de 2021), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$382.261 (R\$362.619 em 31 de dezembro de 2021) onde autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO para a implantação de redes de distribuição de energia elétrica, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041 no montante de R\$88.472 (R\$83.926 em 31 de dezembro de 2021), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041 no montante de R\$50.136 (R\$47.560 em 31 de dezembro de 2021), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$43.303 (R\$41.078 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

Ação de indenização 1005691-76.2017.8.11.0041, no montante de R\$35.996 (R\$34.146 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute matéria relacionada a cláusulas contratuais.

ETO

. Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R\$42.173 (R\$40.006 em 31 de dezembro de 2021) onde se discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.

ERO

. Ação de indenização 0013664-30.2015.401.4100 no montante de R\$65.642 (R\$54.414 em 31 de dezembro de 2021) objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos. Em dezembro de 2021, o processo teve seu valor pedido alterado baseado na reavaliação dos assessores jurídicos.

. Ação de indenização 7040117-63.2016.8.22.0001 no montante de R\$133.878 (R\$126.999 em 31 de dezembro de 2021) ajuizada pela Petrobrás Distribuidora S.A. objetivando a ação de cobrança pelo fornecimento de óleo diesel.

Rede Energia Participações

. Ação 01415375820128260100 de execução por quantia certa com montante envolvido de R\$59.435 (R\$56.381 em 31 de dezembro de 2021), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

CTCE

. Processo de arbitragem 07/2021 recebido em novembro de 2021 com valor envolvido de R\$46.694 (R\$42.990 em 31 de dezembro de 2021), movido pela Tocantins Energética para o pagamento de multa pela suposta rescisão injustificada de contrato mantido entre as partes. Ainda que venha a ser condenada no valor pleiteado, a Companhia se submete aos termos do Plano de Recuperação Judicial da CTCE.

LMTE

. Processo 1008725-07.2020.4.01.3100 no montante de R\$71.547, em curso na 4ª Vara Federal Criminal de Macapá, foi instaurado pela Polícia Federal do Amapá para apurar possível(is) ocorrência(s) prevista(s) no(s) artigos 250, §2º (incêndio culposo), e artigo 265 (atentar contra a segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública) do Código Penal Brasileiro, além de outras que porventura sejam constatadas no curso da investigação, também relacionadas à interrupção no fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá.

. Fiscal

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente às discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (iv) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (v) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, (vi) escrituração de documento fiscal, (vii) multa não escrituração CIAP; (viii) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; (ix) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL; (xi) exigência de IOF em decorrência de operações de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC; (xii) ISS sobre a suposta contratação de serviços para construção de linha de transmissão de energia elétrica; (xiii) PERDCOMP sobre restituição de crédito advindo de saldo negativo de CSLL e (xiv) cobrança de débito inscrito em Dívida Ativa referente à suposta ausência de recolhimento da taxa de licença de construção no período de 2013.

Principais processos:

Controladora

. Auto de infração 18471.000772.2008-26, no montante de R\$70.271 (R\$64.696 em 31 de dezembro de 2021), objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE.

Controladas:

ETO

Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$215.469 (R\$206.707 em 31 de dezembro de 2021). Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado de Tocantins.

ESE

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R\$212.371 (R\$195.523 em 31 de dezembro de 2021), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da Companhia, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social. A redução do valor decorre do desmembramento do processo após vitória parcial no Conselho Administrativo e Recursos Fiscais (CARF). Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional.

. Auto de Infração 0801303-84.2019.4.05.8500, com montante envolvido de R\$89.982 (R\$82.843 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute a base de cálculo IRPJ/CSLL envolvendo valor da receita oriunda de recomposição tarifária extraordinária-RTE. O processo teve seu valor pedido corrigido, baseado na reavaliação de assessores jurídicos.

. Auto de Infração 201942403, com montante envolvido de R\$40.439 (R\$37.230 em 31 de dezembro de 2021), no qual o Estado de Sergipe sustenta a suposta falta de recolhimento de ICMS incidente sobre operações de vendas de energia elétrica aos órgãos da administração pública direta e suas fundações e autarquias.

EMS

. Ação Ordinária 5009015-61.2019.4.03.6000, com montante envolvido de R\$80.769 (R\$74.361 em 31 de dezembro de 2021), na qual se discute a cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que foram restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$131.423 (R\$120.997 em 31 de dezembro de 2021), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos.

Processo administrativo nº 14094.720008/2018-36 no montante de R\$94.515 (R\$87.017 em 31 de dezembro de 2021) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.

. Ação Administrativa 59994/2012, no montante de R\$95.410 (R\$87.841 em 31 de dezembro de 2021), relacionado à concessão de benefício fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços-ICMS do Estado do Mato Grosso.

ERO

. Auto de Infração nº 10240-722.819/2020-12 com valor envolvido de R\$384.002 (R\$353.536 em 31 de dezembro de 2021) que reduziu o valor de prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa de CSLL, referente à glosa de despesa relacionada às perdas não técnicas do período de 2016 e 2017.

. Auto de Infração nº 10240-721.054/2020-95 com valor envolvido de R\$269.597 (R\$248.208 em 31 de dezembro de 2021) referente à cobrança de supostos débitos da contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social ("COFINS") decorrentes da glosa de créditos das contribuições relacionadas às perdas não técnicas e da incidência das contribuições sobre os valores recebidos à título de reembolso da CCC (Conta de Consumo de Combustível).

. Auto de Infração 20202700100096, com valor envolvido de R\$174.140 (R\$160.324 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2015.

. Auto de Infração 201922700100392, com valor envolvido de R\$163.763 (R\$150.771 em 31 de dezembro de 2021) onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2014.

. Auto de Infração 20202700100099, com valor envolvido de R\$88.147 (R\$81.154 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute a exigência de ICMS e multa decorrente da glosa de crédito óleo diesel do ano de 2016.

. Ação anulatória nº 0012763-90.2013.8.22.0001, com valor envolvido de R\$36.700 (R\$35.123 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute a tributação pelo ICMS dos valores de decorrentes das perdas de energia no exercício de 2001.

. Auto de Infração 20192700100393, com valor envolvido de R\$36.465 (R\$33.572 em 31 de dezembro de 2021) onde se discute questões relacionadas a suposto erro na escrituração contábil do ano de 2014.

EAC

. Auto de Infração nº 39910/2020, no montante de R\$66.528 (R\$61.250 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute questões relacionadas à ICMS (imposto não pago/ recolhido) apurado no ano de 2016, tendo por fundamento incorreções no cálculo de ICMS e utilização de créditos fiscais em valores superiores ao que efetivamente a empresa teria direito à apropriar-se em sua escrita fiscal no tocante à: i) apuração dos estornos referentes à aquisição de óleo diesel para fins de produção de energia elétrica, parcela isenta, perda de energia e diferença de valor de venda; ii) incongruência dos valores correspondentes a provisão e compensação do diferencial de alíquota mensalmente apurado; iii) não homologação pela administração fazendária da totalidade dos cancelamentos realizados pelo contribuinte; iv) diferença da base de cálculo em relação à energia produzida e efetivamente vendida ao consumidor final.

. Auto de Infração nº 11.314/2018 (2018/81/46743), no montante de R\$50.535 (R\$46.525 em 31 de dezembro de 2021), onde se discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel.

. Auto de Infração 2019/81/33314 (AI 12.097) lavrado pelo Estado do Acre, no montante de R\$37.627 (R\$34.641 em 31 de dezembro de 2021) que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por “recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais inferiores ao devido”. De acordo com a fiscalização, a Contribuinte incorreu nas seguintes ocorrências: (i) estornos de créditos de ICMS do Óleo Diesel; (ii) parcela isenta (inc. I do art. 35 da LCE 55/1997); (iii) perda de energia (inc. IV do art. 35 da LCE 55/1997); (iv) valor de venda inferior ao custo de aquisição (inc. V do art. 35 da LCE 55/1997); (v) valor referente a provisão (débito) e compensação (crédito) do diferencial de alíquota; (vi) não homologação da totalidade dos cancelamentos conforme ocorrências verificadas e previstas no inc. VIII da Cláusula Primeira do Conv. ICMS 30/2004, pela verificação de créditos prescritos (§1º do art. 33 da LCE 5/1997), situações que impem a manutenção de tais créditos fiscais na escrituração do contribuinte; (vii) diferenças na base de cálculo em relação a energia elétrica efetivamente vendida ao consumidor final; e (viii) diferença de ICMS a recolher para o exercício de 2015. Empresa apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019.

GEMINI

. Auto de Infração 001/2015 no montante de R\$62.911, lavrado em razão do suposto não recolhimento de ISS, no período de 2009 a 2013, referente aos serviços prestados de instalação de estrutura metálica para transmissão de energia elétrica do contrato de concessão nº 008/2008-ANEEL, celebrado entre a ANEEL e a Linhas de Xingu Transmissora de Energia Ltda. No caso, para a prestação dos serviços relacionados no contrato de concessão, a Linhas de Xingu Transmissora de Energia Ltda. celebrou contrato “turn-key” - LCTE/EPC_000/08 com a Isolux Projetos e Instalações Ltda, sendo que o ISS em cobrança é decorrente dos serviços que teriam sido prestados pela Isolux Projetos e Instalações Ltda, no âmbito desse contrato “turn-key”.

LXTE

. Execução Fiscal 0001307-30.2019.8.14.0075 no montante de R\$38.079, ajuizada em 12/02/2019 pela prefeitura de Porto do Moz, referente à suposta contratação de serviços para a obra de construção das Linhas de Transmissão que passaram por aquela localidade. A posição da controlada é que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento.

. Auto de Infração 1038359-03.2017.8.11.0041 no montante de R\$35.765, envolvendo discussão sobre exigência de débitos de IRPJ, IRPF e CSLL relativos a 2006, sob a alegação de dedução indevida de valores relativos: (a) ao P&D, às obrigações devidas ao MME e à Provisão para Desvalorização de Títulos, cuja necessidade, normalidade e usualidade para a manutenção da respectiva fonte produtora e cujo efetivo pagamento não teriam sido adequadamente comprovados; (b) gastos com passagens aéreas e com cartões de crédito corporativos, uma vez que não teria sido identificada a necessidade, normalidade e usualidade da despesa, tampouco o beneficiário efetivo; e (c) PIS a compensar e COFINS a compensar, que corresponderiam a direitos que não poderiam ser considerados como despesa na apuração do resultado tributável. Processo recebido em setembro de 2022.

- **Ambiental**

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica adquirida em combinação de negócios no início do mês de junho de 2022 LMTE, LXTE e LTTE estão envolvidas nos processos administrativos relacionados a suposto descumprimento de condicionantes para o licenciamento.

- **Regulatória**

As controladas distribuidoras de energia elétrica EMT, EMS, ETO, ESS, ERO e EAC possuem processos junto à ANEEL decorrem principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações; e

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica, adquiridas em combinação de negócios no início do mês de junho de 2022 LMTE, LITE e LXTE possuem ações envolvendo discussões como: (i) suspensão dos descontos no pagamento base das concessionárias, vinculados à aplicação da resolução normativa Aneel 270/2007; (ii) caducidade do contrato de concessão e (iii) execução da garantia de fiel cumprimento do contrato em virtude do atraso na entrega do empreendimento.

Principais Processos:

LITE

. Processo administrativo 48500.006110/2017-27 no montante de R\$36.296 por meio do qual a ANEEL busca a execução da garantia de fiel cumprimento do contrato em virtude do atraso na entrega do empreendimento. A controlada defende a inoccorrência das condições contratuais para a execução da garantia, tendo em vista a existência de fatos justificadores do atraso.

EMT

. Processo administrativo 48500.000719/2022, no montante de R\$37.716, envolvendo discussão sobre limites regulatórios para indicadores de DEC e FEC, recebido em agosto de 2022.

25. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS e ERO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

No caso da controlada ERO, mensalmente, dentro do Plano de Acompanhamento da ANEEL para a distribuidora privatizada, são encaminhadas as informações sobre a evolução dos ressarcimentos aos consumidores que anteciparam recursos no passado para a construção da rede elétrica. Mediante comunicação prévia à ANEEL, a partir de setembro de 2020, foi iniciada uma segunda fase do Projeto de Incorporação de Redes no estado, com o objetivo de atender a totalidade dos processos em análise.

Sobre os saldos das incorporações de redes incidem encargos de atualização e mora de acordo com o estabelecido nas resoluções aplicáveis a cada caso.

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Saldo em 31/12/2021 e 31/12/2020 - circulante	349.863	222.733
Adição no período/exercício	142.447	57.326
Atualização monetária e juros	98.233	219.165
Pagamentos/Baixas	(236.772)	(149.361)
Saldo em 30/09/2022 e 31/12/2021 - circulante	353.771	349.863

26. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Participações empregados e administradores	-	20.394	-	128.408
Salários a pagar	7.937	7.372	42.143	47.493
Banco Daycoval Rede Energia RJ	50.693	50.693	50.693	50.693
Outros benefícios a empregados	3.997	4.079	42.269	34.960
Prêmio de seguros	10	100	2.159	10.220
Adiantamentos de clientes	5.393	5.743	101.833	67.256
Retenção de caução contratual empreiteiras	227	227	23.566	61.559
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	-	6.675
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	5.166	2.298
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.166	18.388
Reembolso Eletrobrás - aquisição de combinação de negócios ⁽¹⁾	-	-	147.757	171.345
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso ⁽²⁾	-	-	43.996	44.759
Bônus de redução voluntária do consumo ⁽³⁾	-	-	6.160	236.565
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS ⁽⁴⁾	-	-	3.390.868	3.708.305
Obrigações de ressarcimento - CCC ⁽⁵⁾	-	-	6.437	6.437
Outras contas a pagar ⁽⁶⁾	21.019	24.137	268.154	212.973
Total	89.276	112.745	4.149.367	4.808.334
Circulante	69.576	88.356	513.704	775.557
Não Circulante	19.700	24.389	3.635.663	4.032.777

⁽¹⁾ Refere-se a parcela a ser ressarcida a Eletrobrás a serem realizadas pelas controladas ERO e EAC, previstos no contrato de compra e venda das aquisições do controle acionário, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovaram a Recomposição Tarifária Extraordinária das controladas ERO e EAC, respectivamente, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 2020, de 13 de outubro de 2020, é como segue:

	ERO		EAC		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	128.552	119.895	42.793	43.715	171.345	163.610
Adição	-	1.312	-	-	-	1.312
Pagamento	(27.077)	-	(10.009)	(2.281)	(37.086)	(2.281)
Atualização financeira	10.164	7.345	3.334	1.359	13.498	8.704
Saldo final	111.639	128.552	36.118	42.793	147.757	171.345

A controlada EAC iniciou em outubro de 2021 a liquidação do saldo junto a Eletrobras. Durante o exercício de 2021 a Eletrobrás contestou os valores homologados na Nota Técnica nº 219/2020 referente a controlada ERO, conforme carta CTA-DF-1049/2021. Por consequência foram adicionados R\$1.422, sendo R\$1.312 de principal e R\$110 de atualização monetária, de novas adições a serem ressarcidos a Eletrobrás. O montante foi homologado por ambas as partes e será reembolsado à Eletrobras em 60 parcelas, a ser pago em 30 dias após a aprovação pelas partes do resultado da apuração. Em fevereiro de 2022 foram iniciados os pagamentos das parcelas. A atualização financeira dos contratos corresponde à 111% da taxa Selic.

⁽²⁾ Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela controlada EMT a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do

sistema de distribuição (“CUSD”). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.

- (3) Programa de Incentivo de Redução Voluntária de consumo de energia elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia, vide nota explicativa nº 8.3.1.

(4) **Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - consolidado.**

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido no ano de 2019 nos meses de maio, junho e julho referente à EPB, EBO e ETO e, no ano de 2020, nos meses de maio e junho, referente à Companhia Força e Luz do Oeste (empresa incorporada pela ESS em 2017) e ESE. Em 17 de agosto de 2021, 21 de setembro de 2021, 22 de outubro de 2021, 12 de novembro de 2021 e 06 de dezembro de 2021, respectivamente, transitaram em julgado as ações judiciais propostas pelas controladas ESS (incorporada EBR), EMT, ERO, ENF e EAC. Em 14 de fevereiro de 2022 transitou em julgado a ação da controlada Companhia Nacional de Energia Elétrica (empresa incorporada pela ESS em 2017). Os demais processos nos quais são discutidos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, as controladas constituíram no ativo de PIS e de COFINS a recuperar o montante de R\$3.363.715 (R\$3.584.548 em 31 de dezembro de 2021) e no passivo não circulante de R\$3.390.868 (R\$3.708.305 em 31 de dezembro de 2021), líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recuperados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O Art 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima referida, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”).

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, a partir do primeiro processo tarifário subsequente ao requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (“RFB”).

A Aneel poderá determinar a antecipação da destinação do crédito (no processo tarifário) ao requerimento à RFB, desde que haja anuência da distribuidora de energia elétrica quanto ao valor a ser antecipado e seja a distribuidora de energia elétrica restituída da remuneração referente ao valor antecipado.

A remuneração da antecipação será definida pela Aneel mediante revisão tarifária extraordinária com vistas a efetuar exclusivamente a destinação referente às decisões judiciais anteriores à entrada em vigor da nova Lei e aplicar-se às distribuidoras de energia elétrica cujos últimos processos tarifários tenham sido homologados a partir de janeiro de 2022. O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Ativo		
Saldos em 31.12.2021 e 31.12.2020	3.584.548	1.065.087
Tributos a recuperar PIS e COFINS - Novos Entrantes	-	2.147.024
Atualização dos Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	224.380	597.455
Créditos Utilizados no período	(445.213)	(225.018)
Total	3.363.715	3.584.548
Total Circulante	1.222.624	294.961
Total Não Circulante	2.141.091	3.289.587
Passivo ^(a)		
Saldos em 31.12.2021 e 31.12.2020	3.708.305	1.053.993
Valores a serem repassados aos Consumidores - Novos Entrantes	-	2.147.024
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	223.246	572.244
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos Consumidores ^(b)	(540.683)	(64.956)
Total	3.390.868	3.708.305
Total Circulante	-	294.961
Total Não Circulante	3.390.868	3.708.305

^(a) Deduzidos de R\$51.514 (R\$40.859 em 31 de dezembro de 2021) referente aos custos incorridos com advogados, consultores e tributos.

^(b) Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, vide nota explicativa nº 8.2.

⁽⁵⁾ Obrigações de ressarcimento - CCC - a controlada ERO possuía registrado o montante de R\$146.241 relativo aos custos de tributos e encargos incidentes na aquisição de combustível, diferenças de preço de óleo Diesel entre a nota fiscal e tabela ANP e consumo específico de óleo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após a finalização da primeira etapa da fiscalização da CCC realizada pela ANEEL, em que foram ajustados os direitos e obrigações de ressarcimento junto à CCC até abril de 2017, a controlada ERO reverteu o montante de R\$40.488, em contrapartida ao direito de ressarcimento Reembolso CCC- Custo total de Geração, R\$46.177 como redução de outras despesas financeiras e R\$53.139, que por se tratar de valores originais, foram levados à créditos da rubrica de custos e despesas operacionais-energia elétrica comprada para revenda no resultado do exercício no consolidado. Com relação ao consumo específico de óleo Diesel, em face de ainda não ter sido finalizada a segunda etapa da fiscalização da ANEEL foi mantido o montante de R\$6.437 (R\$6.437 em 31 de dezembro de 2021), no passivo não circulante.

⁽⁶⁾ Na controladora e no consolidado incluem, R\$17.671 (R\$17.671 em 31 de dezembro de 2021) referente a parcela de valor de aquisição da combinação de negócios de aquisição da ALSOL a serem pagos nos próximos 4 anos aos vendedores; R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2021) da controlada EMT de encargos tarifa TUSD e o montante de R\$11.000 referente acordo judicial firmado entre a controlada ETO e a Prefeitura Municipal de Palmas e terceiros. A ETO ficou responsável pelo repasse em parcela única aos terceiros, subrogando-se do direito de receber o referido montante junto a Prefeitura Municipal de Palmas. O direito a receber foi registrado em contrapartida da rubrica de outros créditos, tendo reconhecido provisão de perdas esperadas de mesmo montante, contabilizada em Outros resultados, na demonstração de resultado do exercício no consolidado, vide nota explicativa nº 30.

27. Patrimônio líquido

27.1 Capital Social

O capital social em 30 de setembro de 2022 é de R\$4.946.375 (R\$3.363.685 em 31 de dezembro de 2021), representando 2.039.086.540 (1.814.561.910 em 31 de dezembro de 2021) ações nominativas, sendo 800.898.864 (755.993.938 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias e 1.238.187.676 (1.058.567.972 em 31 de dezembro de 2021) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 307.044.079 (262.237.689 em 31 de dezembro de 2021).

Em Reunião do Conselho de Administração de 18 de agosto de 2022 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$738.310, totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional, passando o capital social da Companhia para R\$4.946.375, com emissão de 224.255.200 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 44.851.040 ações ordinárias e 179.404.160 ações preferenciais pelo preço de emissão de R\$16,461386 por ação, independentemente de sua espécie.

Todas as novas ações foram integralmente subscritas e integralizado mediante o exercício de bônus de subscrição, a exclusivo critério do seu titular;

Em Reunião do Conselho de Administração de 11 de agosto de 2022 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$621, totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional, passando o capital social da Companhia para R\$4.208.065, com emissão de 188.600 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 37.720 ações ordinárias e 150.880 ações preferenciais pelo preço de emissão de R\$16,47208600 por ação, independentemente de sua espécie.

Todas as novas ações foram integralmente subscritas e integralizado mediante o exercício de bônus de subscrição, a exclusivo critério do seu titular;

Em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2022 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$843.500, passando o capital social da Companhia para R\$4.207.444, em razão do atingimento do limite legal de saldo das reservas de lucros. O aumento de capital ocorreu mediante a capitalização de parte do saldo de reservas de lucros, sem emissão de novas ações e não implicará em alteração do valor nominal das ações atualmente existentes (que permanecerão sem valor nominal atribuído), nos termos do artigo 169, §1º combinado com o artigo 199 da Lei 6404/76; e

Em Reunião do Conselho de Administração de 24 de março de 2022 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$259, passando o capital social da Companhia para R\$3.363.944, com emissão de 80.830 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 16.166 ações ordinárias e 64.664 ações preferenciais pelo preço de emissão de R\$3,2009312 por ação, independentemente de sua espécie.

Todas as novas ações foram integralmente subscritas e integralizado mediante o exercício de bônus de subscrição, a exclusivo critério do seu titular.

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$65.723 (R\$65.723 em 31 de dezembro de 2021), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.000.000.000 em ações ordinárias e até 2.000.000.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de abril de 2021 foi aprovado: (i) o novo programa de recompra de ações da Companhia, o qual tem como objetivo, primordialmente, fazer frente aos compromissos assumidos pela Companhia no âmbito dos Programas de Concessão de Ações aprovados; e (ii) que as ações de emissão da Companhia que não forem transferidas para os beneficiários do 1º Programa de Concessão de Ações -ILP, sejam destinadas para manutenção em tesouraria para, preferencialmente, serem concedidas aos beneficiários dos demais Programas de Concessão de Ações - ILP já em vigor, posterior alienação ou cancelamento, sem redução de capital da Companhia.

Entre os dias 16 e 23 de abril de 2021 foram adquiridas ações em tesouraria, a quantidade de 1.100.000 (um milhão e cem mil) Units representativas de 1.100.000 (um milhão e cem mil) ações ordinárias e 4.400.000 (quatro milhões e quatrocentos mil) ações preferenciais. O valor despendido nessas compras foi de R\$48.141.

Em 07 de junho de 2021 foram utilizadas cerca de 176.163 Units para liquidação do 1º Programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia de suas controladas no montante de R\$8.286, realizadas em contrapartida outras reservas de capital; e

Em 07 de junho de 2022 foram utilizadas cerca de 169.362 Units para liquidação do 2º Programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia de suas controladas no montante de R\$7.445, realizadas em contrapartida outras reservas de capital.

O saldo das ações mantido em tesouraria em 30 de setembro de 2022 é de R\$33.019 (R\$40.431 em 31 de dezembro de 2021), correspondentes a 754.475 (923.837 em 31 de dezembro de 2021) Units. O valor de mercado em 30 de setembro de 2022 que corresponde as ações em tesouraria é de R\$31.605 (R\$40.991 em 31 de dezembro de 2021).

27.2 Reserva de Capital

	30/09/2022	31/12/2021
Alienação de ações em tesouraria	1.849	1.849
Transações entre sócios ⁽¹⁾	1.258.996	188.779
Custo de captação - aumento de capital	(65.723)	(65.723)
Incentivos fiscais de reinvestimentos ⁽²⁾	43.860	8.042
Investimento PUT ⁽³⁾	74.327	43.175
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽⁴⁾	25.145	21.989
Saldos em 30/09/2022 e 31/12/2021	1.338.454	198.111

⁽¹⁾ Transações entre sócios - inclui desde 2019 o montante R\$42.280 de dedução de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre parcela de mais valia de ações próprias.

Transações entre sócios	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial - 31/12/2021 e 31/12/2020	188.779	307.896
Ganho/perda apurado com transações de investimentos na distribuição de dividendos em controladas diretas e indiretas, MTM subscrição debêntures e ações em tesouraria ^(*)	1.070.217	(119.117)
Saldo final -30/09/2022 e 31/12/2021	1.258.996	188.779

^(*) O montante de R\$1.070.217 (R\$119.117 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a (i) R\$46.667 perda nas transações de investimento por aumento de capital nas controladas; (ii) R\$157.496 perda de investimentos em controladas diretas e indiretas (R\$70.976 em 31 de dezembro de 2021 com transações de investimentos) na distribuição de dividendos e mudança de percentual e de ações em tesouraria, conforme nota explicativa nº15, rodapé 1 e (iii) R\$1.274.380 (R\$48.141 em 31 de dezembro de 2021), contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido, referente ao saldo do instrumento financeiro correspondente ao direito do exercício do bônus de subscrição da 7ª emissão de debêntures realizado a conversibilidade pelos debenturistas em 15 de agosto de 2022.

⁽²⁾ Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - refere-se a benefícios destinados as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene e SUDAM, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido até 2018 e 50% a partir de 2019, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência

do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

(3) Investimento PUT - refere-se a diferença da opção de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC de R\$7.765 que, correspondente a 191.679.293 ações ERO e 14.374.919.056 ações EAC, com registro de R\$1.603 no valor patrimonial das ações contabilizadas no ativo não circulante, Investimentos - outras participações societárias e R\$75.930 na rubrica Instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante.

(4) Programa de remuneração variável - ILP - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), (vide nota explicativa nº 11).

27.3 Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT, ETO e EAC por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou aumento de capital capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda	
			30/09/2022	31/12/2021
EPB	SUDENE	197/2012	46.736	82.573
ESE	SUDENE	205/2012	38.081	55.072
EBO	SUDENE	206/2012	7.844	11.350
EMT	SUDAM	114/2014	191.352	215.844
ETO	SUDAM	113/2014	46.390	57.493
EAC	SUDAM	018/2021	8.725	23.695
Total			339.128	446.027

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

27.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

Em 18 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2022, no montante de R\$472.193 equivalentes a R\$1,16 por Units e R\$0,2320 por ação ordinária e preferencial do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 31 de agosto de 2022, com base na posição acionária da Companhia em 23 de agosto de 2022.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

28. Receita operacional

28.1 Receita operacional bruta - controladora

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receita operacional				
Serviços especializados ⁽¹⁾	90.448	246.510	69.110	197.940
Outras receitas operacionais	-	-	8	26
Deduções a receita operacional				
PIS	(1.492)	(4.067)	(1.140)	(3.292)
COFINS	(6.874)	(18.735)	(5.254)	(15.163)
ISS	(2.114)	(5.562)	(1.533)	(4.467)
Receita operacional líquida	79.968	218.146	61.191	175.044

⁽¹⁾ Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

28.2 Receita operacional- consolidada

	30/09/2022				30/09/2021			
	Fora do escopo dos auditores independentes		01/07/2022 à 30/09/2022	01/01/2022 à 30/09/2022	Fora do escopo dos auditores independentes		01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	6.971.736	10.684.825	2.812.686	9.327.421	6.707.819	10.523.655	3.056.164	8.767.563
Industrial	41.704	1.449.489	404.076	1.218.689	41.633	1.494.075	446.667	1.167.470
Comercial	559.166	4.136.290	1.147.175	3.822.935	546.046	4.089.086	1.268.595	3.546.871
Rural	682.313	2.504.243	693.335	1.998.697	798.363	2.743.681	749.753	1.895.117
Poder público	72.757	1.252.498	332.746	1.062.706	72.174	1.039.351	307.285	828.969
Iluminação pública	8.966	1.239.231	198.231	663.438	7.621	1.329.208	249.445	684.350
Serviço público	9.411	732.817	160.936	511.612	9.073	812.054	183.518	496.693
Consumo próprio	1.825	31.309	-	-	1.797	31.187	-	-
Subtotal	8.347.878	22.030.702	5.749.185	18.605.498	8.184.526	22.062.297	6.261.427	17.387.033
Suprimento de energia a concessionárias	2	2.332.940	96.687	272.751	2	2.759.104	693.375	1.042.976
Fornecimento não faturado líquido	-	(73.975)	98.652	124.923	-	(31.031)	291.874	499.910
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	1.878	-	617.291	1.707.566	1.592	-	535.944	1.439.784
Energia comercializada com clientes livres	-	3.294.211	241.605	661.280	-	3.500.924	246.676	696.620
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	1.297.750	3.242.450	-	-	1.022.687	2.228.623
Receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão	-	-	16.583	35.203	-	-	6.991	19.387
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	-	469.640	636.138	-	-	81.692	150.846
Remuneração do ativo de contrato - transmissão de energia elétrica	-	-	82.766	191.006	-	-	50.118	129.709
Serviços especializados	-	-	36.547	124.689	-	-	28.973	81.418
Penalidades Regulatórias	-	-	(13.171)	(82.926)	-	-	(10.270)	(66.924)

	30/09/2022				30/09/2021			
	Fora do escopo dos auditores independentes		01/07/2022 à 30/09/2022	01/01/2022 à 30/09/2022	Fora do escopo dos auditores independentes		01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	(2.152.282)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - tributos a recuperar	-	-	-	-	-	-	-	2.152.282
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	(114.341)	320.316	-	-	214.672	445.863
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	452.033	631.083	-	-	645.892	1.759.679
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (CDE e baixa -renda)	-	-	400.964	1.124.740	-	-	371.568	1.046.305
Outras receitas operacionais	-	-	102.093	274.495	-	-	97.307	211.927
Total - receita operacional bruta	8.349.758	27.583.878	9.534.284	27.869.212	8.166.120	28.291.294	10.538.926	27.073.156
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	1.064.730	3.843.064	-	-	1.517.974	4.212.466
PIS	-	-	121.527	345.758	-	-	131.023	367.678
COFINS	-	-	559.587	1.592.677	-	-	603.610	1.693.681
CPRB	-	-	3.603	8.753	-	-	1.969	5.105
ISS	-	-	9.361	24.267	-	-	6.518	16.278
Deduções Bandeiras Tarifárias	-	-	-	-	-	-	(9.665)	(29.375)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	20.244	59.117	-	-	24.645	62.852
-								
Encargos de consumidor - Procel	-	-	5.063	14.781	-	-	6.162	15.712
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	669.396	2.034.092	-	-	420.538	1.263.453
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	11.413	31.956	-	-	12.639	32.430
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	10.125	29.561	-	-	12.324	31.427
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	5.063	14.781	-	-	6.162	15.712
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	11.499	28.984	-	-	8.046	22.578
Total - deduções da receita operacional	-	-	2.491.611	8.027.791	-	-	2.741.945	7.709.997
Total - receita operacional líquida	8.349.758	27.583.878	7.042.673	19.841.421	8.186.120	28.291.294	7.796.981	19.363.159

(1) Do total Receita de construção da infraestrutura da concessão, o montante de R\$2.847.226 (R\$1.736.106 em 30 de setembro de 2021) refere-se a receita de construção das distribuidoras e R\$395.263 (R\$492.521 em 30 de setembro de 2021) refere-se a receita de construção das transmissoras. Adicionalmente, do total do custo de construção apresentado na Demonstração de Resultado de R\$3.242.489 (R\$2.228.623 em 30 de setembro de 2021) o montante de R\$3.217.987 (R\$2.192.873 em 30 de setembro de 2021) refere-se ao custo de construção das distribuidoras e R\$370.761 (R\$456.767 em 30 de setembro de 2021) refere-se ao custo de construção das transmissoras.

29. Energia Elétrica comprada para revenda

	Consolidado					
	MWH (*)		Valores em R\$ mil			
	30/09/2022	30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Energia de Itaipu - Binacional	2.553.567	2.559.351	278.778	758.855	495.442	1.165.181
Energia de leilão	15.012.373	14.148.737	1.068.971	3.201.158	1.398.697	3.442.204
Energia bilateral e outros suprimentos	3.724.547	4.939.157	814.812	2.374.298	980.480	2.714.767
Reembolso CCC	-	-	(156.002)	(433.329)	(204.417)	(529.953)
Cotas de Angra	857.741	875.865	102.439	296.168	71.580	224.882
Energia de curto prazo - CCEE (2)	119.971	284.905	52.116	313.083	744.431	1.563.379
Cotas Garantia Física	6.274.081	6.198.678	309.495	848.405	687.335	1.301.828
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	513.382	534.790	121.186	363.563	78.083	234.249
Energia de Reserva - ERR	-	-	112.969	330.391	(19.894)	91.746
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(244.350)	(726.893)	(372.465)	(903.533)
Total	29.055.662	29.541.483	2.460.414	7.325.699	3.859.272	9.304.750

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

(2) Inclui demais custos sendo os efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, encargos de serviços do sistema e de energia reserva.

30. Outros Resultados

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Outras Receitas:								
Ganhos na desativação	-	-	363	363	3.658	38.108	20.159	65.498
Valor recuperável dos títulos cedidos (1)	-	-	-	-	-	-	-	99.389
Outras	53	215	(58)	7	-	-	22.813	32.966
Total	53	215	305	370	3.658	38.108	42.972	197.853
Outras Despesas:								
Perdas na desativação	(39)	(637)	-	(155)	(42.526)	(131.858)	(34.518)	(95.090)
Marcação a mercado dos contratos (2)	-	-	-	-	5.360	30.506	42.516	29.294
Outras	-	-	-	-	1.571	(22.290)	(115.280)	(209.625)
Total	(39)	(637)	-	(155)	(35.595)	(123.642)	(107.282)	(275.421)

Descrição das operações ⁽¹⁾	01/01/2021 a 30/09/2021
Valor recebido pelos títulos cedidos	254.707
Reversão por revisão da estimativa com a provisão de devedores duvidosos	91.028
Custo dos títulos cedidos	(246.346)
Efeitos - outros resultados - valor recuperável dos títulos cedidos	99.389
 (+) Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos - Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	69.632
(+) Receitas Financeiras - outros	9.660
(-) Despesas Financeiras - Ajuste a valor presente	7
Efeitos apurados antes dos tributos	178.688

⁽²⁾ Comercialização de energia no consolidado, inclui, marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia, tendo sido apurado ganho em 30 de setembro de 2022 no montante de R\$33.615 (perda de R\$32.280 em 30 de setembro de 2021). A controlada ECOM opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia foi reconhecida no consolidado, conforme segue:

	30/09/2022	30/09/2021
Marcação a mercado dos contratos de vendas comercialização de energia	(294.115)	1.315.957
Marcação a mercado dos contratos de compras comercialização de energia	327.730	(1.283.677)
	33.615	32.280
(-) Tributação Pis e Cofins	(3.109)	(2.986)
Efeito líquido de tributos	30.506	29.294

31. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia e de suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos de seguros	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Total Prêmio - Controladora	
			30/09/2022	31/12/2021
Riscos Operacionais	22/11/2022	90.000	85	85
Auto - Frota	23/10/2023	Até 360/ veículo	25	16
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2023	164.522	499	465
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	2	3
Total			611	569

Ramos de seguros	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Total Prêmio - Consolidado	
			30/09/2022	31/12/2021
Riscos operacionais	13/03/2024	124.870	12.623	7.256
Responsabilidade civil geral	13/06/2023	90.000	3.418	3.355
Auto - Frota	23/10/2023	Até 1.110/veículo	1.234	700
Responsabilidade civil geral a 2º risco	23/11/2022	10.000	96	97
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2022	1.467	3	3
Vida em grupo acidentes pessoais	31/01/2023	170.674	3.845	3.532
Equipamentos Portáteis	22/02/2023	Valor do Equipamento	13	-
Compreensivo Empresarial (Escritório RJ)	02/04/2023	1.000	1	-
Transporte nacional	04/04/2023	Até 5.000/viagem	176	173
Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	2.401	331
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2022	137.781	429	472
Responsabilidade do explorador ou transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2023	941/drone	28	23
Riscos nomeados	13/02/2023	205.000	239	-
Riscos diversos (RD) equipamentos	14/02/2023	3.500	371	-
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	15/12/2022	150.000	1.083	175
Total			25.960	16.117

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição de energia elétrica terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como, os fatores relevantes para a avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do período foram de R\$320.316 (R\$445.863 em 30 de setembro de 2021), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota explicativa nº 13.1.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	30/09/2022		31/12/2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		19.145	19.145	17.408	17.408
Clientes		55.736	55.736	32.681	32.681
Títulos e créditos a receber		25	25	25	25
Créditos com partes relacionadas		1.591.751	1.591.751	2.432.573	2.432.573
		1.666.657	1.666.657	2.482.687	2.482.687
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	4.330.555	4.330.555	4.665.960	4.665.960
Instrumentos financeiros derivativos	2	18.600	18.600	47.504	47.504
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações ⁽¹⁾	3	493.184	493.184	448.344	448.344
		4.842.339	4.842.339	5.161.808	5.161.808
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		6.973	6.973	6.094	6.094
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		6.471.230	6.489.419	6.208.913	6.211.315
Arrendamentos operacionais		361	361	412	412
		6.478.564	6.496.753	6.215.419	6.217.821
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	29.331	29.331	1.236.824	1.236.824
		29.331	29.331	1.236.824	1.236.824

Consolidado					
	Nível	30/09/2022		31/12/2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		438.269	438.269	773.505	773.505
Clientes, consumidores, concessionárias e outros		6.293.478	6.293.478	6.466.297	6.466.297
Títulos de créditos a receber		104.685	104.685	103.747	103.747
Ativos financeiros setoriais		766.871	766.871	2.640.613	2.640.613
		7.603.303	7.603.303	9.984.162	9.984.162
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	5.552.898	5.552.898	5.243.351	5.243.351
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	9.149.052	9.149.052	7.618.313	7.618.313
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.171.825	1.171.825	2.051.113	2.051.113
Instrumentos financeiros - Opção de compra de ações ⁽¹⁾	3	493.184	493.184	448.344	448.344
		16.366.959	16.366.959	15.361.121	15.361.121

Passivos

Custo amortizado

Fornecedores	2.042.525	2.042.525	2.690.288	2.690.288
Empréstimos e financiamentos, debêntures encargos de dívidas	28.029.212	28.099.048	23.353.373	23.357.189
Arrendamentos operacionais	46.486	46.486	52.547	52.547
Passivos financeiros setoriais	828.632	828.632	1.483.990	1.483.990
Parcelamento de impostos	23.404	23.404	44.357	44.357
	30.970.259	31.040.095	27.624.555	27.628.371

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos ⁽²⁾	2	654.842	654.842	2.082.222	2.082.222
		654.842	654.842	2.082.222	2.082.222

⁽¹⁾ O Conselho de Administração aprovou, em 27 de dezembro de 2018, a celebração de acordo de investimento e outras avenças firmado, com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") regulando os termos e condições gerais para o ingresso da instituição financeira como acionista minoritário no quadro acionário da controlada Energisa Participações Minoritárias S.A.

Com a efetivação da operação, o Itaú Unibanco S.A., passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais e a Energisa S.A., por sua vez, de 100,0% das ações ordinárias de emissão da controlada. Com o resultado da operação, a Energisa passou a deter, direta e indiretamente, 95,21% do capital social total da Rede Energia Participações e 88,9% da Energisa Mato Grosso. Após os novos aportes realizados pelo Banco Itaú Unibanco na controlada Energisa Participações Minoritárias S.A., as participações são de 94,63% e 87,53%, respectivamente.

Destaca-se que os direitos e obrigações da Energisa S.A. e do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de acionistas da Energisa Participações Minoritárias, foram disciplinados por meio de acordo de acionistas celebrado entre as partes. A Companhia mantém uma opção de compra da totalidade das ações preferencias adquirida pelo acionista minoritário. A mensuração do valor justo deste instrumento é baseada em dados não observáveis uma vez que o preço da compra caso incorrido pela Companhia, é calculado sobre o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pelo valor de variação 100% da taxa DI + 0,75% a.a., sendo que até abril de 2021 essa correção era realizada por 101% da taxa DI, reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários. O acionista minoritário não detém a opção de venda cabendo o equity risk do investimento do minoritário estando no controle da controladora o exercício ou não da sua opção de compra.

Em 30 de setembro de 2022 o montante da posição favorável do valor justo da opção de compra, contabilizados na demonstração do resultado do período em receitas financeiras na controladora e no consolidado é de R\$839, reconhecidos como instrumentos financeiros de nível 3, é conforme segue:

Técnicas de valorização	Valor justo - opção de compra de ações em 30/09/2022	Dados não observáveis	Sensibilidade dos inputs ao valor justo
Método de fluxo de caixa descontado	R\$493.184	Dividendos ⁽¹⁾	+10% (aumento no valor justo de R\$74.580) -10% (redução no valor justo de R\$76.918)

⁽¹⁾ Projeção de dividendos a serem recebidos pelas ações PN da controlada Energisa Participações Minoritárias S.A até 01/04/2026.

Em 30 de setembro de 2022 o instrumento financeiro de Nível 3 mensurado a valor justo demonstra o montante de R\$493.184 (R\$448.344 em 31 de dezembro de 2021), e corresponde ao valor justo apurado pela Administração, reconhecido no resultado financeiro da controladora e consolidado.

⁽²⁾ A Companhia emitiu debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição. O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11). Trata-se de uma opção "dentro do dinheiro", o que reflete elevada probabilidade de conversão, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 30 de setembro de 2022 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$136.731 (R\$261.021 em 30 de setembro de 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no período, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de setembro de 2022, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2022, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$163.138 (R\$14.775 em 30 de setembro de 2021) e reconhecido no resultado financeiro consolidado no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado financeiro.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das informações financeiras trimestrais intermediárias, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visam identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício são:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Dívida ⁽¹⁾	28.029.212	23.353.373
Caixa e equivalentes de caixa	(438.269)	(773.505)
Dívida líquida	27.590.943	22.579.868
Patrimônio líquido	11.665.088	8.434.440
Índice de endividamento líquido	2,37	2,68

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme, detalhado nas notas explicativas nº 19 e nº 20.

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até o vencimento contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		6.973	-	-	-	-	6.973
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	14,62%	596.178	566.567	3.099.066	1.818.522	2.843.841	8.924.174
Instrumentos Financeiros Derivativos		14.670	13.059	(18.600)	-	-	9.129
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros ^(*)		-	-	1.602	-	(493.184)	(491.582)
Total		617.821	579.626	3.082.068	1.818.522	2.350.657	8.448.694

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.921.172	-	-	-	121.353	2.042.525
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	14,09%	4.890.819	4.028.264	12.893.583	5.257.568	16.031.085	43.101.319
Instrumentos Financeiros Derivativos		173.853	192.256	(187.021)	(236.286)	(352.989)	(410.187)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros ^(*)		-	(10.082)	1.602	-	(591.500)	(599.980)
Total		6.985.844	4.210.438	12.708.164	5.021.282	15.207.949	44.133.677

^(*) Inclui R\$1.602(R\$1.371 em 31 de dezembro de 2021) de compromisso de recompra das ações integralizadas pelos empregados e aposentados das controladas ERO e EAC.

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia.

Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber de clientes, consumidores, concessionárias e outros, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber das suas controladas distribuidoras de energia elétrica. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias, são como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	19.145	17.408	438.269	773.505
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	4.330.555	4.665.960	5.552.898	5.243.351
Cientes, consumidores, concessionárias e outros	6	55.736	32.681	6.293.478	6.466.297
Títulos de créditos a receber		25	25	104.685	103.747
Ativos financeiros setoriais líquidos	9	-	-	(61.760)	1.156.623
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	-	-	9.149.052	7.618.313
Instrumentos financeiros derivativos	32	18.600	47.504	1.171.825	2.051.113

a) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº19, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de setembro de 2022 com queda de 3,12% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$5,4066 / USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2022 era de 15,05%, enquanto em 31 de dezembro de 2021 foi de 10,79%. A taxa de câmbio do euro encerrou o período findo em 30 de setembro de 2022 com queda de 16,30% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$5,2904/Euro. A volatilidade do Euro era de 15,05% em 30 de setembro de 2022.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de setembro de 2022, excluídos os efeitos dos custos a apropriar de R\$28.209.184 (R\$23.462.751 em 31 de dezembro de 2021), R\$4.618.574 (R\$3.969.963 em 31 de dezembro de 2021) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº 19 e 20. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moedas estrangeiras têm vencimento de curto e longo prazo e custo máximo de 3,98% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial da controladora e consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativo circulante	-	-	269.448	473.525
Ativo não circulante	511.784	495.848	1.395.561	2.025.932
Total do ativo	511.784	495.848	1.665.009	2.499.457
Passivo circulante	27.729	1.235.453	625.475	1.709.426
Passivo não circulante	1.602	1.371	29.367	372.796
Total do passivo	29.331	1.236.824	654.842	2.082.222

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados à moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - XP	50.000	USD + 2,47%	CDI+1,71%	28/06/2024	Fair Value Option
ENERGISA MINAS GERAIS					
Resolução 4131 - Bank of America ML	18.257	USD + 2,153%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	7.901	USD + 1,785%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	7.048	USD + 2,576%	CDI + 1,50%	17/06/2024	Fair Value Option
ENERGISA MATO GROSSO					
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.676	EUR + 0,81%	CDI + 0,85%	15/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.200	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	23.432	USD + 1,4200%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	45.875	USD + 2,00%	CDI + 1,50%	01/09/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.000	(Libor + 1,18%) x 117,65%	CDI + 1,63%	28/08/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.876	EUR + 1,7459%	CDI + 1,60%	14/02/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - JP Morgan	58.525	USD + 3,5765%	CDI + 1,55%	18/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.619	(SOFR + 1,00%) x 117,647%	CDI + 1,40%	25/03/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	17.682	USD + 3,20%	CDI + 1,60%	27/02/2023	Fair Value Option
ENERGISA TOCANTINS					
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.372	USD + 2,1529%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
ENERGISA SUL-SUDESTE					
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,584%	CDU + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EURO + 0,853%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	24.635	USD + 2,33%	CDI + 1,60%	17/12/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	3.500	USD + 3,5176%	CDI + 1,50%	21/09/2022	Fair Value Option
ENERGISA ACRE					
Resolução 4131 - Bofa	79.186	VC (EURO) + 1,651%	CDI + 1,65%	13/12/2023	Fair Value Option
ENERGISA RONDÔNIA					
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,5840%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citi	13.683	(LIBOR + 0,60%) x 117,647%	CDI + 0,65%	27/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citi	29.000	(LIBOR + 0,75%) x 117,647%	CDI + 0,65%	23/03/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citi	37.665	(LIBOR + 1,24%) x 117,647%	CDI + 1,80%	28/05/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	9.820	USD + 3,35%	CDI + 1,16%	01/02/2024	Fair Value Option
ENERGISA BORBOREMA					
Resolução 4131 - Scotiabank	7.901	USD + 1,78%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option
ENERGISA TRANSMISSORA					
Resolução 4131 - Citibank	31.314	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	27/02/2023	Fair Value Option
ENERGISA SOLUÇÕES					
Resolução 4131 - Bocom BBM	3.521	VC + 2,33%	CDI + 1,34%	01/02/2024	Fair Value Option

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Bocom BBM	4.951	USD + 2,35%	CDI + 1,36%	10/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	3.921	USD + 5,27%	CDI + 0,95%	28/08/2023	Fair Value Option
ENERGISA COMERCIALIZADORA					
Resolução 4131 - Bocom BBM	7.919	USD + 2,34%	CDI + 1,36%	10/06/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	5.869	USD + 5,41%	CDI + 0,95%	29/08/2023	Fair Value Option
ENERGISA NOVA FRIBURGO					
Resolução 4131 - Bofa	6.085	USD + 4,6824%	CDI + 1,75%	22/05/2025	Fair Value Option
ENERGIA MATO GROSSO DO SUL					
Resolução 4131 - Bank of America ML	15.372	USD + 2,1529%	CDI + 1,75%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citi	27.053	(LIBOR + 1,16%) x 117,647%	CDI + 1,75%	29/07/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.310	EUR + 1,8788%	CDI + 1,60%	21/03/2025	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citi	30.928	(SOFR + 1,00%) x 117,647%	CDI + 1,40%	25/03/2024	Fair Value Option
ENERGISA SERGIPE					
Resolução 4131 - Citi	33.432	(SOFR + 1,00%) X 117,647%	CDI + 1,15%	06/09/2023	Fair Value Option
ENERGISA RIO PEIXE I					
Resolução 4131 - Scotiabank	20.875	USD + 1,7350%	CDI + 1,05%	27/04/2023	Fair Value Option
ENERGISA RIO PEIXE II					
Resolução 4131 - Scotiabank	20.875	USD + 1,7350%	CDI + 1,05%	27/04/2023	Fair Value Option
ALSOL					
Resolução 4131 - Scotiabank	74.036	USD + 2,22%	CDI + 1,34%	02/02/2024	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA x EMT	73.494	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ETO	35.696	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	22.121	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	16.511	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EPB	13.618	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMG	7.532	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESE	8.376	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EPB	11.635	IPCA + 4,4885%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ENERSUL	10.762	IPCA + 4,4885%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMT	10.544	IPCA + 4,4885%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ETO	9.526	IPCA + 4,4885%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	8.580	IPCA + 4,4885%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESE	7.126	IPCA + 4,4885%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMG	3.636	IPCA + 4,4885%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EPB	2.169	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ENERSUL	2.006	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMT	1.965	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ETO	1.775	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	1.599	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESE	1.328	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMG	678	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EPB	4.035	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ENERSUL	3.733	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
J.P. Morgan x EMT	3.657	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ETO	3.304	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESE	2.472	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EMG	1.261	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú x ETO	240.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú x EMT	385.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú x ENERSUL	155.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú x EMG	50.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Safra x EPB	135.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Safra x ESE	65.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Itaú x ESS	70.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander x ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Itaú x ERO	195.000	IPCA + 4,6249%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x EAC	105.000	IPCA + 4,6249%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x ERO	130.000	IPCA + 4,6249%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x EAC	70.000	IPCA + 4,6249%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú x PARÁ I	196.058	IPCA + 1,8854%	CDI - 0,44%	27/03/2024	N.A
ABC Brasil x PARÁ II	151.784	IPCA + 1,6834%	CDI - 0,55%	15/04/2024	N.A
J.P. Morgan x EMT	73.311	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,78%	15/04/2024	N.A
J.P. Morgan x ETE	86.631	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,78%	15/04/2024	N.A
J.P. Morgan x EAC	37.099	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
J.P. Morgan x EBO	13.938	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
J.P. Morgan x ENERSUL	69.586	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
J.P. Morgan x EMG	32.383	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
J.P. Morgan x ENF	9.327	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
J.P. Morgan x EPB	64.870	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
J.P. Morgan x ERO	78.913	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
J.P. Morgan x ESE	27.876	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
J.P. Morgan x ESS	55.648	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
J.P. Morgan x ETO	55.648	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
Bank of America x EMT	64.107	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	15/10/2026	N.A
Bank of America x ETE	61.227	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	15/10/2026	N.A
Bank of America x ENERSUL	9.163	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
Bank of America x EMG	4.277	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
Bank of America x ENF	1.216	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
Bank of America x ETO	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
Bank of America x ERO	10.389	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
Bank of America x EAC	4.885	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
Bank of America x EPB	8.555	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
Bank of America x ESE	3.669	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Bank of America x ESS	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
Bank of America x EBO	1.835	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
Itaú x EPB	49.924	IPCA + 5,11%	CDI + 0,25%	15/10/2026	N.A
Itaú x ESE	59.006	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A
Itaú x EMT	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A
Itaú x ENERSUL	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A
J.P. Morgan x ENERSUL	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/1931	Fair Value Hedge
BR Partners x EMT	350.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,80%	15/10/1931	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EAM	41.638	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/1931	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ERO	92.800	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/1931	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x EPB	54.634	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/1931	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ETO	82.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/1931	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESE	58.928	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/1931	Fair Value Hedge
BR Partners x ESS	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	Fair Value Hedge
BR Partners x EPB	63.000	IPCA + 6,0123%	CDI + 0,755%	15/01/2030	Fair Value Hedge
BR Partners x ESE	68.000	IPCA + 5,7360%	CDI + 0,509%	15/07/2027	Fair Value Hedge
Bank of America x ERO	253.694	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,789%	15/04/2029	Fair Value Hedge
Bank of America x ERO	156.306	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,945%	15/04/2032	Fair Value Hedge
BR Partners x ETO	55.689	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners x ETO	34.311	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
BR Partners x EMT	164.437	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners x EMT	95.563	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2022 a Companhia contratou *Non Deliverable Forward* (“NDFs”) para sua subsidiária. Os valores aparecem discriminados abaixo:

Operação	Contratação			Vencimento
	Ativo	Notional (USD)	Valor fixo da operação	
BBI x Energisa Amazonas	USD @ 5,2859	3.357	17.743	17/07/2023
XP X Energisa Transmissão	USD @ 6,266	3.407	21.346	03/06/2024
XP X Energisa Transmissão	USD @ 6,315	4.001	25.267	01/07/2024
XP X Energisa Transmissão	EUR @ 6,315	0,176	1.113	03/06/2024

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores foram contabilizados como “fair value option”, vigentes em 30 de setembro de 2022 e 2021.

Controladora

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2022	31/12/2021		30/09/2022	31/12/2021
Dívida (Objeto de Hedge)	247.040	247.040	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(247.350)	(271.701)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	247.040	247.040	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	247.350	271.701
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(256.479)	(247.142)
			Posição Líquida Swap	(9.129)	24.559
			Posição Líquida Dívida + Swap	(256.479)	(247.142)

Consolidado

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2022	31/12/2021		30/09/2022	31/12/2021
Dívida designada para "Fair Value Option"	4.531.486	3.449.289	Moeda Estrangeira	(4.618.686)	(3.970.084)
Swap Cambial (Derivativo)	4.531.486	3.449.289	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira	4.673.095	4.094.157
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(4.624.203)	(3.474.385)
			Posição Líquida Swap	48.892	619.772
			Posição Líquida Dívida + Swap	(4.569.794)	(3.350.312)

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Consolidado

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2022	31/12/2021		30/09/2022	31/12/2021
Dívida (Objeto de Hedge)	5.670.507	4.896.105	Taxa Pré-Fixada	(4.652.732)	(3.887.695)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	5.670.507	4.896.105	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	6.278.579	5.479.049
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(5.917.284)	(4.990.837)
			Posição Líquida Swap	361.295	488.212
			Posição Líquida Dívida + Swap	(4.291.437)	(3.399.483)

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro 2021 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e 20 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de

mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Controladora:

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(247.040)		(201.206)	(251.585)	(301.964)
Variação Dívida			45.834	(4.545)	(54.924)
Swap Cambial					
		Alta câmbio			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	247.350		201.516	251.895	302.274
Variação			(45.834)	4.545	54.924
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(256.479)		(256.479)	(256.479)	(256.479)
Subtotal	(9.129)		(54.963)	(4.584)	45.795
Total Líquido	(256.169)		(256.169)	(256.169)	(256.169)

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de setembro 2022, o que é refletido no valor presente negativo de R\$256.169, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$256.169, em ambos os casos.

Consolidado

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(4.531.486)		(3.878.417)	(4.869.821)	(5.861.225)
Varição Dívida			653.069	(338.335)	(1.329.739)
Swap Cambial		Alta câmbio			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.673.095		4.064.980	5.067.623	6.070.265
Varição			(608.115)	394.528	1.397.170
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(4.624.203)		(4.624.203)	(4.624.203)	(4.624.203)
Subtotal	48.892		(559.223)	443.420	1.446.062
Total Líquido	(4.482.594)		(4.437.640)	(4.426.401)	(4.415.163)

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2022, o que é refletido no valor presente negativo de R\$4.482.594 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps.

Varição das taxas de juros

Consolidado

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de setembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(5.670.507)		(5.670.507)	(5.670.507)	(5.670.507)
Varição Dívida					
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	6.278.579		6.278.579	6.278.579	6.278.579
Varição - Taxa de Juros			-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(5.917.284)		(5.917.284)	(6.389.116)	(6.855.100)
Varição			-	(471.832)	(937.816)
Subtotal	361.295		361.295	(110.537)	(576.521)
Total Líquido	(5.309.212)		(5.309.212)	(5.781.044)	(6.247.028)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo,

caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.612.951	Alta CDI	771.781	964.726	1.157.672
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(4.624.203)	Alta CDI	(635.828)	(794.785)	(953.742)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(12.046.414)	Alta CDI	(1.656.382)	(2.070.478)	(2.484.573)
	(1.101.100)	Alta TJLP	(77.187)	(96.484)	(115.781)
	(8.663.737)	Alta IPCA	(354.347)	(442.934)	(531.521)
	(183.381)	Alta INPC	(7.922)	(9.903)	(11.883)
	(646.071)	Alta TR	(7.236)	(9.045)	(10.854)
	(3.397)	Alta SELIC	(467)	(584)	(701)
Subtotal ⁽²⁾	(27.268.303)		(2.739.369)	(3.424.213)	(4.109.055)
Total -perdas ⁽²⁾	(21.655.352)	-	(1.967.588)	(2.459.487)	(2.951.383)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 30 de setembro de 2022 13,75% ao ano, cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2022, TR 1,12% ao ano, TJLP 7,01% ao ano, INPC 4,32% ao ano e IPCA 4,09% ao ano.

⁽²⁾ Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$940.881

Variação da curva de preço de energia

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira da controlada ECOM mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

Instrumentos	Margem Bruta (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Cenário 1					
Compra (contrato + exposição)	(3.093)	Alta PLD	1.742	2.178	2.613
Venda (contrato + exposição)	111.493		3.932	4.915	5.898
Total Cenário 1	108.400		5.674	7.093	8.511
Cenário 2					
Compra (contrato + exposição)	(3.093)	Baixa PLD	(10.592)	(13.240)	(15.888)
Venda (contrato + exposição)	111.493		4.764	5.955	7.146
Total Cenário 2	108.400		(5.828)	(7.285)	(8.742)
Total líquido			154	192	231

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, antecipando para futuras necessidades de caixa.

33. Benefícios pós-emprego

33.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco

vinculado a um plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No período findo de 30 de setembro de 2022, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$2.675 (R\$1.982 em 30 de setembro de 2021) na controladora e R\$37.262 (R\$32.569 em 30 de setembro de 2021), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado no consolidado.

33.2 Prêmio e Gratificação de aposentadoria:

A Companhia e suas controladas EMG, ENF, Energisa Soluções S/A, ETO, ESE, ECOM, Energisa Planejamento e Parque Eólico Sobradinho, em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, prêmio/gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na controlada indireta ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

Na Companhia e demais controladas o referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

No período findo de 30 de setembro de 2022, a despesa de manutenção do plano foi de R\$395 (R\$291 em 30 de setembro de 2021) na controladora e R\$1.860 (R\$1.317 em 30 de setembro de 2021) no consolidado, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado.

33.3 Plano de saúde:

A Companhia e suas controladas mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento e de autogestão:

Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

Autogestão: auto gerenciamento de rede regional credenciada e modalidade de reembolso de despesas médicas aos empregados na razão de 60% do custo efetivo, conforme política interna definida. Abrange empregados ativos e seus dependentes legais.

No período findo de 30 de setembro de 2022, as despesas com esse benefício foram de R\$3.633 (R\$3.585 em 30 de setembro de 2021) na controladora e R\$75.258 (R\$64.919 em 30 de setembro de 2021) no consolidado. Inclui R\$115 (R\$271 em 30 de setembro de 2021) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego na controladora e R\$1.920 (R\$5.673 em 30 de setembro de 2021) no consolidado.

34. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo:

(1) Venda de energia elétrica

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2022 a 2039	239.211	589.129	407.738	368.347	1.840.944

(2) Compra de energia elétrica

	Contrato de compra de energia- reais mil ^(*)					
	Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2022 a 2032	12.313	76.423	79.930	81.087	569.859
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	112.912	416.403	420.831	397.687	4.801.586
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	198.347	629.488	608.537	573.174	8.268.509
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	132.839	462.622	450.205	411.557	6.276.043
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	29.265	96.776	92.351	86.946	1.248.245
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	615.817	2.274.905	2.319.130	2.006.661	18.014.168
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	133.547	455.143	446.422	420.172	5.675.842
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2022 a 2054	327.675	1.133.006	1.117.012	1.069.968	12.476.423
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2022 a 2054	230.136	835.554	823.134	787.199	8.563.286
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2022 a 2039	239.983	583.916	346.929	247.551	2.178.163
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	2022 a 2054	197.487	423.889	418.800	254.790	5.908.957
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	2022 a 2054	78.364	321.398	308.788	244.893	4.695.002
		2.308.685	7.709.523	7.432.069	6.581.685	78.676.083

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo em 30 de setembro de 2022 e foram homologados pela ANEEL.

(3) Locação de áreas para a implantação de usinas fotovoltaicas

	Locação de áreas para a implantação de usinas					
	Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Alsol Energias Renováveis S/A	2022 a 2051	2.587	10.349	10.334	10.334	216.093

Refere-se aos valores dos contratos de locação das áreas para implantação das Usinas Fotovoltaicas.

35. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/09/2022	31/12/2021
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	1.239.488	907.936
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	320.316	686.306
Remuneração e atualização do ativo de contrato da concessão	160.787	462.012
Atividades operacionais		
Aquisição de intangível	256.211	155.461
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	142.447	57.326
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	5.745
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	(256.211)	(155.461)
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	(142.447)	(57.326)
Intangível - CPC 06 (R2)	-	(5.745)
Combinação de negócios - Gemini Energy S/A e Energisa Paranaita Transmissora de Energia S/A		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	204.970	-
Contas a receber	63.303	-
Tributos a recuperar	15.276	-
Tributos diferidos	258.795	-
Cauções e depósitos vinculados	3.447	-
Ativo financeiro indenizável da concessão	3.424.172	-
Outros créditos	20.089	-
Imobilizado	5.186	-
Fornecedores	29.219	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	324.928	-
Debentures	1.686.752	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios	463.993	-
Encargos setoriais	66	-
Impostos e contribuições sociais	34.572	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	388.712	-
Dividendos a pagar	19.581	-
Outros passivos	33.567	-
Participação de acionistas não controladores	137.023	-

36. Resultado de operações descontinuadas

No exercício de 2015, a Energisa firmou contratos de compra e venda de seus ativos de geração com compradora São João Energética S/A, FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável S.A, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, e desde aquela data, ocorreram disputas em procedimentos arbitrais envolvendo a Companhia com as empresas compradoras, quais sejam, o procedimento nº 33/2016/SEC5, que já foi extinto, e o procedimento nº 79/2016/SEC5, em curso perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC).

Em 31 de dezembro de 2020, após as partes apresentarem manifestações acerca dos cálculos de liquidação em tendo a compradora concordando com valor mínimo de liquidação, a Administração procedeu a reversão da incontroversa de R\$51.480, bem como reconheceu a atualização monetária de R\$36.997 contabilizados em operações descontinuadas da demonstração do resultado do exercício, totalizando R\$88.477.

Em 31 de maio de 2021 a Companhia recebeu da compradora São João Energética S/A o montante de R\$207.741 referente ao cumprimento integral da Sentença proferida em procedimento arbitral sigiloso, por consequência fez reconhecer o valor adicional de R\$48.467 dos quais cerca de R\$1.545 referente a parcela de ressarcimento de custas judiciais, R\$6.186 de custos com honorários e êxito de advogados e R\$55.698 de atualização monetária, este

último deduzido de R\$2.590 referente a tributação do PIS e COFINS, contabilizados em operações descontinuadas na demonstração do resultado do período na controladora e consolidado.

37. Lucro por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis. A quantidade de ações calculadas é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. O lucro por ação básico é diluído, como segue:

	30/09/2022	30/09/2021
Lucro líquido do período - controladora	1.824.160	2.296.046
Média ponderada em milhares de ações	1.860.258	1.814.562
Lucro líquido básico por ação - R\$	0,98	1,27
Lucro líquido do período - consolidado	2.045.125	2.486.216
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	1.824.160	2.296.046
Acionistas não controladores	220.965	190.170
Lucro líquido do período - controladora	1.824.160	2.296.046
Média ponderada em milhares de ações	1.860.258	1.814.562
Efeito dilutivo bônus de subscrição conversíveis em ações e programa ILP	46.168	40.232
Lucro líquido básico diluído por ação - R\$ ⁽¹⁾	0,9568	1,2379
Lucro líquido do período - consolidado	2.045.125	2.486.216
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	1.824.160	2.296.046
Acionistas não controladores	220.965	190.170

⁽¹⁾ Potencial efeito diluidor referente a bônus de subscrição e programa de remuneração variável (ILP).

38. Eventos subsequentes

38.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as Distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para os meses de outubro e novembro de 2022, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

38.2 Empréstimos contratados - Controladas EMT, ESS e ERO

Em 21 de outubro de 2022 as controladas EMT, ESS e ERO captaram junto ao Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo a importâncias de R\$257.811, R\$64.452 e R\$64.452 correspondentes a USD49.200, USD12.300 e USD12.300 dólares americanos, respectivamente, com remuneração de 5,2517% ao a.a., com vencimento em 21 de outubro de 2025. Foi contratado swap a taxa de CDI + 1,40% ao a.a., retirando o risco cambial da operação.

38.3 Emissão de debêntures - Controladora

A Energisa S/A em 20 de outubro de 2022 efetuou a 17ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$750.000 sendo: (i) R\$550.000 referente a 1ª Série com vencimento em 20 de outubro de 2027 e remuneração de CDI mais 1,50% ao a.a.; (ii) R\$200.000 referente a 2ª Série com vencimento em 20 de outubro de 2029 e remuneração de CDI mais 1,65% ao a.a. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 20 de outubro de 2022, e foram destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

38.4 Contrato de prestação de serviços- controladas

Contrato de prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA para as unidades do Grupo Energisa, firmado no valor total de R\$15.957. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027, exceto para ERO e EAC que possui data de vigência 03/09/2024, conforme segue.

Controladas Distribuidoras de energia elétrica:	Valor do contrato
Energisa Mato Grosso	3.116
Energisa Mato Grosso do Sul	1.945
Energisa Sul Sudeste	1.945
Energisa Tocantins	1.945
Energisa Paraíba	1.817
Energisa Sergipe	128
Energisa Minas	1.944
Energisa Rondônia	1.945
Energisa Acre	1.171
TOTAL	15.957

38.5 Antecipação de dividendos do exercício de 2022 - controladas

As controladas abaixo, aprovaram em 09 e 10 de novembro 2022, a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2022, conforme segue:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação (R\$)	Data pagamento
Energisa Mato Grosso	313.087	1,43 ON/PN	Em 24/11/2022
Energisa Mato Grosso do Sul	143.036	221,07 ON	A partir de 10/11/2022
Energisa Paraíba	57.832	62,9870468436 ON	A partir de 11/11/2022
Energisa Sergipe	31.365	160,4257580469 ON	A partir de 10/11/2022
Energisa Tocantins	62.483	95,89 ON/PN	A partir de 10/11/2022
Energisa Borborema	13.498	46,081203336 ON	A partir de 10/11/2022
Energisa Sul Sudeste	31.594	325,34 ON	A partir de 11/11/2022
Energisa Minas Gerais	16.791	20,5123104126 ON	A partir de 11/11/2022
Energisa Nova Friburgo	3.800	126,1730531943 ON	A partir de 11/11/2022
Rede Participações	400.961	0,19 ON	Em 28/11/2022
Denerge	282.273	363,4968025327 ON	A partir de 11/11/2022
Rede Power	51.385	195,4640916439 ON	A partir de 11/11/2022
Pagamento com reserva de Lucros			
Energisa Nova Friburgo	2.176	72,2670401115 ON	A partir de 11/11/2022